



RAFAEL MARCON DOS SANTOS

**RESSIGNIFICAÇÕES SOCIOCULTURAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
DO SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS (GO)**

**GOIÁS/GO
2023**

RAFAEL MARCON DOS SANTOS

**RESSIGNIFICAÇÕES SOCIOCULTURAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
DO SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial do Cerrado. Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Coorientadora: Prof.^a Dra. Lorrane Gomes da Silva

**GOIÁS/GO
2023**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Rafael Marcon dos Santos

Email: rafaelmarconn@hotmail.com

Dados do trabalho

Título: RESSIGNIFICAÇÕES SOCIOCULTURAIS NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS (GO)

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Geografia - PPGEO

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano partir da data de defesa.

09 de agosto de 2023.

Rafael Marcon dos Santos

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S237r Santos, Rafael Marcon dos.
Ressignificações socioculturais nas comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis (GO) [manuscrito] / Rafael Marcon dos Santos. – Goiás, GO, 2023.
128 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza.
Coorientadora: Profa. Dra. Lorrane Gomes da Silva.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Desenvolvimento agrícola. 1.1 Comunidades tradicionais.
1.1.1. Camponeses. 1.2. Agronegócio. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 316.343.37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 08/2023

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três às quinze horas, realizou-se o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **Rafael Marcon dos Santos**, intitulado: "AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E REORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SALGADO E PEDRA LISA, EM QUIRINÓPOLIS/GO". A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Edevaldo Aparecido Souza (Presidente - PPGEO/UEG), Manoel Calaça (IESA/UFG) e Vinicius Polzin Druciaki (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Edevaldo Aparecido Souza proclamou que a dissertação encontra-se aprovada () ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver): *título*

Ressignificações socioculturais nas comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis (GO)

Cumpridas as formalidades de pauta, às 18 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 09/08/2023.

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza (Presidente)

Prof. Dr. Manoel Calaça (IESA/UFG)

Prof.(a) Dr.(a) Vinicius Polzin Druciaki (PPGEO/UEG)

RESUMO

Este trabalho apresenta as comunidades camponesas do Salgado e Pedra Lisa, inseridas dentre as 21 regiões do município de Quirinópolis, com a origem de seus núcleos familiares pelos pioneiros da região, período da gênese de Quirinópolis, quando ainda distrito de Rio Verde. Por décadas gerou-se uma identidade camponesa local, com agricultura familiar e o bem-estar com a natureza, porém, tais características foram se ressignificando com o passar das etapas de desenvolvimento agrícola no Centro-Oeste brasileiro. Diante disso foi realizado um levantamento do contexto histórico agrícola da região Centro-Oeste, bem como do contexto específico de Quirinópolis, impactado diretamente pelas monoculturas da soja e a recente cana-de-açúcar, visando apresentar as comunidades, tendo todo o embasamento de sua história rural, e como se ressignificou com avanço capitalista no campo. Para o bom desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas ampla base bibliográfica, para se ter o embasamento teórico do processo de desenvolvimento agrícola, bem como autores locais, possibilitando aprofundar o conhecimento das comunidades camponesas, especificamente as do Salgado e Pedra Lisa, a partir da pesquisa empírica com entrevistas e documentação fotográfica, apresentando-as desde seu surgimento aos dias atuais. Após a pesquisa foi observado que, por meio da mecanização agrícola, e a recente monocultura canavieira, essas comunidades foram fortemente transformadas, suas raízes metamorfoseadas e sua atualidade cercada pelo avanço capitalista. As práticas pioneiras entraram em desuso com a modernização do campo, porém a produção camponesa continua sendo a principal fonte de renda das famílias, principalmente pelas contribuições das cooperativas, que possibilitaram os camponeses a concorrerem no mercado local com a produção de leite e hortaliças.

Palavras-chave: Camponês; Comunidades Tradicionais; Agronegócio.

ABSTRACT

This work presents the peasant communities of Salgado and Pedra Lisa, inserted among the 21 regions of the municipality of Quirinópolis, with the origin of their family nucleus by the pioneers of the region, period of the genesis of Quirinópolis, when it was still a district of Rio Verde. For decades, a local peasant identity was generated, with family farming and well-being with nature, however, such characteristics were re-signified with the passing of the stages of agricultural development in the Brazilian Midwest. In view of this, a survey of the historical agricultural context of the Midwest region was carried out, as well as the specific context of Quirinópolis, directly impacted by the monocultures of soy and the recent sugar cane, aiming to present the communities, having all the basis of their rural history, and how it resignified with the capitalist advance in the countryside. For the good development of the research, a wide bibliographic base was used, to have the theoretical basis of the agricultural development process, as well as local authors, making it possible to deepen the knowledge of the peasant communities, specifically those of Salgado and Pedra Lisa, from the research empirical with interviews and photographic documentation, presenting them from their inception to the present day. After the research, it was observed that, through agricultural mechanization, and the recent sugarcane monoculture, these communities were strongly transformed, their roots metamorphosed and their current situation surrounded by capitalist advancement. Pioneer practices fell into disuse with the modernization of the countryside, but peasant production remains the main source of income for families, mainly due to the contributions of cooperatives, which enabled peasants to compete in the local market with the production of milk and vegetables.

Keywords: Peasant; Traditional Communities; Agribusiness.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

ACOPPS - Associação Comunidade Organizada Pequenos Produtores da Cachoeira do Rio Preto e Salgado

Agrovale - Cooperativa Mista dos Produtores do Vale do Paranaíba Ltda

ANP - Agência Nacional de Petróleo

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATR – Açúcar Total Recuperável

CELG - Centrais Elétricas de Goiás

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COOLMEIA - Cooperativa Agroindustrial de Desenvolvimento Mercadológico de Goiás Ltda.

CPAC - Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAC - Departamento de Aviação Civil

DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano

DETELQUIRI - Departamento Telefônico de Quirinópolis

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FECLEQ - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis

IAA – Instituto do Açúcar e Alcool

I PND - 1º Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND - 2º Plano Nacional de Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCT – Projeto Cédula da Terra

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível

POLOCENTRO – Programa para Desenvolvimento dos Cerrados

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PSD - Partido Social Democrático

SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

USAF - *United States Air Force*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Município de Quirinópolis (GO), Brasil	11
Figura 2 – Microrregião de Quirinópolis	15
Figura 3 – Divisão das 21 regiões de Quirinópolis, com destaque para Salgado e Pedra Lisa. 16	
Figura 4 – População urbana, rural e total em Quirinópolis (1940 - 2019)	25
Figura 5 – PIB per capita (2002 - 2019)	26
Figura 6 – Demarcação da Comunidade do Salgado	34
Figura 7 – Córrego do Salgado	35
Figura 8 – Cemitério da Comunidade do Salgado	41
Figura 9 – Igreja católica do Salgado.....	42
Figura 10 – Igreja evangélica do Salgado.....	43
Figura 11 – Escola Custódio Antônio Cabral.....	45
Figura 12 – Demarcação da Comunidade Pedra Lisa	46
Figura 13 – Antônio Estevam de Oliveira recebendo o título de Cidadão Honorário de Quirinópolis	48
Figura 14 – Álvaro Alves Ribeiro.	49
Figura 15 – Apresentação cultural da catira na I FLIQUIRI	51
Figura 16 – Produção de arroz no Estado de Goiás, em 2010 e 2020	76
Figura 17 – Distribuição do ATR: açúcar e álcool 1973/74 a 1988/89 em %	79
Figura 18 – Destinação do ATR: açúcar e álcool de 1973/74 a 1988/89, em Kg	79
Figura 19 – Destinação do ATR: açúcar, álcool anidro e hidr. 1973/74 a 1988/89, em Kg	80
Figura 20 – Pequenas propriedades rurais no Salgado	87
Figura 21 – Lavouras de soja e cana de açúcar ilhando uma pequena propriedade	98
Figura 22 – Lavoura de cana-de-açúcar próximo ao terreiro de uma propriedade, limitando com o curral	99
Figura 23 – Elementos tradicionais nas propriedades	103
Figura 24 – Primeira Escola rural em Pedra Lisa	104
Figura 25 – Igreja de São Lázaro, local onde funcionou a última escola, chamada de Grupo. 105	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção municipal de Quirinópolis em toneladas (1950, 1960 e 1970)	23
Tabela 2 – Produção municipal de Quirinópolis em toneladas (1970 a 2020)	26
Tabela 3 – Produção de soja e cana de açúcar, 2000-2020	27
Tabela 4 – Produção de Soja em 1975, 1980, 1985 e 1996	69
Tabela 5 – Produção vegetal em área colhida (ha) em Goiás	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Festas típicas das comunidades tradicionais	32
Quadro 2 – Descendentes de José Cabral e área de ocupação – Século XIX	37

SUMÁRIO

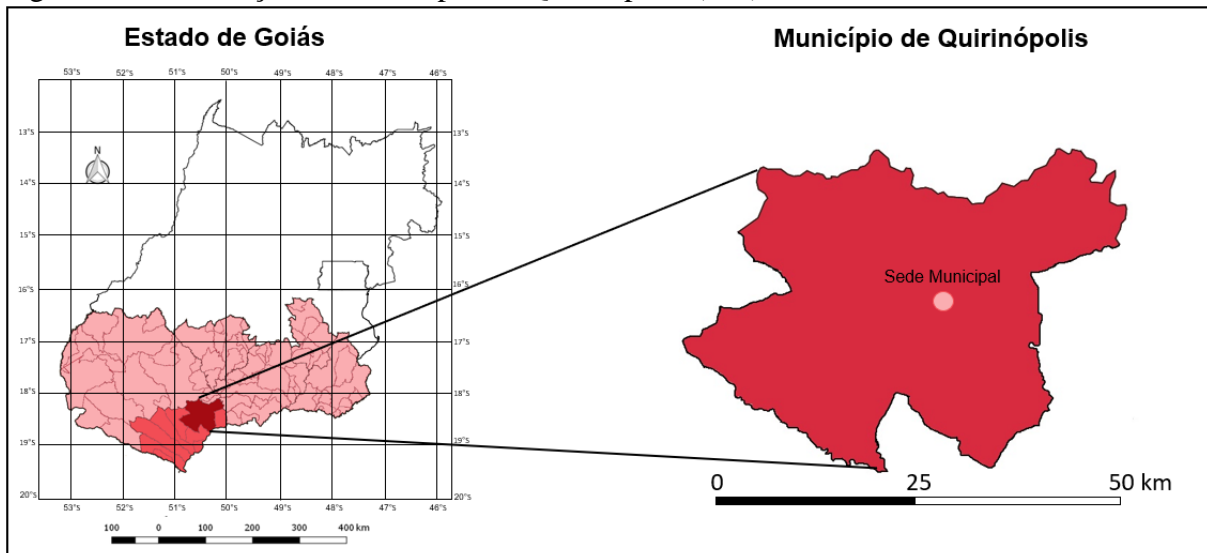
INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO 1: COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS	15
1.1. Contexto histórico de Quirinópolis	17
1.2. Comunidades camponesas goianas, modos de vida, conceitos e cultura	28
1.3. Comunidade do Salgado: história, características e sociedade	33
1.4. Comunidade da Pedra Lisa: história, características e sociedade	46
2. CAPÍTULO 2: AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E OS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS E NAS COMUNIDADES RURAIS	59
2.1. Migração populacional e a Agricultura Tradicional: primeira etapa	60
2.2. Da produção agrícola tradicional para o Agronegócio: segunda etapa	62
2.3. Do agronegócio às agroindústrias sucroalcooleiras: terceira etapa	74
3. CAPÍTULO 3: VIVÊNCIA E RESISTÊNCIAS NO LUGAR, A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS CAMPONESAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	84
3.1. Resistência e ressignificação sociocultural da comunidade do Salgado	87
3.2. Resistência e ressignificação sociocultural da comunidade Pedra Lisa	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os processos de expansão agrícola no município de Quirinópolis e como estes processos impactaram as identidades socioculturais nas comunidades rurais Salgado e Pedra Lisa, no Município de Quirinópolis-Goiás, construídas a partir da ocupação humana e do desenvolvimento das atividades produtivas tradicionais, das festividades religiosas e da solidariedade comunitária, principalmente até a introdução das técnicas agrícolas modernizadas introduzidas nestas comunidades a partir da década de 1970.

O Município de Quirinópolis localiza-se na mesorregião Sul Goiano do Estado de Goiás, e microrregião número 18, que carrega o mesmo nome do Município. Sua localização geográfica está entre as coordenadas 18°25'52" e 18°29'10" Sul e 50°25'18" e 50°28'27" Oeste, fazendo divisa com os municípios goianos de Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Alta, Castelândia, Gouvelândia, Paranaiguara e Rio Verde, também o município mineiro de Santa Vitória, cujo limite é o rio Paranaíba, conforme representa o mapa do município (Figura 1). Por estar localizado a apenas 280 quilômetro da capital do Estado, Goiânia, o município é rota frequente de ligação da região sudeste do Brasil à capital goiana, pela GO-164, BR-452, BR-060.

Figura 1 – Localização do Município de Quirinópolis (GO), Brasil.



Fonte: Google Maps.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela necessidade de se aprofundar em conhecimentos sobre a formação populacional, o desenvolvimento de atividades produtivas

econômicas, solidárias e sociais, assim como atividades culturais e religiosas que contribuíram para a formação da identidade sociocultural destas comunidades.

O principal objetivo foi apresentar os processos produtivos no município de Quirinópolis, a partir da modernização da agricultura e as transformações mais importantes nas atividades camponesas, que ao serem ressignificados nas últimas décadas permitiram que fossem constituídas as atuais bases da identidade sociocultural destas comunidades.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de referências bibliográficas e documentais que proporcionaram as bases teóricas e conceituais deste trabalho, de levantamentos históricos e estatísticos que possibilitaram uma abordagem qualitativa dos traços econômicos e socioculturais, fundamentais para a construção de sua identidade nas últimas décadas.

Partimos da hipótese de que os problemas da ressignificação das atividades produtivas e culturais na construção da identidade são resultantes da ausência de políticas e outras ações governamentais voltadas especificamente para as comunidades camponesas, que foram a partir da década de 1970, reestruturadas pelos processos políticos e técnicos de modernização das atividades agrícolas, principalmente no Centro Oeste brasileiro.

Os avanços das políticas econômicas mercadológicas e das técnicas modernizantes atuam progressivamente nestas comunidades, rompendo elos culturais e práticas tradicionais nas atividades produtivas, nas festividades religiosas, culturais e de solidariedade social e familiar, forçando sua ressignificação permanente na construção identitária das comunidades.

A escolha das duas comunidades para a pesquisa parte do fato de serem comunidades que preservam boa parte das relações e práticas socioculturais tradicionais, possibilitando o estudo de suas ressignificações, apesar de estarem distantes entre si.

As duas áreas de estudo, Salgado e Pedra Lisa, serão referidas como comunidades, no entanto, em alguns momentos, aparecerá o termo região, pelo fato de serem duas das 21 regiões administrativas criadas pelo poder público municipal.

O desenvolvimento da pesquisa parte de uma sólida base bibliográfica, com referências de autores renomados quanto aos conceitos de campesinato, cultura, memória, identidade, comunidades tradicionais e espaço geográfico. Referenciou-se também em autores das categorias geográficas lugar, como forma de construir uma base conceitual sólida sobre o modo de vida destas comunidades tradicionais rurais, possibilitando aprofundar o estudo dos costumes, da cultura e da história local.

As principais referências bibliográficas e documentais necessárias para sólida pesquisa sobre o processo de ocupação populacional do Centro-Oeste brasileiro, mais precisamente do Município de Quirinópolis, são; de Jesus (2020), Santos (2011), além de autores locais que

retrataram trechos da história de Quirinópolis e das comunidades, como Martins e Rossi (2014), Parreira e Mattos (2010), Souza (2013). Para o levantamento de dados estatísticos foram usadas fontes documentais como; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto Mauro Borges – IMB.

Para verificar e contextualizar as informações bibliográficas, foram realizadas atividades práticas de estudos nas comunidades em estudo, com visitas em campo realizadas nas comunidades Pedra Lisa e Salgado, estudos que foram essenciais para a pesquisa, pois a partir do contato direto com as comunidades, foi possível entender e vivenciar a realidade rural.

A execução das entrevistas possibilitou o contato direto com os camponeses e a coleta de informações que puderam retratar as comunidades em períodos anteriores aos processos de desenvolvimento agrícola no campo com informações a respeito dos modos de vida e de produção, bem como o olhar do camponês sobre tais mudanças em seu cotidiano.

A verificação das informações são aspectos difíceis de serem obtidos apenas pela leitura e interpretação textual, portanto, o trabalho de campo torna-se uma maneira de conectar a teoria com a prática, que, para Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.58)

o campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, lançando mão do método indutivo, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa.

Também, segundo Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.57), o trabalho de campo é uma técnica que vai muito além da mera observação do meio, o “trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos”.

Durante as visitas em campo, além da vivência e o conhecimento do local de convívio nas comunidades, também foram realizadas entrevistas com os moradores locais, uma forma de adquirir conhecimentos por meio da oralidade. Uma técnica baseada no diálogo intrapessoal e informal, que propicia ao entrevistado, no seguimento da conversa, relatar sua história, modos de vida, rotina, hábitos etc. Nos dando a oportunidade de traçar as principais características da cultura local, suas práticas socioeconômicas e suas ressignificações.

Para a realização da pesquisa, o uso da técnica de fotointerpretação foi essencial por oferecer um olhar histórico sobre a área de estudo, possibilitando por intermédio das imagens de satélite uma visão panorâmica local, gerando a possibilidade de se observar os impactos ambientais que ocorreram no município. Soares e Fiori (1976, p.9) ressaltam que “a função

principal da fotointerpretação [*sic*] não é substituir o levantamento de campo”, mas sim, uma ação conjunta, proporcionando a análise geral do ambiente e aprofundada no meio de convívio.

A utilização de imagens de satélites do *Google Earth* possibilitou compreender a composição do uso dos solos e observar, em alta definição, as mudanças ano a ano na paisagem rural municipal, imagens de satélite capturadas a partir de 1984 aos dias atuais, retratando os efeitos do esvaziamento populacional do campo, impulsionado pelo agronegócio, nas décadas de 1970 a 1990, seguido pelas transformações mais recentes com a introdução das agroindústrias canavieiras a partir da primeira década do século XXI.

Portanto, em posse de uma sólida base bibliográfica, com obras de autores locais, tendo um conhecimento prévio da área de estudo a partir da bibliografia e imagens de satélite e da pesquisa empírica, tornou-se possível analisar os traços sociais das comunidades em questão, possibilitando a análise do meio que estas estão inseridas e como se comportam mediante tais circunstâncias.

Dessa forma, foi possível visualizar os principais traços culturais que foram ressignificados com o avanço do agronegócio no campo, bem como aqueles que permanecem inalterados com o passar dos anos.

CAPÍTULO 1: COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS

Quirinópolis é um município goiano, inserido junto a outros 81 municípios na mesorregião Sul Goiano, proporcionando grande poder econômico estadual que, além de deter uma imponente produção agrícola, é rota frequente de ligação entre as regiões sul e sudeste à capital do Estado, Goiânia.

Em uma divisão mais restrita, o município se insere e empresta o nome para a microrregião 18, ou Quirinópolis, que além deste, é composta por mais outros oito municípios: Caçu, Cachoeira Alta, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Paranaiguara e São Simão. Faz divisa com as microrregiões Sudoeste de Goiás e Meia Ponte, e os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme o mapa de localização da microrregião de Quirinópolis (Figura 2).

Figura 2 – Microrregião de Quirinópolis.



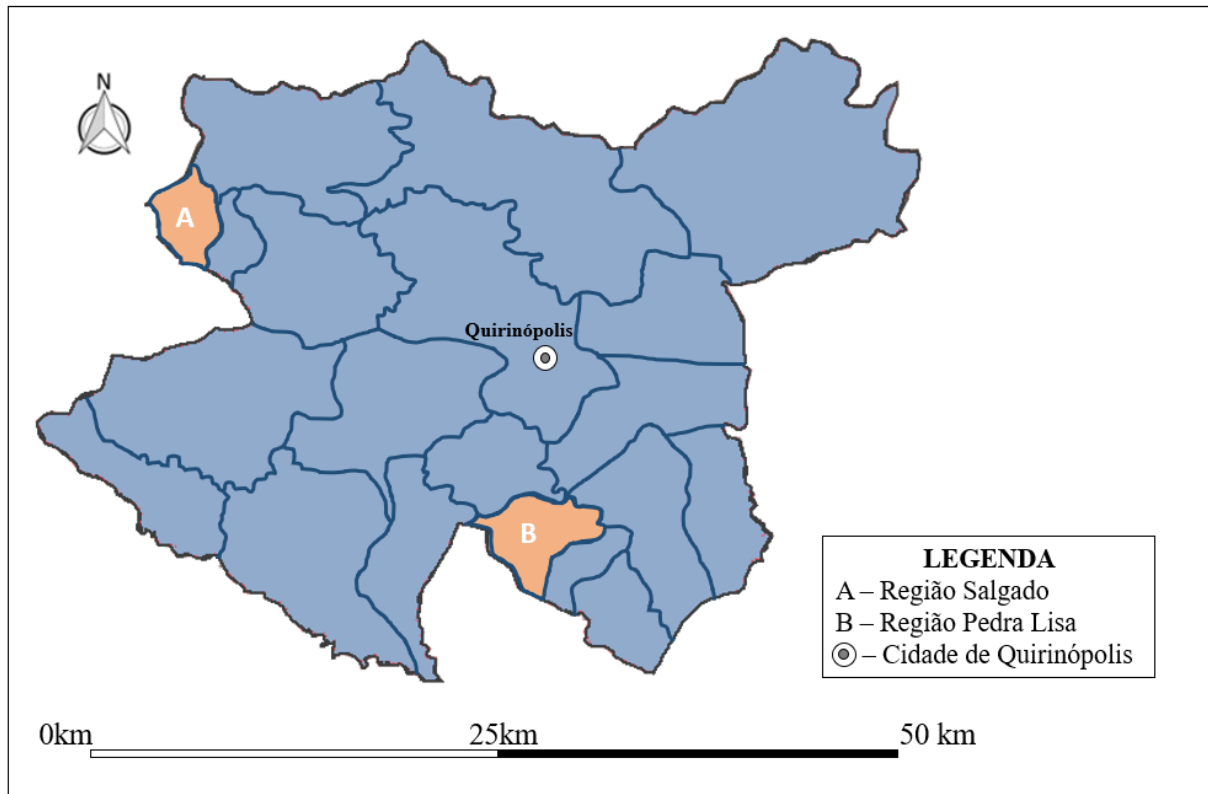
Fonte: BDE Goiás, 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

O município de Quirinópolis é subdividido em 21 regiões, com destaque para as áreas de estudo da pesquisa, a comunidade do Salgado identificado com a letra A e a comunidade da

Pedra Lisa com a letra B, conforme ilustra o mapa de divisão regional do município (Figura 3). O mapa destaca ainda a cidade sede do município.

Figura 3 – Divisão das 21 regiões de Quirinópolis, com destaque para Salgado e Pedra Lisa.



Fonte: BDE Goiás, 2022. Acervo UEG.
Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Essa divisão marca os territórios de famílias que por ali passaram, uma demarcação que vai além da cartografia política tradicional, criando laços e vínculos que se fortaleceram ou desapareceram com o tempo. Santos (2012, p. 27), em sua pesquisa na comunidade do Salgado, afirma que:

Os sujeitos que dela fazem parte são fruto de territorialidades exercidas pelos seus antepassados, o próprio território foi produzido no bojo dessas territorialidades, que continuam a ser vivenciadas pelos atuais moradores, imprimindo novas marcas ao território, numa relação dialética e constante. Nesse processo, há rupturas, novos sujeitos e modos de vida surgem, novos atores instalam a sua força, mas também há continuidades que se efetivam nas vivências entre os moradores, marcadas pela simplicidade, pelo acordo mútuo, pela coletividade, pelas festas, jogos e amores.

Cada subdivisão possui sua história singular, dando origem a cada nome de identificação das regiões, sempre baseado em uma história contada, um acontecimento marcante, uma propriedade de relevância ou uma característica predominante na paisagem local. Assim está

regionalizado o município de Quirinópolis, cada uma com sua singularidade. Conquanto o poder público municipal, assim como a população, denomine essas áreas como regiões, para o Salgado e a Pedra Lisa, a pesquisa buscou observá-las e concebê-las enquanto comunidades rurais. Entretanto, em alguns momentos o termo região é empregado por se tratar de conteúdo de áreas administrativas.

Dessa forma, compreender o contexto histórico de Quirinópolis se torna relevante por observar a história municipal durante as transformações ocorridas no campo, sendo visível seu desenvolvimento desde os primeiros moradores, passando pelo processo de emancipação de Rio Verde, até o período de expansão agrícola.

1.1 Contexto histórico de Quirinópolis

O levantamento do contexto histórico de Quirinópolis foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas nos capítulos de livro “História de Quirinópolis: Fragmentos escritos em 09 de março de 1988” escrito por Airosa Martins Parreira e Georgides de Souza Mattos, juntamente com o capítulo “Resumo da história e origem de Quirinópolis” escrito por Dr. Assilvio D’Abadia, que estão publicados no livro intitulado Quirinópolis: Mãos e olhares diferentes 1832-2010.

A história de Quirinópolis é datada de meados do século XIX, por volta dos anos 1832, quando o Cap. João Chrisóstomo de Oliveira e Castro, juntamente com sua família e escravos chegaram a estas terras, provenientes de Ouro Preto-MG, sendo considerados os primeiros moradores da região. Seguidos por José Ferreira de Jesus, sua esposa Maria Jacinta de Oliveira, filhos e escravos, emigrantes da região de Porto de Santa Rita do Paranaíba, atual cidade de Itumbiara-GO, se instalaram aqui na denominada Fazenda Confusão do Rio Preto.

No mesmo ano, por efeito de escritura particular, doaram uma porção de suas terras a Igreja Católica, um total de duzentos e cinquenta e oito alqueires, no local já denominado Fazenda Confusão do Rio Preto, localizado entre a serra, de mesmo nome, que contorna a área. É uma área rica em corpos hídricos, como o Rio das Pedras e seus afluentes, o Córrego das Clemências, o Córrego Capela e Córrego do Potreiro.

Com a doação das terras à igreja, os moradores ergueram uma edificação, ainda de palha para celebrar as atrações religiosas, para que pudessem receber o vigário da paróquia de Rio Verde, para celebrar missas, casamentos e fazer batizados.

No mesmo período, em um local até hoje incerto, mas diz a história ser próximo a uma olaria, José Ferreira de Jesus, junto com outras pessoas, cercaram um espaço para a demarcação

do cemitério, e pouco tempo depois ergueram uma capela, definindo-se assim o povoado, chamado de Capelinha, por conta da construção do edifício religioso às margens do Córrego Capela.

Em 29 de julho de 1879 o povoado foi elevado à categoria de Freguesia, no qual o nome foi substituído para Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba, pela resolução 603 da Paróquia e Comarca de Rio Verde, que na época, era a sede municipal. Anos depois, em 10 de julho de 1894, a partir de uma lei municipal da Comarca, a freguesia foi elevada a Distrito de Rio Verde. Mesmo com a alteração de nome e elevado à categoria de distrito, continuava sendo conhecida como Capelinha.

Pouco tempo após a criação do distrito, foi inaugurado o primeiro cartório de registro civil, que lavrou seu primeiro ato público em 03 de outubro de 1896, sendo o casamento de Narciso Antônio de Paula e Francisca Luiza da Silva. E a primeira escritura pública de compra e venda de terras foi lavrada em 09 de novembro de 1898.

Com o crescimento local e visando a expansão da comunidade, a área onde foi construída a primeira capela foi tida como inadequada para o crescimento do povoado, pois era muito úmida, insalubre, e propícia para doenças. Foi então que, em 19 de março de 1905, o Bispo Dom Eduardo Duarte da Silva nomeou uma comissão com diversos nomes importantes na história municipal para direcionar a construção da segunda capela em uma área onde se pudesse expandir o distrito. Parreira e Mattos (2010, p.34) cita os membros dessa comissão, presidida pelo

Cel. Quintiliano Leão como depositário, composta pelos senhores Manoel Domingos da Silva e Feliciano Domingos Dias, respectivamente procurador e tesoureiro e os fabriqueiros, os senhores Anicésio José Cabral, Jerônimo Martins Parreiras, José Joaquim Cabral, José Vicente Pereira Ramos, Joaquim Ferreira de Moraes de *[sic]* Manoel Ferreira Pessoa Né.

A comissão foi responsável por arrecadar donativos e definir o local de construção da futura capela que, por unanimidade foi escolhida nas proximidades de um córrego, também afluente do Rio das Pedras. O córrego recebeu o nome de Cruzeiro, pois o Frei Manoel Faria em suas santas Missões, nas proximidades do córrego fez um grande cruzeiro. O local escolhido para a capela fica próximo ao córrego, e até hoje situa a Igreja Velha Matriz de Nossa Senhora D'Abadia, ainda erguida e com reforma recente.

A construção da capela ficou sob responsabilidade de Nicolau Alves Tolentino, que pouco antes do término da edificação faleceu repentinamente, a partir daí prosseguiu-se vagarosamente sua edificação até ser concluída em 1917.

Durante a construção da capela, diversos personagens fizeram parte das contribuições para se realizar o feito. Porém consideram-se os mais importantes os senhores José Quirino Cardoso e Jacintho Honório da Silva, como principais patrocinadores. Anos mais tarde, em 24 de fevereiro de 1931, o distrito recebeu o nome do Quirinópolis, em homenagem a José Quirino Cardoso, que faleceu em 1919, aos 49 anos e considerado por muitos como peça-chave do desenvolvimento local.

Com o passar dos anos, e avistando uma possível emancipação política do município de Rio Verde, em 1940, foi construído em Quirinópolis a cadeia local e uma casa contígua como residência para soldados, financiada por Jacintho Honório da Silva, Antônio Estevam de Oliveira, dentre outros fazendeiros locais. No mesmo ano também foi iniciada a construção do primeiro e aeroporto local, elaborado por Francisco Candido de Castro, conhecido como Chico Anta, o qual recebeu o seu nome e o primeiro voo foi recebido em 1942.

No ano de 1943 Quirinópolis contava com aproximadamente 50 casas de alvenaria, dentre diversos outros estabelecimentos comerciais, como farmácia, armazém, uma escola e o prédio da Prefeitura. Ao final do mesmo ano, em 31 de dezembro, por meio do decreto nº 8.305, Quirinópolis não era mais um distrito de Rio Verde. Torna-se município, devidamente emancipado, e podendo reger seu próprio futuro de maneira independente.

O primeiro prefeito municipal foi o senhor José Jacintho da Silva, com seu mandato a partir de 24 de janeiro de 1944, nomeado pelo então governador do Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, até sua demissão em 05 de junho do mesmo ano. José Jacintho da Silva foi sucedido por 3 outros prefeitos nomeados, porém todos com um mandato de curto período, até tomar posse o senhor Garibaldi Teixeira, pelo Partido Social Democrático, sendo este o primeiro prefeito eleito da cidade, com seu mandato de 08 de dezembro de 1947 a 30 de janeiro de 1951.

Durante seu mandato, Garibaldi Teixeira adquiriu maquinários e recursos, e orquestrou a construção de uma usina hidroelétrica na cachoeira do Rio São Francisco, distante a cerca de 12km da cidade. A construção da obra substituiu o então conjunto estacionário que produzia energia para a cidade, estabilizando a rede e proporcionando uma ampliação na área de cobertura da energia elétrica municipal. A usina foi instalada em uma área doada pelo senhor José Salomão Lemes da Silva, que também foi beneficiado pela obra, tendo a energia elétrica em sua fazenda, situada a 3km da usina.

No segundo ano de seu mandato, em 1948, por intermédio de Flávio Fernandes Lima, foi estabelecida uma rota de ônibus ligando Quirinópolis a Rio Verde, com viagens saindo três

vezes por semana, assim agilizando os serviços postais e o transporte de pessoas entre as duas cidades.

Ainda naquele ano, em 24 de abril, foi instalada a comarca de Quirinópolis, por meio da cessão presidida pelo MM. Juiz de Direito Dr. Paranaíba Pirapitinga Santana, da comarca de Rio Verde, marcando assim a emancipação jurídica do município, tendo seu primeiro juiz o Dr. Romeu Estelita Cavalcanti.

Dentre outros prefeitos eleitos, podemos destacar o Sr. Hélio Campos Leão, que por três mandatos esteve à frente da Prefeitura, de 31 de janeiro de 1951 a 05 de agosto 1954, 01 de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1961 e de 01 de fevereiro de 1966 a 31 de janeiro de 1970. Dentre seus serviços, aperfeiçoou a usina hidroelétrica do Rio São Francisco, adquiriu da igreja, por meio de seu representante o Bispo D. Germano da Veja Campom, 58 alqueires de terra no local da cidade para a ampliação municipal.

Ordenou a obra de transferência do aeroporto municipal da rua Rio Preto para a avenida João Batista em 1952 e em 1966 já no seu terceiro mandato o aeroporto foi mudado novamente de local, ficando na ponta da serra. Sendo mudado novamente de local em 1978, na gestão de Onício Resende por determinações de normas da DAC, sendo definitivamente instalado na fazenda Limeira, saída para Itumbiara, local que permanece até hoje.

Hélio Leão adquiriu para o município o primeiro trator de esteiras e o primeiro caminhão para as obras municipais, além da construção do Grupo Escolar Canaã, atual Colégio Municipal Militarizado Canaã. Ainda em seu mandato, Hélio desenvolveu as obras na praça da Igreja Matriz, com a construção da fonte luminosa, presente até hoje, coreto, jardins, bloquetes e arborização na extensão da Avenida Brasil, principal via da cidade e a instalação do Departamento Telefônico de Quirinópolis (DETELQUIRI), trazendo televisão e telefonia ao município. Além da inauguração do conjunto habitacional Vila Promissão próximo a saída para o município de Caçu, com cerca de 180 casa populares.

Joaquim Quirino de Andrade assumiu a gestão da cidade pelo Partido Social Democrático (PSD) após o 1º mandato de Hélio Leão, 1955 a 1958. Durante seu mandato construiu o prédio da Praça da Matriz, anexando ao prédio a sede da prefeitura e o fórum municipal. Ordenou a construção do Grupo Escolar José Feliciano Ferreira, que futuramente tornou-se sede da Subsecretaria Regional de Educação de Quirinópolis e atualmente funciona o Colégio Estadual Frederico Gonzaga Jaime.

Com parceria com a Centrais Elétricas de Goiás (CELG), desativou a hidroelétrica do Rio São Francisco e instalou um conjunto elétrico estacionário, e anos depois trouxe para

Quirinópolis energia vinda da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Alta, ampliando a força elétrica no município.

João Hércules foi eleito prefeito municipal pelo PSD após o 2º mandato de Hélio Leão, sua liderança a frente do município fora de 31 de janeiro de 1961 a 04 de abril de 1965, período em que construiu o novo prédio da cadeia local e o novo prédio da Praça de São Sebastião, instalou a nova sede da Prefeitura, promoveu o aterro do córrego do Cruzeiro em alguns pontos da cidade, dentre outras obras. Ainda em seu mandato construiu o primeiro hospital na cidade, a Casa de Saúde, junto ao médico Dr. Cassiano Borges. No mesmo período o povoado de Porto Novo foi elevado a distrito de Quirinópolis, com o nome de Gouvelândia, um passo para sua futura emancipação política.

Humberto Xavier foi prefeito municipal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) dos anos de 1970 a 1973, logo após o 3º mandato de Hélio Leão. Além de trabalhos de infraestrutura, esse gestor obteve destaque por conduzir a obra das duas primeiras ruas asfaltadas, a rua Rio Preto e a Avenida Garibaldi Teixeira, além de reorganizar o serviço de abastecimento de água na cidade.

Após o mandato de Humberto Xavier, foi eleito, pelo mesmo partido, o prefeito Nerivaldo Costa, de 1973 a 1976. De acordo com Parreira e Mattos (2010, p.41) o prefeito “adquiriu o maquinário e asfaltou várias ruas da cidade; terminou e inaugurou o matadouro municipal; projetou e iniciou a construção da rodoviária [...]. Na vigência de seu mandato, por um convênio com a Saneago, abasteceu a cidade de água tratada, captada do Rio das Pedras”.

Outro grande nome na gestão de Quirinópolis foi Onício Resende, eleito pela população também pelo partido ARENA, com seu mandato de 1977 a 1982 com um pleito de 6 anos, com mandato tampão de 2 anos. Destaca-se como grandes feitos, o término da construção da rodoviária, uma das mais modernas na época; a construção das três avenidas, Dom Pedro I, Santos Dumont e Leocádio de Souza Reis, três das principais avenidas na atualidade; a construção do Ginásio Municipal de Esportes e a quadra hospitalar do Hospital Municipal, contando em uma mesma área o próprio hospital em conjunto com uma creche e um abrigo para idosos. Também implantou o sistema de DDD e DDI possibilitando ligações para qualquer lugar do mundo.

Por fim, além dos prefeitos destacados, vale ressaltar também o senhor Sodino Vieira de Carvalho, tendo toda sua carreira política no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) atual MDB (Movimento Democrático Brasileiro), sendo vereador municipal de 1977 a 1982, e a frente da gestão de Quirinópolis por dois mandatos, o primeiro de 1983 a 1988, seguido por um cargo de deputado estadual a partir de 1991, onde renunciou em 31 de dezembro

de 1992 para assumir novamente a gestão de Quirinópolis em 1993 após ser eleito pelo povo quirinopolino, ficando na gestão até 1996.

Logo no início de seu primeiro mandato deu início aos atendimentos no Hospital Municipal, possibilitando atendimentos médicos de pediatria e maternidade para famílias carentes do município e da região, além da creche e do abrigo de idosos que ficava na mesma área, dedicando acesso completo à população carente, desde as crianças até os idosos, no qual encontram um lar, amigos e uma boa alimentação.

Além de obras de infraestrutura e manutenção, Sodino também trouxe, em parceria com o governo de estado, a primeira faculdade de ensino de nível superior para a cidade, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis (FECLEQ), no último ano de seu primeiro mandato. Também gestou as obras do estádio municipal, com capacidade para 7.000 torcedores e a canalização do córrego do Cruzeiro que atravessa a cidade.

O processo produtivo em Quirinópolis se desenvolveu a partir de algumas etapas. Quando ainda distrito de Rio Verde, a produção agrícola municipal tinha como produtos arroz, feijão, milho, mandioca, frutas e leguminosas, dentre outros alimentos que mantinham a base do sustento coletivo das famílias, advindas da pequena produção rural que abasteciam o comércio interno. O comércio era realizado pelos pequenos produtores nas chamadas vendas, pequenos pontos de comércio onde se encontrava uma grande variedade de gêneros alimentícios que não se produzia nos sítios, como açúcar e outros produtos, querosene, fumo, botinas, dentre outros, para o uso nas casas.

Por volta dos anos de 1950 e 1960, com a criação de rotas ligando a região centro-sul do país com Goiânia, e a própria construção de Brasília, o município passou a receber grande quantidade de mão de obra nas fazendas da região, advinda da imigração de novos moradores de diversas regiões do país, principalmente dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Piauí, mudando o contexto da produtividade local. Período que houve a construção da primeira máquina de beneficiar arroz, que já era um cultivo forte na região, de aquisição do paulista Lázaro Garcia da Silveira.

Foi com essa expansão da mão de obra no campo que as famílias dos pequenos produtores tiveram um aumento na concorrência na produtividade das culturas. Uma vez que os grandes produtores se instalaram na região, contratavam dezenas ou até centenas de funcionário assalariados para trabalhar nas lavouras, principalmente de arroz, milho e algodão, visando o comércio com os Estados de Minas Gerais e São Paulo e viu-se que “de 1970 para cá, por exemplo, o número de pequenas propriedades familiares, voltadas essencialmente para

uma economia tipicamente camponesa, diminuiu, dando lugar às grandes fazendas de gado ou às empresas rurais que produzem grãos de exportação.”. (TEIXEIRA NETO, 2008, p.13).

Esse processo migratório reforçava a concentração de renda dos donos de terra já estabelecidos na região, não dando margem para o crescimento financeiro dos imigrantes empregados nas fazendas. Essa situação impossibilitou a formação de reserva de poupança financeira para os trabalhadores assalariados adquirirem suas próprias propriedades e, “por mais que a terra fosse quase de graça para alguns, para outros o acesso pela compra era quase impossível pela desvalorização do trabalho braçal” (SANTOS, 2011, p.55).

O processo produtivo do município teve grande crescimento nessa etapa de expansão do trabalho tradicional nas lavouras. Nos censos agrícolas em períodos anteriores ao de 1950, a produção de Quirinópolis era contabilizada junto com Rio Verde, pois até 1943 ainda pertencia a este, na qualidade de distrito, dificultando a análise de dados específicos da cidade. No entanto, os dados de 1950, 1960 e 1970 apresenta um crescimento dos cultivos de produção manual voltados para o comércio e consumo interno, como o arroz, feijão e mandioca.

No período em que predominava a agricultura tradicional, conforme Tabela 1, houve crescimento das lavouras de arroz, feijão e mandioca, sobretudo de 1950 para 1960, que tiveram sua produtividade aumentada em decorrência da migração constante e o forte contingente de trabalhadores nas lavouras.

Tabela 1 - Produção municipal de Quirinópolis em toneladas (1950, 1960 e 1970).

Cultivo	1950 (t)	1960 (t)	1970 (t)
Algodão	35	32	394
Arroz	9.363	28.432	25.614
Feijão	852	2.652	182
Cana-de-açúcar	2.537	235	442
Mandioca	6	6.309	423
Milho	11.317	8.301	23.683
Soja	-	-	1.277

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 1950, 1960 e 1970. (IBGE, 1956, 1967, 1974).

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Os dados agropecuários do IBGE apresentados na Tabela 1, evidenciam que a produção de arroz e feijão no município de Quirinópolis em 1960 chega a três vezes o volume de produção se comparada à década anterior, com uma colheita de 28.432 toneladas de arroz e 2.652 toneladas de feijão, sendo na década de 1950 foram de 9.363 e 852 toneladas, respectivamente.

Também a produtividade de mandioca que era apenas para o autoconsumo, dá um salto em toneladas para atender o mercado local, in natura ou com a produção de farinha. Porém, ambos os cultivos que tiveram seu auge nos anos 1960 foram sendo erradicados com a expansão

das monoculturas da soja e milho, que se inicia já na década de 1970, atingindo uma produtividade de 23.683 toneladas para o milho e 1.277 para a soja.

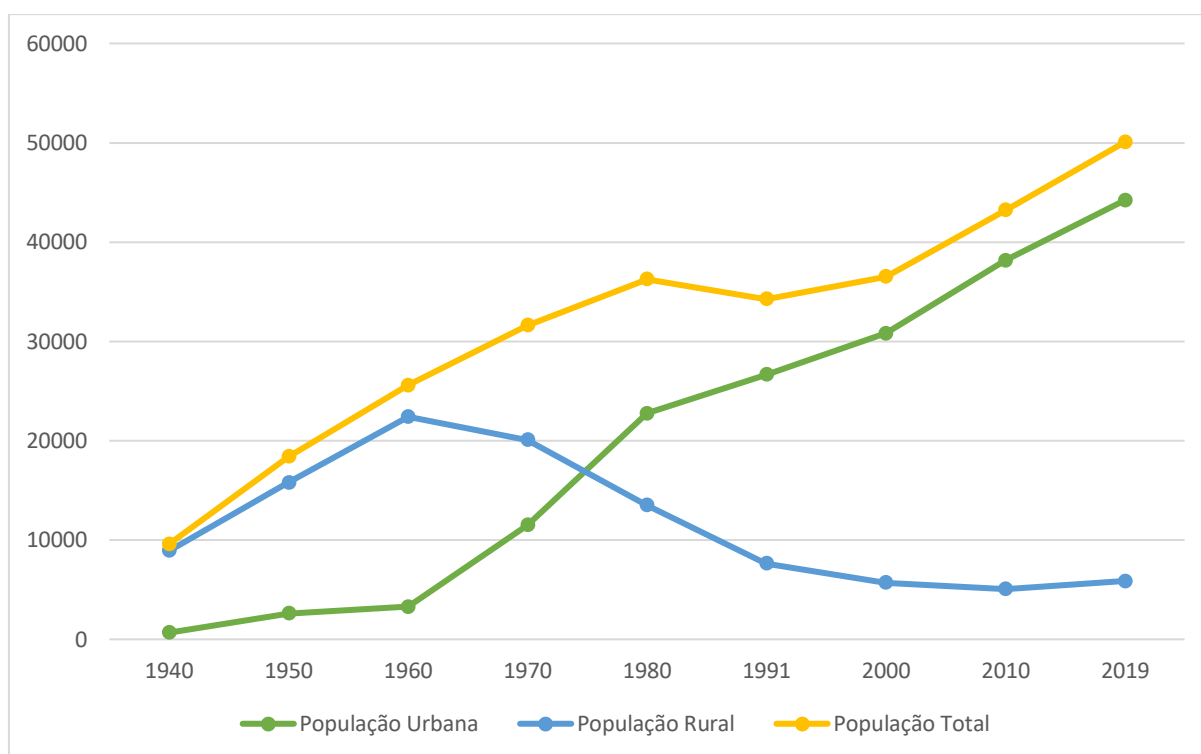
A partir daí iniciou o processo de expansão das monoculturas no município, com o grande contingente de trabalhadores que, aliado aos baixos salários, os donos de terra concretizavam o domínio mercantil na produção de cereais.

Esse domínio manteve-se com a mecanização agrícola e os programas de desenvolvimento do Cerrado. A mão de obra agrícola tradicional foi gradativamente substituída pelas máquinas, deslocando os trabalhadores rurais para a área urbana de Quirinópolis, incrementando a disponibilidade mão de obra na sede municipal e expandindo o comércio em diferentes áreas.

Diversos camponeses e assalariados rurais que deixaram a vida no campo e se mudaram para a cidade encontraram alternativas no comércio interno, com a abertura de lojas e estabelecimentos ligados ao próprio mercado agrícola, no período em que a mecanização agrícola e a monocultura da soja começaram a se instalar no município, marcando o início da migração dos camponeses do campo para a cidade, que na verdade o que ocorreu foi um processo de desterritorialização das famílias e desarticulação da produção camponesa.

Conforme mostra a Figura 4, é nítido o crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960, decorrentes da imigração destinada ao trabalho no campo. Evidente também a mudança nas curvas da população urbana e rural, decorrentes do processo de esvaziamento do campo, atrelado a expansão da sojicultura no município, a partir da década de 1970. O poder do modelo do agronegócio, com agricultura mecanizada forçou a substituição da mão de obra assalariada e provocou a mudança drástica na estruturação demográfica dos meios rural e urbano.

Figura 4 – População urbana, rural e total em Quirinópolis (1940 - 2019).



Fonte: IBGE. 2020.

Organização: SANTOS. R. M. dos, 2020.

A monocultura da soja e milho adentrou área rural de Quirinópolis no início dos anos 1970, favorecida pela mecanização agrícola, direcionada pela produção voltada à exportação de grãos, desarticulando o cultivo das lavouras camponesas. A redução do cultivo do arroz e a expansão das grandes áreas de milho e soja marcaram a produtividade municipal até o início dos anos 2000, chegando a contabilizar mais de 90% da produção total do município.

No início dos anos 2000, com a construção de duas agroindústrias, popularmente conhecidas como usinas de álcool, Usina São Francisco, do grupo SJC Bioenergia, instalada em 2006, e Usina Boa Vista, do grupo São Martinho, em 2008, freou a expansão da produção de grãos, marcando o início a uma nova fase de expansão agrícola no meio rural quirinopolino.

A tabela de produção municipal (Tabela 2) revela que as produções voltadas para o mercado local tiveram seus níveis de produtividade cada vez menores com a chegada do novo século, sendo, em alguns casos, completamente erradicados pelo modelo do agronegócio, como é o caso do arroz. O cultivo do arroz, feijão e mandioca que tiveram sua maior produtividade nos anos 1960, o algodão em 1980, nos primeiros anos dos anos 2000 não conseguiram disputar espaço com as novas cultivares que movem o agronegócio. Tanto em Quirinópolis e região, como também em Goiás e em todo o Brasil, o foco de produtividade tem sido para a soja, o milho e, atualmente, o carro chefe, vem sendo a cana-de-açúcar.

Tabela 2 - Produção municipal de Quirinópolis em toneladas (1970 a 2020).

Cultivo	1970 (t)	1980 (t)	1990 (t)	2000 (t)	2010 (t)	2020 (t)
Algodão	394	3.930	230	360	-	-
Arroz	25.614	27.537	1.280	2.640	360	-
Feijão	182	6	12	672	-	662
Mandioca	423	191	530	1200	725	2.217
Milho	23.683	55.327	33.310	45.200	25.200	51.200
Soja	1.277	32.466	19.800	70.000	60.000	88.200
Cana-de-açúcar	442	81	-	-	3.715.200	6.343.098

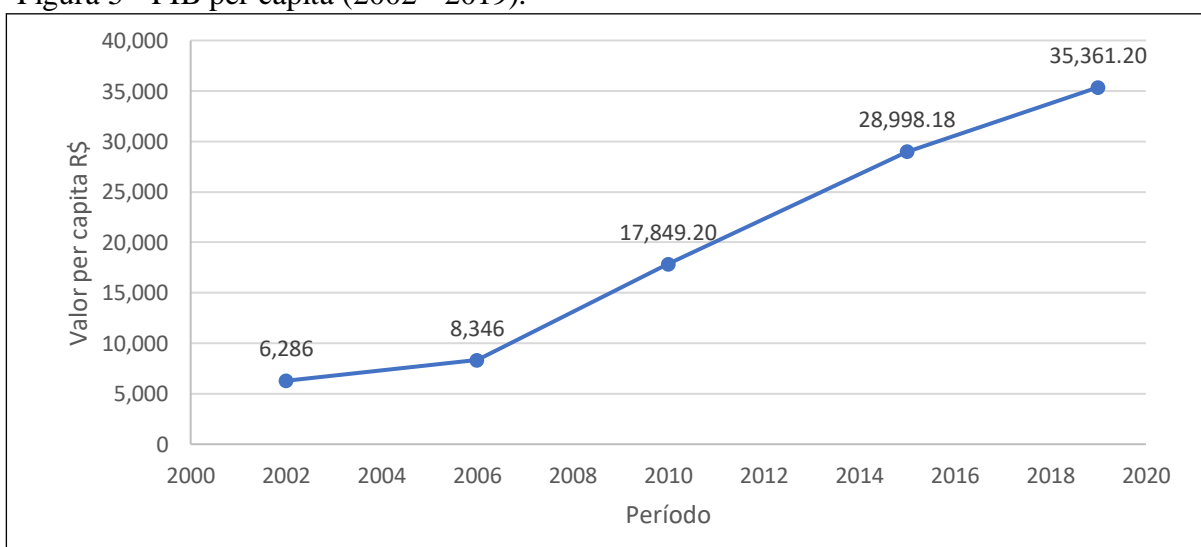
Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020. (IBGE, 1974, 1984, 1994, 2001, 2011, 2022).

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Em Quirinópolis, o desenvolvimento sucroalcooleiro não foi diferente do restante do país. O cultivo da soja se manteve dominante em Quirinópolis até meados dos anos 2000, estabilizando o PIB per capita municipal em torno de R\$7.000 a R\$8.000. Mas com a construção das usinas São Francisco e Boa vista, o PIB per capita subiu em ritmo acelerado (IBGE, 2022).

No gráfico do PIB per capita (Figura 5) e na tabela de produção de soja e cana de açúcar (Tabela 3), é possível assimilar a crescente do PIB atrelada a produção sucroalcooleira, demonstrando o fator de crescimento da economia municipal relacionada a implantação das agroindústrias, promovendo grande demanda por mão de obra e a maior circulação de capital no comércio local. A partir da expansão dessas monoculturas no município, o setor de serviços foi impulsionado atendendo o grande contingente populacional que movimenta a economia local, representando uma significativa parcela do PIB per capita.

Figura 5 - PIB per capita (2002 - 2019).



Fonte: IBGE, 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Tabela 3 - Produção de soja e cana de açúcar, 2000-2020.

Período	Produção (Toneladas)	
	Soja (T)	Cana de Açúcar (T)
2000	70.000	0
2005	66.000	0
2010	60.000	3.715.200
2015	44.000	6.758.500
2020	88.200	6.343.098

Fonte: IBGE, 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Com a construção das usinas, além de diversos investimentos municipais, a cidade recebeu grande demanda de mão de obra, impulsionando a geração de novos empregos e trazendo a migração de pessoas de outras cidade e regiões do país em busca de trabalho. Em 2005 o município contava com uma população de aproximadamente 38.000 habitantes, e em 2019 passou dos 50.000 (IBGE, 2022).

Entretanto, com essa expansão agrícola acelerada, nem tudo foi positivo para o município, especialmente para os pequenos produtores das comunidades rurais. Devido as fronteiras agrícolas, iniciada pela soja e milho, os camponeses disputaram espaço com as grandes áreas de *comomodities*, com a produção de grãos e cana-de-açúcar voltadas para a exportação, ficando, a produção alimentar agrícola, de leite e pequena criação de gado de corte, desarticuladas e desvalorizadas, provocando a migração para a cidade ou até agregando ao agronegócio na condição de assalariados, gerando um processo de subordinação e de desarticulação da produção camponesa.

A recente ramificação da cana de açúcar, matéria prima para o etanol, instalada no município em diversas propriedades rurais por meio do arrendamento das terras, vem prometendo e cumprindo renda fixa para os arrendatários. Uma proposta tentadora, onde o dono da terra recebe o pagamento mensal ou anual fixo do arrendamento da área, sem desgaste braçal ou financeiro, deixando todos os gastos de administração e cultivo por conta da empresa arrendatária da terra.

[...] o capital tanto é proprietário de terra e da indústria e emprega mão-de-obra assalariada na terra, quanto arrenda pequenas e médias propriedades de terra para plantar cana-de-açúcar com mão-de-obra assalariada, controlando completamente todo o ciclo desde a produção da matéria-prima à industrialização e circulação do produto. (BUNDE, 2011, p.158).

Uma oferta que agradou muitos donos de terra pela facilidade e simplicidade de uma renda extra com a porção de terra, porém, uma implicação direta às famílias que persistiram

tentando a vida nas comunidades, gerando transformações no modelo produtivo e na estruturação social local. Para Silva (2011, p.56):

A acomodação da agroindústria canavieira em terras do Cerrado desarticula setores produtivos e comunidades locais e estabelece o reordenamento dos elementos espaciais de maneira significativa, tornando-se necessário compreender os mecanismos que determinam a expansão do setor e os impactos causados na economia, política, cultura e natureza nesses locais.

A cana-de-açúcar é um modelo de produção completamente diferente da sojicultura, visto que no cultivo da soja não é comum a prática do arrendamento de terras, e de uma maneira geral as terras e a produção costumam ser dos próprios agricultores, pois não há em Quirinópolis empresas que arrendam terras em grande escala para o plantio de soja, restando as duas usinas sucroalcooleiras com o cultivo da cana-de-açúcar com o arrendamento. Dessa maneira, insere-se o poder da agroindústria sucroalcooleira desde as lavouras de cana-de-açúcar no solo até o produto final do processo, nesse caso, o etanol.

Assim as comunidades camponesas estão inseridas nos processos de desenvolvimento agrícola, sendo diretamente impactadas sendo obrigados a ressignificar suas práticas culturais e cotidiano.

1.2. Comunidades camponesas goianas, modos de vida, conceitos e cultura

As comunidades camponesas que compõem as chamadas comunidades tradicionais do Cerrado, são grupos familiares que migraram de outras regiões, principalmente Sul e Sudeste, e se instalaram no sul goiano com suas famílias. Já territorializadas, começaram a praticar suas técnicas agrícolas e construir sua identidade cultural. Segundo Brandão (2012, p.360-361), comunidades tradicionais constituem-se

como um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;

g)estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

Essas famílias são caracterizadas pelo jeito simples de compor a vida, sem apreços estéticos ou financeiros, sem contato com questões e aparatos tecnológicos. Com suas experiências no campo advindas do convívio familiar, herdadas dos seus antepassados, mantiveram a vida rural sempre presente.

Instalam suas residências rurais próximo às margens fluviais, uma estratégia para aproveitar a corrente fluvial em engenhos, moendas, monjolos, irrigação das plantações, além dos afazeres domésticos, como a limpeza da residência e vestimentas, e não menos importante, para saciar a necessidade diária pela água.

Tendo a terra como trabalho, sustento e fonte de renda para comercializar o excedente e comprar o que não produz. O

modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua. [...] O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para subsistência e a venda do excedente dessa produção. (CAMACHO, 2014, p.3).

Em tempos passados, era um território para a pequena criação de gado extensivo, a prática da agricultura camponesa, sem a implementação de maquinário agrícola ou qualquer aditivo químico, “a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.” (SHANIN, 2005, p.3). Porém hoje já é possível ver alguns traços da modernidade como tratores, veículos e agentes químicos.

No período de origem dessas comunidades, ainda no século XIX, não eram existentes implementos e tecnologias agrícolas avançadas, porém, mesmo com a introdução destes no mercado rural, algumas comunidades se mantiveram com as práticas de cultivo tradicional, com pequenas alterações ao meio ambiente, mesmo diante as interferências no mercado agrícola instauradas a partir da década de 1960.

Essa prática agrícola tem como base a boa relação entre o cultivo e o meio ambiente, com técnicas capazes de conciliar a boa produção com os mínimos impactos ambientais. Dentre as técnicas tem-se o consórcio de culturas, cultivando junto, em uma mesma área, uma variedade de espécies, assim como a rotação de culturas, alternando o cultivo a cada época do ano, ambas proporcionando uma boa produtividade sem a exaustão mineral causada pela monocultura. Essas técnicas de cultivo abrangem a utilização de cobertura morta sobre o solo,

protegendo-o contra a degradação causada pelos raios solares e a chuva, a utilização de adubos orgânicos e o controle alternativo de pragas.

Técnicas essas utilizadas como parte da agricultura familiar, característico das comunidades camponesas, um modelo de trabalho que preza pelo bem coletivo e a integração familiar no plantio e colheita, dividindo os lucros, sem a necessidade de mão de obra assalariada, onde “Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar.” (SHANIN, 2008, p.27).

As práticas produtivas utilizadas no período, visavam o sustento coletivo das famílias, e o comércio em pequenas transações nas chamadas “vendas” que existiam nos pequenos centros urbanos ou próximo as propriedades rurais, caracterizando o que hoje é denominado cadeias curtas de comercialização, “ao longo de seu ciclo de vida pequenas equipes corporadas cujo trabalho deve a cada ano produzir pelo menos para o consumo familiar e a cota de excedentes cuja comercialização complementa a sua própria subsistência” (BRANDÃO, 1999, p.44).

O termo venda era comumente relacionado a comércios rústicos, que existiam nos povoados, ou até mesmo em estradas que ligavam as fazendas. Eram armazéns que em geral faziam a compra e venda em pequena quantidade e girava o comércio local.

Com o trabalho familiar, Camacho (2014, p.9) descreve que para as famílias camponesas, a melhor fase é quando os filhos adquirem idade suficiente para o trabalho braçal, onde deixam de ser “bocas” e passam a ser “braços” nas palavras do autor, ajudando na produtividade agrícola.

O melhor período para a família camponesa é quando os filhos alcançam uma idade em que conseguem trabalhar na mesma proporção que seus pais. Analisando a partir do balanço trabalho-consumo, é quando os filhos deixam de ser “bocas” e viram “braços”. Neste período, ocorrem as divisões das responsabilidades da reprodução do grupo familiar com os pais. De maneira geral, os meninos ficam responsáveis por auxiliar no trabalho de plantar, de colher e de cuidar do gado e às meninas ajudam nos afazeres em casa e no quintal. (CAMACHO, 2014, p.9).

Nas comunidades, as famílias exerciam uma relação comunitária de produção, com a coletividade entre os moradores para um bem maior e prosperidade local. Partindo dessa ideia, era muito comum os chamados “mutirões” no campo, onde membros de diversas famílias se reuniam para colaborar em determinada atividade, como carpir uma pastagem para o cultivo, ajudar nas colheitas, dentre outras atividades rurais. Sabourin (2020, p.66) conceitualiza que

O termo “mutirão” designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. A primeira diz respeito aos bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de uma rodovia, escola, barragem ou cisterna), a outra aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa).

A treição¹, assim como o mutirão, era outra atividade comunitária comum de ajuda mútua entre as famílias, o diferencial entre elas é que no mutirão o trabalhador solicita a ajuda dos companheiros, marcando a data para executar o trabalho, e na treição os moradores se dispõem a ajudar no ato do trabalho sendo executado, sem a solicitação de ajuda por parte do trabalhador. “Entendemos que o mutirão é a solidariedade solicitada pelo ajudado e a treição é aquela espontânea, de surpresa.” (PAULA, 2013, p.259).

O modo de vida comunitário é fortemente entremeadado aos moradores, intensificando os laços familiares, de tal forma que as famílias

se organizam para a ajuda mútua na lida rural. [...] em épocas de variadas dificuldades e poucos recursos para a elas resistirem, ser ajudado pelo amigo ou vizinho e poder ajudá-lo é a regra das vidas em trabalho. Assim, enfrentam as forças da natureza como a pouca chuva para o roçado, as muitas águas que se aproximam da colheita por fazer, as demandas comuns da labuta rural, como moagem de cana, capina de uma roça, limpeza de um rego d’água que serve à família [...]. Nesse ambiente cultural e social, não reina o dinheiro para a paga do serviço feito no socorro a alguém; antes, aí valem as práticas solidárias de trabalho [...]. (PAULA, 2013, p.258).

A união entre os camponeses é fortemente interligada às práticas religiosas. Por uma tradição e símbolo de fé, as pequenas propriedades sempre eram contempladas com uma igreja que, juntamente com a venda e uma escola, perfaziam a tríade essencial dentro de uma comunidade e povoado. Desse modo, considerando a base para o desenvolvimento local, da terra tiram o sustento, nas escolas o conhecimento para prosperar e seguir caminho na vida adulta, alguns visando a vida na cidade grande, outros para obter conhecimentos e profissões para o meio rural, o comércio local para a distribuição de mercadorias e aquisição das que não são produzidas nas propriedades e a igreja para manter viva a fé das famílias. Nesse período, o vínculo religioso e a crença católica eram fortes, era a base de sustentação para “manterem firmes” na jornada diária.

Dentre as caracterizações comunitárias, a religião movia também as festividades e a crença nos santos para terem sucesso no cultivo, com fartura em comidas e danças, as famílias locais e das comunidades vizinhas se reuniam para festejar. Dentre essas, a Folia de Reis é uma

¹ Treição é uma prática típica de ajuda mútua entre as famílias nos trabalhos do dia a dia, símbolo da união e cooperativismo entre as famílias camponesas.

festividade que marca a passagem dos Reis Magos pelas fazendas, onde os foliões visitavam as casas em ritmo de comemoração, assim como as festas juninas, celebradas no mês de junho em comemoração aos dias de São João, Santo Antônio e São Pedro, momentos proporcionar a fé e alegria entre a comunidade, conforme representa o quadro de festividades típicas da cultura camponesa (Quadro 1).

Quadro 1 – Festas típicas das comunidades tradicionais.

Festa do Divino Pai Eterno	Se iniciou por volta de 1840, quando um medalhão entalhado com a imagem do Pai, do Filho e do Espírito Santo foi encontrado por um casal em sua propriedade. Desde então diversas famílias peregrinam até a cidade de Trindade em símbolo de fé. Assim como as famílias camponesas, que caminham longas distâncias em ritmo de oração até a Basílica do Divino Pai Eterno, iniciada na última sexta-feira de junho ao primeiro domingo de julho.
Folia de Reis	Surgiu no Brasil ainda em 1534 por meio dos Jesuítas, mas foi sendo ressignificada com o tempo, mas mantendo sua essência, com a mesma crença ao Menino Jesus, a São José, a Virgem Maria e aos Reis Magos. Nas comunidades é comum os foliões se fantasiarem e percorrerem entre as propriedades em ritmo de festa e oração.
Festa Junina	Surgiu como celebração em homenagem aos santos católicos, São Pedro, Santo Antônio e São João. A fogueira é ponto característico dessa festividade, decoração específica colorida com balões e bandeirinhas, música típica como o forró, comidas principalmente a base do milho. Presente na cultura camponesa e apropriada pela cultura urbana.

Fonte: SILVA (2019), PERGO (2007), MOURA JR (2013).

Org.: SANTOS, R. M. dos. 2022.

Os terços rezados mantêm a fé católica aquecida, sempre movimentando a união e o fervor espiritual, proporcionando conforto e refúgio aos corações dos praticantes, assim como as novenas, rezadas para um propósito, e nas famílias é comum a reza em momentos difíceis como os períodos de estiagem, assim eram rezadas buscando o ouvir de suas preces para trazer chuva.

A união familiar, é a base para a cultura camponesa, circulada pelo campo, a religiosidade e as práticas agrícolas, esses são elementos base da identidade cultural do povo camponês tradicional. Onde “os encontros para as rezas e até mesmo para as festas são uma extensão da casa, da família. Trata-se de um evento de sociabilização desses sujeitos”. (SOUZA, 2013, p.265).

A dança, outro elemento presente na cultura camponesa é expresso pelo catira, pagodes, bailes, além de estar inserida nas próprias festividades religiosas. São momentos de descontração e harmonia que revelam o bem-estar familiar e o espírito comunitário. Espírito esse retratado nas letras das músicas sertanejas raiz, transmitindo por meio da música, histórias e momentos passados nas vidas dos compositores.

Demonstrando como a comunidade tem forte relação com o território, pois dele é gerada sua cultura e identidade, a partir do alimento, da moradia, das amizades, e toda sua história de vida moldada pela própria caracterização do convívio do morador com a natureza ao seu redor, uma estrutura formada pela interação entre os agentes materiais e imateriais, sendo o território o produto das relações sociais, econômicas, culturais e ambientais.

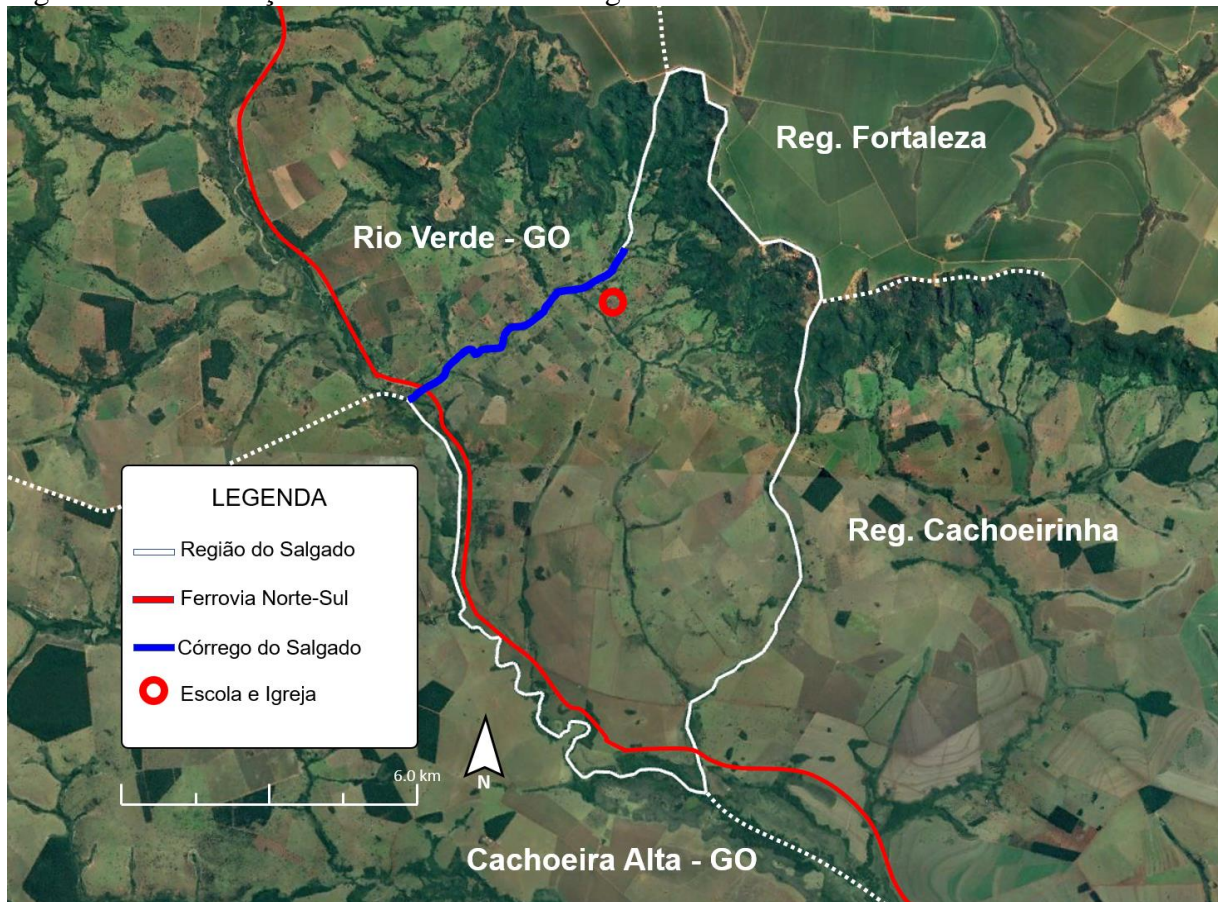
Para Inocêncio (2010, p.58), “São os agentes sociais que produzem o território, através das relações travadas entre eles e o meio natural, por intermédio do trabalho, para produção do espaço de vivência do homem”. Reforçando o conceito de que o próprio homem produz o seu território junto as relações travadas ali.

1.3. Comunidade do Salgado: história, características e sociedade

O embasamento bibliográfico para contextualizar a comunidade do Salgado são a dissertação de Hellen Cristina dos Santos com o título “A Comunidade Camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis-GO” e o capítulo de livro escrito por Gladis Cabral Martins e Reile Ferreira Rossi, intitulado “Memória: subsídio na construção e conservação da identidade cultural da Microrregião Salgado, Quirinópolis-GO”, publicado no livro Quirinópolis: cultura e desenvolvimento regional – Mãos e Olhares Diferentes III (1832-2014). Duas obras que possibilitam compreender o contexto histórico do Salgado.

A Comunidade do Salgado se localiza na porção noroeste de Quirinópolis, e, apesar de estar predominantemente em território quirinopolino, uma pequena parte está dentro do município de Rio Verde, (Figura 6). É delimitada a leste, pela margem direita do córrego do Salgado, fazendo divisa com a região da Cachoeirinha, a sudoeste, pela margem esquerda do Rio Preto, está o limite de município com Cachoeira Alta, a nordeste, pela região da Fortaleza e a noroeste pelo município de Rio Verde.

Figura 6 – Demarcação da Comunidade do Salgado.



Fonte: Google Earth. 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos. 2022.

Trata-se, portanto, de um território intermunicipal, extrapolando os limites geográficos pré-estabelecidos pelos municípios, o que tem gerado discussões quando a comunidade requisita infraestruturas ou manutenção das que já existem no local.

Isso aqui nós já teve muito problema burocrático nessa questão, por que muitas vezes aqui nós tem muita gente que mora no município de Rio Verde e vota em Quirinópolis, [...] ai os de Quirinópolis, talvez num pode fazer nada pela gente por que mora no Rio Verde, ai os de Rio Verde, num faz por que você vota no Quirinópolis, mais agora, agora parece que eles chegô num bom senso que agora eles não tão muito olhando por isso não, eles tão fazendo o que eles tem que fazer independente de onde vota, de onde mor” (Informação verbal, 2022)

A comunidade conta com uma área de aproximadamente 55 quilômetros quadrados, com uma paisagem caracterizada pela pastagem, fruto de passado marcado pelo desenvolvimento agropecuário ocorrido no século XX, descaracterizando a paisagem natural do Cerrado e reconfigurando-a, em algumas partes, ao agronegócio com a soja/milho ou cana-de-açúcar.

A comunidade conta com uma escola municipal de Ensino Fundamental e Ensino Médio, localizada a aproximadamente 60km da cidade de Quirinópolis, denominada Escola Municipal Rural Custódio Antônio Cabral, ponto de referência na comunidade, levando a escolarização aos filhos dos camponeses e trabalhadores rurais que moram distante do centro urbano.

De acordo com a história contada pelos camponeses mais antigos, a toponímia da Comunidade do Salgado está relacionada a um acontecimento, por volta dos anos 1900, quando o sal utilizado no município e na comunidade era trazido do município de Uberaba-MG, e o carro de boi era o principal meio de transporte de cargas de uma região para outra. Certa vez que um desses carros de boi carregado com sal tombou às margens de um córrego enquanto tentava a travessia, derramando o sal em seu leito, e esse córrego (Figura 7) recebeu o nome de Salgado, originando assim o nome da região. Uma história curiosa que caracterizou o local.

Figura 7 – Córrego do Salgado.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

A composição pedológica local é predominantemente de Neossolos Litólicos na área de encosta da Serra da Fortaleza e latossolos no restante da área, um composto que, com tratamento correto é favorável para o cultivo de cereais e oleaginosas. Porém o relevo acentuado gera dificuldades e custos elevados na produção e, devido a declividade do terreno a inserção de curvas de nível se faz necessário, por ser um solo propenso a erosões (SIEG, 2022), por isso não houve interesse da agroindústria sucroalcooleira na apropriação de grande parte da área da comunidade e permanecem com suas práticas socioprodutivas.

Além do declive, a distância até as usinas sucroalcooleiras inviabilizou a produção de cana de açúcar, visto que o transporte de maquinários e a mobilidade dentro do local dificulta a logística, deixando espaço para o cultivo agrícola e pastagem das famílias.

A comunidade do Salgado possui uma forte relação familiar, no qual a família pioneira, de sobrenome Cabral. Através da ligação entre as gerações de membros e os troncos familiares, os Cabral, se instalaram em períodos anteriores aos anos 1880, praticando a agricultura de autoconsumo e a criação de gado em pequeno porte. Sua origem é incerta, alguns dizem ser de Minas Gerais, outros dizem ser de São Paulo, mas por falta de registro, não se tem o conhecimento do local específico que vieram.

Desses apenas os descendentes estão vivos e inseridos na história da comunidade e do município. Além de ser um sobrenome popular, um cidadão com esse sobrenome já tem seu passado ligado à comunidade, onde muito provável um avô ou bisavô era residente da área rural na comunidade do Salgado em tempos de outrora.

A ocupação da área teve início no mesmo período da ocupação do povoado de Capelinha, nas primeiras décadas do século XIX, com a chegada de José Cabral e seus três filhos, José Cabral Filho, Joaquim José Cabral e Anicésio José Cabral. Os dois últimos citados foram parte componente da comissão de construção da nova capela Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba no povoado de Capelinha, e Joaquim José Cabral foi o doador da pedra fundamental da construção da capela em 1913.

O tronco familiar de José Cabral Filho foi prosperante na região administrativa do Salgado, enquanto o tronco de Joaquim José Cabral povoou a região do Rio Preto e Anicésio José Cabral a região da Cachoeirinha, conforme mostra a tabela de descendentes de José Cabral (Quadro 2). Vale ressaltar a miscigenação entre as famílias, visto que na época, além da proximidade das moradias, era comum o casamento entre os membros do mesmo tronco familiar originário, sendo assim, as famílias se interligavam por meio das gerações anteriores.

Quadro 2 - Descendentes de José Cabral e área de ocupação – Século XIX.

Filhos de José Cabral	Netos de José Cabral	Área de ocupação
José Cabral Filho	Francisco Antônio Cabral	Salgado
	Antônio Cabral	
Joaquim José Cabral	José Joaquim Cabral	Rio Preto
	Manoel Joaquim Cabral	
	Antônio Joaquim Cabral	
	Justina Joaquim Cabral	
	Ana Joaquim Cabral	
Anicésio José Cabral	Joaquim Anicésio Cabral	Cachoeirinha
	José Anicésio Cabral	
	Francisca...	
	Purcina...	
	Ana...	

Fonte: Martins, G.C., Rossi, R.F. 2014.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

As 3 filhas de Anicésio José Cabral, Francisca, Purcina e Ana não possuem os sobrenomes completos devido à dificuldade por parte dos entrevistados em lembrar seus nomes completos durante entrevistas aplicadas por Martins e Rossi em 2014.

A Tabela 6, mostra que José Cabral Filho teve dois filhos, Francisco Antônio Cabral e Antônio Cabral, que se instalaram originalmente na região do Salgado, enquanto Anicésio José Cabral se instalou na região da Cachoeirinha, mas futuramente seus descendentes também foram para o Salgado devido as relações familiares e casamentos entre os descendentes.

José Cabral Filho foi o principal tronco da árvore genealógica de José Cabral que deu origem à maioria das famílias que ainda residem na microrregião. Porém é importante mencionar que apesar de cada tronco da família de José Cabral ter povoado uma região, ambas se misturam ao longo da história, devido aos casamentos quase sempre entre os membros da mesma família e também por pertencerem a regiões vizinhas. (MARTINS e ROSSI, 2014, p. 528).

Francisco Antônio Cabral casou-se com Maria Cândida e teve cinco filhos, Pedro Francisco Cabral, Rosa Cândida da Conceição, Domingos Francisco Cabral, Leopoldina Cândida da Conceição. Antônio Cabral casou-se com Madalena e teve 2 filhos, Ana e Custódio Antônio Cabral. Ana se casou com Pedro, e Custódio casou-se com Leopoldina, ambos filhos de Francisco, ou seja, eram primos, reforçando que a relação afetiva e o casamento entre familiares eram comumente presentes na época (MARTINS e ROSSI, 2014).

Durante o período de ocupação da comunidade, o transporte era feito majoritariamente por carros de boi, e as vias de acesso era o caminho percorrido por esse meio de transporte, além de trilhas e pinguelas, para atravessar os córregos existiam os chamados “val” que eram

pequenos trechos do rio onde ele é mais estreito e raso, possibilitando a travessia dos carros de boi.

A primeira estrada vicinal local foi feita pelos próprios moradores do Salgado nos anos de 1950. Fazendo o uso dos mutirões, homens de diversas famílias se reuniam com enxadas para remover a vegetação nativa do local e abrir passagem para veículos. Martins e Rossi (2014, p.531) relatam o caminho aberto pelos moradores para instalarem a primeira estrada local, assim como os líderes desse projeto:

A estrada saiu da microrregião da Cachoeirinha na propriedade de Leriano Miguel Cabral, passando pela propriedade do Sr. José Gardino, depois pelo Córrego da Serrinha, na propriedade do Sr. Osmar Quito, seguindo pela propriedade do Sr. Sebastião Pereira, passando pelas terras de Arlindo José Cabral – Arlindo Quito [...]; seguiu no terreiro do Rafael Vieira Cabral e José Evilásio Cabral até dobrar a serra e chegar no colchetão em cima da serra, onde já tinha a estrada que dava acesso à cidade de Rio Verde. [...] Eles trabalhavam aos sábados, arrancando a vegetação no enxadão. Nessa época era tudo um cerradão. Às vezes, havia mais de 40 pessoas ajudando na construção [...].

Durante o período, o cultivo local era diversificado, contando com o plantio de arroz, feijão, mandioca, milho, café, algodão, cana-de-açúcar, dentre outros alimentos à base do cultivo familiar. O algodão era processado na própria comunidade, servindo como matéria prima na produção de roupas, lençóis, cobertas, e tecidos em geral. Uma produção simples e rústica, mas que atendia os requisitos das famílias.

A cana-de-açúcar, com a ajuda das moendas nos engenhos tocados, era muito utilizada na produção do melado, rapadura feita no pilão, e o próprio açúcar, para consumo interno e para venda. Na produção desses derivados também era muito comum os mutirões, no qual as famílias se reuniam na produção.

Além da agricultura de subsistência, as famílias criavam o gado solto no Cerrado, produzindo leite e carne para o consumo, além do transporte nos carros de boi. Cabras e porcos também eram criados, com os suínos, as famílias conseguiam extrair, além da carne, o toucinho e a banha do porco, sendo também uma fonte de recurso para o comércio.

Com as aberturas de estradas de acesso à comunidade, facilitou o transporte de cargas para Rio Verde, pois mesmo com a agricultura de autoconsumo, ainda dependiam do centro urbano para comprar sal e querosene e outros produtos que não produziam na comunidade. As viagens demoravam cerca de 6 dias para irem e retornarem.

Por volta da década de 1960, com as transformações produtivas e econômicas no meio rural, a partir da expansão agrícola implantadas na região Centro-Oeste brasileira, bem como

no município de Quirinópolis, algumas famílias deixaram a área rural e migravam para o espaço urbano, fazendo parte do processo de saída do campo que ocorreu no município.

Diante essa realidade, surgiram lideranças locais buscando promover melhorias na qualidade de vida dos pequenos produtores, gerando credibilidade e confiança. Com o surgimento e fortalecimento das lideranças e a relação homem-campo se tornou mais estável e hegemônica, levando-os a categoria de comunidade e considerada uma das 21 regiões do município de Quirinópolis.

O estilo de vida e as atividades econômicas da comunidade permaneceram conservadas entre as famílias até meados da década de 1990, as mudanças locais,

começaram a partir de 1996 com a criação da Associação Comunidade Organizada Pequenos Produtores da Cachoeira do Rio Preto e Salgado (ACOPPS) e se concretizaram em 2007, quando várias famílias passaram a participar do Programa Tanque Cheio desenvolvido pela Cooperativa Agrovale com sede em Quirinópolis. A ACOPPS teve como fundadores principais Francisco Floresta Martins Cabral (Chico Floresta) e Ivando Custódio Cabral. (MARTINS e ROSSI, 2014, p.534-535).

Dentre os investimentos na comunidade tivemos a integração da produção de leite comunitária, impulsionada por programas municipais, a produção leiteira se tornou um atrativo para os moradores. Assim, introduzida pela Cooperativa Mista dos Produtores do Vale do Paranaíba Ltda (Agrovale) com o projeto Tanque Cheio,

que consiste em uma estratégia de gestão de competências no meio rural, na cadeia produtiva do leite, fazendo uso da consultoria técnica agropecuária personalizada, continuada e em rede, junto às famílias de produtores rurais. Segundo representantes desse projeto, ele vai além do assessoramento técnico, é um projeto de vida e de transformação humana. [...] O programa busca potencializar as propriedades valorizando os talentos humanos, dinamizando os processos e formando uma rede de gestão integrada, que visa incluir socialmente as famílias dos pequenos produtores rurais, facilitando o acesso aos conhecimentos necessário para melhorar sua qualidade de vida. Busca-se com o programa priorizar a construção e manutenção de uma rede de assessoramento técnico e comportamental às famílias. (SANTOS, 2012, p.80).

Assim os pequenos produtores tiveram maior estabilidade em sua renda e, com o auxílio da cooperativa tiveram a possibilidade de concorrer no mercado leiteiro. Esse projeto durou até o ano de 2011. A partir daí passou a ser operado pelo Instituto Casa da Abelha, por uma dissidência entre os técnicos que atuavam no Tanque Cheio e a Cooperativa.

No início do ano de 2011, a cooperativa Agrovale abre mão do projeto Tanque Cheio, alegando redução de custos, entretanto, numa conversa informal com um membro da diretoria e em entrevista com uma das coordenadoras do projeto, foi possível perceber que houve conflitos internos entre a diretoria da

Agrovale e a equipe do Tanque Cheio, o que culminou no fim da participação da instituição no projeto. (SANTOS, 2012, p.83).

Com esse projeto, receberam postos de coleta de leite para facilitar o transporte por parte dos associados, implantando tanques de armazenamento, cujo objetivo era manter o leite resfriado a fim de conservar o produto e facilitar a logística. Além das orientações quanto a produção do leite, a Casa da Abelha trabalhou com os produtores

as formas adequadas do manejo do canavial e a textura e quantidade de cana que o animal deve alimentar. As orientações formam um conjunto de saberes que envolvem a importância da alimentação no tratamento do gado de leite, a quantidade de cada alimento e sua influência na produção, a textura da cana-de-açúcar, dentre outras informações. (SANTOS, 2012, p.87).

Receberam também orientações na criação de aves e na produção de derivados da mandioca e cana-de-açúcar, como o polvilho, farinha e rapadura, como forma de diversificar a produção familiar.

Alguns estão implantando sistema de criação de frango e outros estão organizando-se para implantar lavoura de mandioca. Atualmente ainda existem famílias que timidamente produzem polvilho, farinha de mandioca, e também produtos derivados da cana-de-açúcar como a rapadura, melado e outros doces. [...] Essa produção é voltada para consumo próprio e feita de forma bastante tradicional, apenas o excedente é vendido dentro da própria comunidade. A mandioca utilizada foi plantada na fazenda, e o processo de produção envolve toda a família. As vezes ela é feita em associação com vizinhos, em que uns fornece a matéria prima para os que possuem o conhecimento, transmitido entre gerações. (SANTOS, 2012, p.88-89).

Com o projeto, a associação, junto a parceria com o Ministério da Agricultura e o Vaticano, recebeu também um trator e equipamentos agrícolas para auxiliar os moradores sem condições de investimentos, no manejo do solo de suas propriedades e na mecanização da atividade leiteira (MARTINS e ROSSI, 2014).

O Instituto Casa da Abelha também gerencia a Cooperativa Agroindustrial de Desenvolvimento Mercadológico de Goiás Ltda. (Coolmeia), atuante em Quirinópolis e região, incentivando a produção leiteira no município, e cooperando para a produção e distribuição de frutas e hortaliças. Essa produção comunitária vê junto a cooperativa, uma expansão na distribuição dos cultivos e um direcionamento ao consumidor final.

O crescimento na força mercantil das cooperativas e produtores autônomos se intensificou a partir de 2009, pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009). Por meio dessa Lei, para toda licitação para aquisição de alimentos para a merenda escolar no Brasil, no mínimo 30% devem ser adquiridas

diretamente de cooperativas e produtores individuais. Dessa forma, o produtor tem parte de sua produção vinculada a merenda escolar, proporcionando-o maior estabilidade e controle financeiro.

Anos após, a parceria com a Casa da Abelha também foi interrompida e os moradores começaram a fornecer o leite diretamente aos laticínios da Italac e Vidalac, pois com o comércio direto com os laticínios passaram a obter maior lucratividade na produção. Atualmente os produtores locais não possuem vínculo com a ACOPPS e o Instituto Rural de Desenvolvimento Social e Econômico do Estado de Goiás – Casa da Abelha, que no período de atividade proporcionou a base de conhecimento e apoio para os moradores terem sua renda a partir da produção leiteira.

Assim como a produção do leite, a cultura, tradição e religiosidade andaram lado a lado no contexto histórico de formação da Comunidade do Salgado. Eventos religiosos da fé católica foram presentes no lugar, como a festa do Divino Pai Eterno e a festa de São João, momentos em que as famílias se reuniam em devoção, além da prática religiosa em si. É momento de reunir as famílias, fortalecendo o convívio e a união.

Além das festividades, as famílias eram firmes em suas orações, com terços, novenas e benzições. Os benzedeiros eram muito requisitados, principalmente nos períodos em que o acesso médico na cidade era árduo. Buscavam tratamento pela fé, orações, ervas e chás, e assim contornavam as dificuldades.

Era muito comum alguns que, mesmo com os remédios caseiros e ajuda divina, não conseguiam se recuperar e vinham a óbito, serem enterrados no cemitério local, mostrado na Figura 8, uma prática que reforça a ligação homem-local, onde eles nasciam, cresciam e encerravam sua jornada de vida ali na própria comunidade.

Figura 8 - Cemitério da Comunidade do Salgado.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

Corroborando com a união entre o lugar e as famílias, o casamento entre primos, além de comum era incentivado pelos mais antigos, diziam que os Cabral só poderiam se casar com Cabral, uma maneira de manter a família única, sem a interferência de outras culturas. Entretanto, depois que Antônio Cabral se casou com Antônia Martins Vieira, passaram a aceitar apenas os casamentos dos Cabral com os Vieira. Essa prática foi perdendo a essência com o desenvolvimento do Salgado, pela abertura de estradas e a facilidade do acesso às cidades, nos quais os relacionamentos passaram a integrar outras famílias.

A religião, ponto forte da comunidade, atualmente está representada por duas igrejas no local. A primeira, Igreja São Francisco de Assis (Figura 9), inaugurada em 11 de agosto de 1982, sendo construída com o auxílio de festividades propostas pela comunidade para arrecadar verbas para a obra, a união entre os moradores, juntamente com a fé em comum, proporcionou a construção do templo.

Figura 9 - Igreja católica do Salgado.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

A fé evangélica também está presente no Salgado, tendo o primeiro templo da igreja Assembleia de Deus datado de 1971, feito de pau a pique e coberto de capim, bem rudimentar, mas era a oportunidade para os cristãos evangélicos fazerem suas reuniões e orações. Em 1998 foi iniciada a obra de outro templo, porém, apenas em 2011 a obra tornou-se realidade para essas famílias, quando a Igreja Assembleia de Deus Ministério de Peruz-SP, retratada na Figura 10, estava construída e realizando cultos religiosos todas as terças-feiras e aos sábados.

Figura 10 - Igreja evangélica do Salgado.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

Além da fé, a busca pela educação também era presente na comunidade, desde seu princípio até o início dos anos 1950. As crianças eram alfabetizadas por incentivo dos pais, com o auxílio de professores que iam até as casas ensinar o básico da escrita e letramento, como seu nome e palavras de uso comum, assim como a matemática básica, com contas de adição, subtração, multiplicação e divisão, para auxiliar os estudantes nos cálculos em casa e no comércio.

Os primeiros professores a estabelecerem a docência de casa em casa eram Jorge Candinha e Manoel Francisco Vieira, que atendiam as famílias durante aproximadamente três

meses, fazendo visitas semanais alternadas. A grande dificuldade enfrentada era vincular o trabalho no campo com os estudos, visto que os alunos não tinham tempo ou ficavam cansados para se dedicarem aos estudos.

Já na década de 1950, os alunos se reuniam em grupos de estudos como forma de compartilhar o conhecimento e se ajudarem na busca pelo desenvolvimento intelectual. As reuniões eram feitas em uma construção de pau a pique, localizada na propriedade de José Sebastião Cabral (bisneto de Francisco Antônio Cabral) à margem direita do córrego do Salgado, no município de Rio Verde. Essa edificação, assim como diversas outras, foi realizada graças aos mutirões, contando com a participação de toda a comunidade.

A primeira escola oficial do Salgado foi criada em 1972, pela Lei nº 784/72, denominada Escola Municipal Custódio Antônio Cabral, cujo terreno para construção foi doado por Sebastião Pereira Cabral. Até a década de 1990, ainda era construída de pau a pique e atendia as crianças em turmas multisseriadas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Pela Lei nº 741 de 1993 e autorizada pela portaria nº 3337 de 1997, a escola passou a oferecer o Ensino Fundamental completo, com turma da 1ª a 8ª série.

Atualmente, já consta com estrutura de alvenaria, conforme retratada na Figura 11, com professores ministrando aulas de todas as etapas de ensino, com turmas da educação infantil Pré I e II, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio da 1ª a 3ª série, mediante a extensão rural do Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira.

Figura 11 - Escola Custódio Antônio Cabral.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

A comunidade do Salgado, iniciada por José Cabral ainda no século XIX foi ressignificada perante o avanço do agronegócio em Quirinópolis, tendo seus traços adaptados frente o avanço do capital no campo, mas sem se desapropriar de seus laços tradicionais. Considerada por Santos (2012, p.40) como “um território multifacetado. Uma mistura do modo de vida camponês com alguns aspectos do modo de vida urbano. A comunidade em geral, apropria-se dos elementos caracterizados como urbanos, mas não abandonam os aspectos da ruralidade inerente ao seu modo de vida”.

Assim a comunidade passa pelo processo de ressignificação cultural, se adaptando as novas realidades vivenciadas no campo, dessa forma “entendemos a comunidade como território que se recria ao longo do tempo a partir das relações estabelecidas no contexto em que está inserida” (SANTOS, 2012, p.65).

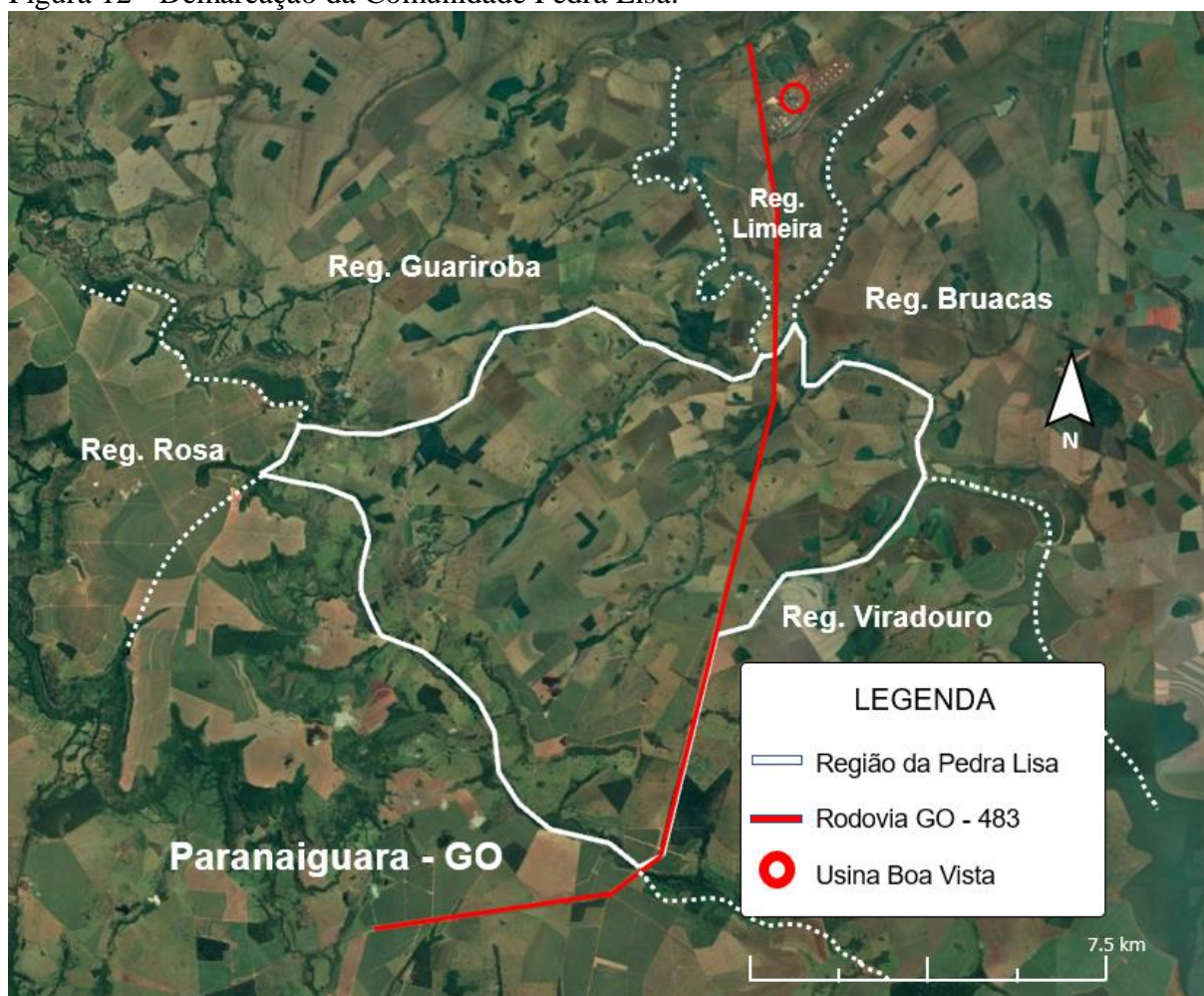
Ainda assim é possível visualizar marcas que o tempo foi incapaz de apagar, como o amor pela terra, a prática da agricultura camponesa e a produção leiteira, base da fonte de renda da população local.

1.4. Comunidade da Pedra Lisa: história, características e sociedade

A comunidade da Pedra Lisa se localiza na porção centro-sul do município de Quirinópolis, fazendo divisa com as regiões do Rosa, Guariroba, Limeira, Bruacas e Viradouro, além do limite municipal com Paranaiguara pela Serra do Jacaré, conforme demarcação da comunidade na imagem do Google Earth (Figura 12).

Seus limites são definidos, ao norte pela margem direita do córrego Estiva, faz divisa com a região Guariroba e pequena porção do Rosa, a oeste pela GO-483, limita com a Viradouro, a nordeste pelas pequenas porções da Bruacas e Limeira, e a sudoeste pela margem esquerda do córrego do Jacaré, que também é limite entre os municípios de Quirinópolis e Paranaiguara.

Figura 12 - Demarcação da Comunidade Pedra Lisa.



Fonte: Google Earth. 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

A área da comunidade é de aproximadamente 80 quilômetros quadrados, uma paisagem caracterizada pelo cultivo da cana-de-açúcar, fruto da expansão sucroalcooleira inserida no município nos últimos 20 anos, suprimindo a paisagem natural do Cerrado e reformulando-a para a agroindústria sucroalcooleira.

A composição pedológica local é predominantemente de Latossolo Vermelho distrófico e distroférico, um composto favorável para o cultivo de oleaginosas como a soja, e a monocultura da cana-de-açúcar. Com o relevo acentuado, devido à declividade do terreno e a remoção da vegetação natural decorrente dos processos agrícolas, as curvas de nível foram feitas por todas as áreas agrícolas, prevenindo ações naturais do meio ambiente, como são as erosões (SIEG, 2022).

É composta por um solo propício ao cultivo, aliada a curta distância até a usina sucroalcooleira Boa Vista, com cerca de apenas 5km ao norte, nos últimos anos houve o intenso cultivo canavieiro na comunidade, ocasionando uma drástica mudança na paisagem e na composição do uso do solo.

Pedra Lisa conta com diversas pequenas propriedades rurais, entremeadas pelo cultivo da cana-de-açúcar e a soja, assombradas pelo uso intensivo de agentes químicos e derivados nas lavouras. Esses insumos são pulverizados por aeronaves agrícolas, dispersando os agrotóxicos por grandes faixas de terra, sendo transportados pelo vento até as pequenas lavouras dos moradores locais, contaminando o cultivo camponês e suprimindo a produtividade local.

Não bastando a contaminação por agrotóxicos, os moradores convivem com o constante tráfego de veículos canavieiros, gerando poeira e barulho dia e noite, principalmente nos períodos de plantio e colheita da cana-de-açúcar, além da já alterada paisagem local pela monocultura. (SOUZA, 2013).

O povoamento dessa área se inicia com a chegada de Bilizar Estevam de Oliveira e Francisca Amália da Conceição à região, pais de Antônio Estevam de Oliveira por volta dos anos 1900, respectivamente naturais da cidade de Veríssimo e Uberaba em Minas Gerais, se instalando na fazenda Pedra Lisa, onde deram início ao desenvolvimento local.

O tronco da família Oliveira são os pioneiros na Pedra Lisa e no desenvolvimento de Quirinópolis. Antônio Estevam de Oliveira, filho do casal, nasceu na própria fazenda Pedra Lisa, em 12 de agosto de 1900, sendo um cidadão de grande importância na história da cidade, integrante na construção da primeira igreja em 1917, da primeira escola denominada Ricardo Campos na década de 1930 e na primeira cadeia municipal em 1940. Devido sua representatividade, recebeu o título de Cidadão Honorário de Quirinópolis em 1980, conforme retrata a Fotografia de Antônio Estevam (Figura 13).

O título de Cidadão Honorário é destinado ao cidadão que exerceu grande importância a localidade, uma homenagem formal de agradecimento a pessoa pelo seu serviço e empenho prestado ao local, assim enaltecendo o nome do cidadão e deixando-o em posição de destaque.

Figura 13 - Antônio Estevam de Oliveira recebendo o título de Cidadão Honorário de Quirinópolis.



Fonte: LIMA (2014).

Antônio nasceu, cresceu, e viveu toda a sua vida na Pedra Lisa, foram 90 anos de completa relação e vivência com seu território, de criança até o momento de sua morte, resultante de um acidente com um touro em seu curral, vindo a falecer em 09 de julho de 1990.

Quando ainda jovem, em 1918, recebeu nessa região novos moradores, era a família de Joaquim Alves Filho, vindo de Minas Gerais, assim como seus pais também vieram em 1900. Enquanto moradores do lugar, tiveram alguns filhos, dentre eles Álvaro Alves Ribeiro (Figura 14), fruto do casamento de Joaquim com Natividade Ribeiro da Silva, nascido em 16 de junho de 1944 na fazenda Pedra Lisa.

Figura 14 - Álvaro Alves Ribeiro.



Fonte: ARAÚJO (2012).

Álvaro teve onze irmãos,

Sendo seis por parte de pai: Francisco Alves da Silva, Teodora Alves da Silva, José Alves da Silva, João Alves da Silva, Joaquim Alves da Silva e Antonio Alves da Silva. Por parte de mãe, a Sra. Genoveva Ribeiro e por parte de pai e mãe, foram quatro: Maria Divina Alves, Lazaro Alves Ribeiro, Anaer D'Aparecida Alves e Florispina Alves Ribeiro. (ARAÚJO, 2012, p. 316).

Álvaro passou toda sua infância e adolescência na fazenda, até completar seus 18 anos e, devido a problemas de saúde de seu pai, foram morar juntos na área urbana da cidade de Quirinópolis, buscando proximidade dos cuidados médicos já necessitados por seu pai, que veio a falecer pouco tempo depois, em 1965, quando Álvaro tinha apenas 21 anos.

Em 1968 se casou com Eva Conceição Alves Ribeiro, e tiveram 4 filhos e sete netos. Além da família constituída em Quirinópolis, ele também teve forte participação política na cidade, sendo eleito vereador por quatro mandatos, sendo eles em 1982, 1988, 1992 e 2000, após esse período ainda foi Secretário Municipal de Transportes em 1993, 1994, 2006 e 2010, e Secretário Municipal de Urbanismo e Obras Públicas em 2005 e 2006.

A vida de Álvaro e Antônio Estevam na Pedra Lisa se unem pelo Catira, uma dança composta pela música e coreografia, com “duas filas, uma de homens e outra de mulheres, uma diante da outra, evoluçionam, ao som de palmas e de bate-pés, guiados pelos violeiros que dirigem o bailado [...] sapateado e palmeado e o canto da Moda de viola, em intervalos diferentes” (CASCUDO, 1998, p.257).

Joaquim Alves Filho, pai de Álvaro, era catireiro² nato, e trouxe consigo a cultura dessa dança a Quirinópolis. Seu filho praticou a catira desde cedo, ainda criança, assim como Antônio que já acompanhava os ritmos do pai como “palmeiro”, que dentro da dança é quem puxa o “bate-mãos e bate-pés”. Álvaro também era conduzido pelo catira.

Depois de adulto, Antônio era conhecido pela dança na comunidade, participando de diversas festividades na cidade, além das festas familiares com seu grupo de catireiros. Praticou e divulgou a catira por meio de seus descendentes e amigos, com o grupo de catireiros da Pedra Lisa, composto por seus filhos, netos, sobrinhos e por Álvaro, grande amigo e integrante do grupo.

Desde o início do povoamento nessa comunidade, a catira sempre foi símbolo cultural local, sendo passada geração a geração, e até hoje está representada na cultura municipal, com apresentações do grupo catireiro da Pedra Lisa e com projetos elaborados a partir de iniciativas em escolas municipais. Como acontece no CEPI Márcio Ribeiro, uma escola municipal de tempo integral que ensina aos alunos os ensinamentos básicos da escola, além das práticas culturais com os passos da dança, proporcionando apresentações culturais ao ritmo da catira em eventos promovidos com a parceria entre a prefeitura e o Estado.

Conforme ocorreu na I FLIQUIRI (1ª Feira Literária de Quirinópolis) em agosto de 2022 no teatro municipal, conforme ilustra a Figura 15 os alunos do CEPI juntamente com pioneiros da catira local executaram os passos da dança durante apresentações culturais da feira literária.

Assim como no Salgado e demais regiões de Quirinópolis, na Pedra Lisa o processo de imigração de fazendeiros e assalariados nos anos 1950 e 1960 também foi marcante, transformando a paisagem do Cerradão local, onde anteriormente era praticada a agricultura tradicional:

Havia abundância de madeiras de lei ou madeiras nobres, que eram retiradas para a edificação das moradias e confecção de móveis. O solo de boa fertilidade foi utilizado para a produção de culturas perenes, e os campos limpos, onde havia os capins naturais usados para alimentar e engordar o rebanho bovino. (SOUZA, 2013, p.118).

As chamadas madeiras de lei ou madeiras nobres eram árvores características do Cerradão, uma vegetação densa, com matas fechadas e repleta de árvores de grande porte, caracterizadas pelos troncos espessos e altos, muito utilizadas para construção de casas e

² Catireiro é o nome dado ao praticante da catira, uma dança tradicional das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, presente na cultura e memória da Comunidade Pedra Lisa.

móveis, uma madeira rígida e duradoura. Dentre essas árvores temos a Aroeira, o Baru, o Cedro, o Jatobá e o Jequitibá, dentre outras.

Figura 15 - Apresentação cultural da catira na I FLIQUIRI.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

Porém com o passar dos anos essa vegetação foi gradativamente sendo substituída pela pastagem para a criação bovina e a monocultura no cultivo da soja. Descaracterizando a vegetação nativa e moldando a paisagem ao poder do agronegócio, com pequenos remanescentes do cerrado, e repleto de lavoras.

Assim como a vegetação sofreu com as transformações dos meios capitalistas de produção, os traços culturais também passaram por tais adaptações. Pedra Lisa possui destaque na cultura do saber fazer rural, conhecimentos repassados de pai para filho dentre as gerações, com técnicas manuais de cuidado e desenvolvimento da propriedade rural, a fim de dar prosperidade a família em conjunto a preservação ambiental, para que a família possa retirar do solo o alimento, a moradia e o bem-estar, sem se preocupar com a escassez do solo.

Dentre os saberes fazeres rurais na Pedra Lisa, Souza (2013, p.122) cita:

O conhecimento medicinal a partir da vegetação do Cerrado, a utilização da roda d'água para o bombeamento de água até a residência ou tanques de dessedentação do gado, a utilização do solo para plantar complementos

alimentares para a família (mandioca, abóbora, hortaliças e frutas), bem como a cana para o gado, são exemplos de como os camponeses de Pedra Lisa vinculam saberes e recursos naturais encontrados no lugar.

Os saberes fazeres, assim como a religiosidade que une os moradores na fé católica, são parte componente da identidade cultural local. É tradição na comunidade a reza semanal do terço, como forma de firmar os votos de fé, além dos encontros em família da Campanha da Fraternidade e as Novenas de Natal da igreja católica. Esses encontros em família “terminam com a “via sacra”, uma procissão com 14 paradas representando o percurso de Jesus, da condenação até a crucificação e ressurreição”. (SOUZA, 2013, p.145).

As rezas, campanhas, missas e novenas são componentes que dão a sustentação a fé católica, além de proporcionar uma forte união entre os moradores, pois reforça suas ligações com o local e os vizinhos, uma crença que além de trazer conforto, também traz a união.

São os saberes fazeres que tornam a comunidade ainda com traços de meados do século passado, mesmo com a expansão agrícola, ainda existem famílias que resistem ao arrendamento das terras. Uma ligação homem-lugar que é passada por gerações, criando laços entre o morador e a propriedade, de tal maneira que para alguns o arrendamento ou a venda não é uma escolha, pois o controle da propriedade é passado de pai para filho, assim os descendentes optam por manter as terras assim como seus pais lutaram para ter e preservar.

Assim, a paisagem local é moldada a partir da integração entre o material e o imaterial, a assimilação entre o homem e a natureza. Nessa perspectiva, temos que os elementos caracterizadores da paisagem vão além do que podemos ver, seguindo para a ação antrópica no meio, evidenciando que, além da paisagem natural, as ações e técnicas passadas as gerações impactam diretamente na maneira como a paisagem se transforma com o passar dos anos, “além do solo, do clima, há também os elementos antrópicos, sobretudo, as relações sociais de produção, os fenômenos econômicos e culturais que, rapidamente, reconfiguram e ressignificam as paisagens.” (SOUZA, 2013, p.125).

E assim como o homem gera alterações na paisagem, as alterações na paisagem também geram mudanças na característica de vida do homem. Como é visto na monocultura da soja na Pedra Lisa, práticas e costumes foram sendo mudados e perdidos, sendo adaptados ao novo molde da paisagem rural.

Na Pedra Lisa, assim como nas demais comunidades camponesas, é característico a construção das casas a beira dos córregos com uma pequena represa ao fundo, facilitando o acesso a água. Essas represas são muito utilizadas para o abastecimento da propriedade e para a criação de peixes.

No curso d'água próximo a residência é comum a instalação uma roda d'água, até hoje utilizada nas propriedades. Uma forma de captar água pela corrente do leito do córrego, sem a necessidade de energia elétrica. Água essa que é utilizada para o consumo interno da família e para o abastecimento dos tanques de água para a criação do gado, uma técnica antiga, porém relevante nas propriedades que não dispõem de energia elétrica ou que preferem evitar a elevação do consumo desta.

Além das rodas d'água, a montaria persiste com o passar dos anos e é muito utilizada nos afazeres rurais, principalmente nas atividades dentro do pasto, como tocar o gado e se deslocar em áreas dentro da propriedade.

Outra característica presente nas casas até hoje, é a criação de animais, alguns são criados soltos no terreiro das casas como porcos e galinhas. Alguns porcos são criados soltos pois os criadores afirmam que dessa maneira eles crescem mais saldáveis e proporcionam uma carne melhor para o consumo, já outros são criados para engorda nos chiqueiros, feitos com madeira rústica e um pequeno telhado, uma construção simples, mas importante na criação dos animais no processo de engorda, que amplia a produção da banha do porco.

O gado criado no pasto proporciona carne para a venda e para o consumo familiar, além da produção leiteira, proporcionando fonte de renda para as famílias. Assim, os produtores já tiveram aderência as cooperativas para concorrerem aos grandes produtores, um viés para inserir a agricultura camponesa no comércio local, porém hoje fazem o comércio direto leiteiro diretamente com os laticínios municipais.

A cooperativa mais atuante em Quirinópolis é a Cooperativa Agroindustrial de Desenvolvimento Mercadológico de Goiás, conhecida apenas como Coolmeia, gerida pelo Instituto Casa da Abelha, a mesma já integrou a produção leiteira na comunidade do Salgado, e possibilitou no passado o intermédio entre o produtor rural e o comércio dentro do município e municípios vizinhos.

Porém algumas questões intrigavam os produtores leiteiros, que, mesmo aderindo à cooperativa para competirem no comércio do laticínio se queixam dos baixos lucros, visto que no passado, quando não havia a expansão do agronegócio, a lucratividade era muito maior. Essa contestação se dá pois, mesmo em períodos de seca, o valor repassado não é proporcional aos gastos para manter a produtividade do gado, como a ração, o sal mineral e o maior gasto com a manutenção do pasto, diminuindo assim o percentual de lucro do produtor. Sendo esse um elemento que propiciou o pequeno produtor a se render a expansão canavieira e repensar quanto ao arrendamento da propriedade.

Mesmo com elementos presentes na comunidade desde os tempos antigos, e alguns adaptados com o passar dos anos, outros já entraram em desuso com a modernidade, pois com a atual modernização do campo se tornaram ineficientes e com a usabilidade inviável, como é o caso do monjolo, um equipamento instalado a beira da margem fluvial, que utiliza a própria água proveniente do córrego para socar os cereais colhidos na produção familiar, como o arroz e o milho.

O monjolo consiste em um tronco de madeira que, em uma das pontas do tronco é instalado um pilão, e na outra é feito um corte semelhante a uma caixa, e ao meio do tronco é feito um eixo para que as duas partes possam se movimentar para cima e para baixo. Assim, água do córrego preenche essa caixa com água, fazendo peso e a movimentando para baixo, quando a caixa chega no nível mais baixo, a água que está dentro é derramada devido ao formato da caixa, tornando-a leve, fazendo com que suba, e a ponto com o pilão desce, e o movimento todo se repete. São movimentos lentos e demorados, porém é uma técnica de automatizar a pilagem dos cereais.

A descontinuidade no uso do monjolo vem em decorrência da industrialização dos grãos, onde o morador já compra o arroz limpo e ensacado, o milho muito usado para alimentar a criação de galinhas já vem no saco triturado, e a farinha pronta para o consumo.

Assim como o Monjolo, a carroça também muito utilizada no passado, hoje se encontra em abandono. Com a introdução da monocultura da soja e a recente agroindústria sucroalcooleira, as estradas locais foram ampliadas e reestruturadas beneficiando o tráfego de veículos pela comunidade, além da popularização dos veículos motorizados. Assim o transporte de carga foi facilitado pela praticidade na utilização dos carros, possibilitando percorrer maiores distâncias em menor prazo, substituindo a força dos animais de carga pelos veículos.

A modernização no campo advinda a princípio pelo cultivo da soja gerou alterações no contexto de vida da comunidade Pedra Lisa, não apenas na alteração das características vegetais do Cerrado, ou no desuso de equipamentos e costumes pioneiros, mas também no meio de produção da agricultura camponesa.

A agricultura camponesa, ponto forte no sustento familiar, foi gradativamente desmoralizada pelo agronegócio. As famílias da Pedra Lisa tinham em seus quintais a produção de arroz, feijão, abóbora, mandioca, batata, hortas para a produção de vegetais e hortaliças. Havia grande variedade de frutos do cerrado nas matas ao redor das casas, além da criação de animais para o abate e comércio, como o gado leiteiro e de corte, porcos, leitões e galinhas.

Com a introdução da pecuária extensiva, o cultivo da soja e a recente ramificação da agroindústria sucroalcooleira, e as alterações paisagísticas impostas esses cultivos, a produção

familiar e o cultivo de subsistência foram abafados pela forma de produção dessas commodities. As matas cerradeiras, habitat para as árvores frutíferas foram substituídas pela pastagem e a produção de grãos, transformando o contexto paisagístico do cerrado moldado para o agronegócio.

Ao se iniciar a expansão da pecuária, essa produção que se tornou a mais influente na comunidade durante décadas, foi comum aos moradores o arrendamento dos pastos para a criação bovina, com o atrativo dos pagamentos mensais por hectare arrendado, contratos de curto prazo e a manutenção da área de maneira pouco invasiva, pois o morador local tinha sua convivência inserida com a pastagem, sem grandes transformações na caracterização da propriedade rural.

Com o arrendamento para a criação bovina, o camponês conciliava o trabalho rural na propriedade com a renda extra, podendo tocar sua roça, cultivar hortaliças, e tirar seu leite para o comércio. Mas com o arrendamento para o cultivo da cana-de-açúcar a organização espacial se transformou totalmente, gerando resistência por parte dos moradores de Pedra Lisa.

Com a criação bovina, o camponês mantinha a estrutura de sua propriedade inalterada, podendo ao término do contrato voltar a fazer o uso do solo da propriedade normalmente. Mas caso houvesse o arrendamento da área para a usina sucroalcooleira Boa Vista, localizada a menos de 5km do início da comunidade, para o poder público, os moradores no início dessa expansão, por volta do ano de 2006, ainda incertos com os valores pagos em contrato para os anos seguintes, seguiam com questões que os fizeram repensar a possibilidade do arrendamento.

Souza (2013, p.159) ressalta pontos que fizeram os donos das propriedades ficarem com pé atrás relacionado ao arrendamento para a usina:

Em primeiro lugar, nenhum dos proprietários conhecia a atividade canavieira para ter parâmetros de decisão no momento de estabelecer um contrato de arrendamento ou de venda. Em segundo, surge uma forma diferente de contrato, não mais com o produtor rural local, mas com um sujeito social constituído juridicamente. Em terceiro lugar, são contratos a longo prazo, estabelecidos entre sete, oito ou até dez anos, conforme o ciclo reprodutivo da cana. Em quarto lugar, para a produção da cana, todas as benfeitorias são retiradas do lugar, incluindo cercas e residências, o que acarretará alto custo para construí-las novamente, caso o proprietário não renove o contrato com a usina e deseje retomar a produção. Em quinto lugar, é importante destacar que quem arrenda a terra, nesse caso, a agroindústria, vai investir capital e tecnologias modernas no solo, o que não ocorria nos arrendamentos locais para a criação de gado.

Esses fatores, se analisados em conjunto, colocam o camponês em uma situação complicada e incerta do ponto de vista financeiro, pois, pela falta de experiência com o cultivo, ele é levado para um “tudo ou nada”.

Dessa forma, poderia ocorrer de aceitar o contrato, perder as benfeitorias da propriedade, se decepcionar com o valor ofertado na renovação do contrato e ter um alto custo para reestruturar a propriedade, principalmente no que se refere a reconstrução das cercas que contornam a propriedade, que demandam recursos e esforço físico para se construir. Também poderia ocorrer do produtor arrendar e na renovação do contrato o valor subir e trazer mais estabilidade a vida rural da família, assim como também poderia ocorrer do produtor se recusar a arrendar e futuramente ver os valores de contrato subirem e se arrepender de não ter arrendado antes, são essas situações que colocam o dono de terra em situação de indecisão quando o arrendamento é ofertado.

Mas assim como foi ofertado o arrendamento, junto ao início da expansão desse produto, também foi ofertado ao pequeno produtor o fornecimento da cana de açúcar para a usina, uma modalidade diferente da geração de renda com maior autonomia ao produtor.

Dessa maneira, o produtor continuava com o “domínio” do solo de sua propriedade, porém não há a influência direta da usina sobre a propriedade. Essa opção se insere semelhante ao comércio leiteiro no município, onde o produtor cultiva, colhe e transporta a produção da cana-de-açúcar até a usina, de maneira autônoma.

De tal maneira que se pode fazer uma analogia da produção canavieira à produção de leite. No arrendamento, é como se a usina levasse as vacas até a área onde se localiza o pasto, fornecendo alimento e nutrição animal, tirasse o leite, produzisse os laticínios derivados do leite e vendesse no comércio, pagando ao dono da terra baseado na quantidade de leite produzida no período. Já na modalidade do fornecimento é semelhante ao que já acontece na produção leiteira, onde cada produtor cuida do seu próprio rebanho e entrega apenas o leite para a cooperativa.

Cooperativas essas que já estão atuando no município tanto na produção leiteira quanto na canavieira. Na produção de leite temos o Instituto Casa da Abelha como dito anteriormente, e a Aprocana (Associação dos Fornecedores de Cana de Goiás) no cultivo da cana de açúcar, integrando e dando novas possibilidades para os camponeses produzirem sua própria cana e repassar para as usinas.

Os proprietários que optaram pelo arrendamento da terra contam com a comodidade de não precisar manusear a terra e terem a renda fixa garantida, além das alterações promovidas na propriedade para viabilizar o fluxo de maquinário agrícola pesado. Já com o fornecimento,

o produtor é responsável por todo o processo, desde o plantio até a colheita e o transporte a usina.

Como visto, o arrendamento é característico das pequenas propriedades, geralmente menores que 5 hectares, primeiramente pois é inviável ao proprietário desenvolver todo o processo agrícola sem a devida implementação de maquinário e mão de obra assalariada, segundo que o desgaste físico e o tempo gasto são insuficientes para uma boa produção.

Principalmente para os donos das pequenas propriedades, o arrendamento é vantajoso pois, citando novamente o quinto ponto apresentado por Souza (2013, p.159) “quem arrenda a terra, nesse caso, a agroindústria, vai investir capital e tecnologias modernas no solo”, onde o custo desse capital investido é principalmente advindo do maquinário utilizado no plantio e colheita, e esse custo é abatido de maneira subjetiva no valor repassado no contrato de uso da terra do arrendatário.

Já nas médias propriedades, é característico o arrendamento conciliado com o fornecimento, onde parte da propriedade é arrendada para a usina produzir a cana de açúcar, e outra parte o proprietário faz a rotação de culturas entre a cana de açúcar e a principalmente a soja, não ficando atrelado ao contrato de área cedida à usina, podendo conciliar sua produção de cana de açúcar com outro cultivo em sua propriedade, escolhendo de maneira menos engessada qual área se destina a cana, e qual se destina a criação de gado e a lavoura, podendo alternar de forma livre a área que o cultivo será produzido, não ficando preso ao contrato firmado.

Porém a produção canavieira ainda divide opiniões na Comunidade Pedra Lisa. Os principais pontos são as mudanças na vida cotidiana dos moradores e a alteração da paisagem rural local. Com o constante tráfego de caminhões e máquinas agrícolas, a poeira que domina o local principalmente no período de plantio e colheita, o barulho produzido pelo maquinário, a remoção de partes da infraestrutura original da fazenda como cercas, postes e edificações, além é claro, do impacto direto sobre a produtividade do cultivo familiar, que fica ilhado em meio a vasta área ocupada pela cana-de-açúcar, inviabilizando o cultivo de pequenas roças e hortaliças devido ao uso de químicos no cultivo pela usina.

Mas há também aqueles que vêem a expansão das usinas como uma forma de contribuir com a qualidade de vida para a comunidade, e por meio dela o trabalho assalariado se tornou inserido em meio aos membros familiares, trazendo novas oportunidades para manter a vida rural e contribuir com o sustento da casa, com uma renda fixa capaz de contribuir com o bem-estar familiar, pois nem sempre a produção familiar ou a aposentadoria é capaz de manter os anseios da família.

Assim como o trabalho assalariado nas usinas, na comunidade houve a migração rural-urbana, principalmente dos moradores mais jovens, descendentes dos pioneiros da comunidade, que buscam na cidade novas oportunidades de vida, com emprego assalariado, melhor qualidade em educação e o desenvolvimento familiar ligado a vida urbana. Para os que continuam na comunidade é comum o trabalho em outras fazendas próximas, chamado por eles mesmos de “diária”, que são serviços prestados em outras propriedades com o pagamento pelo dia trabalhado.

Para Santos (1978) o serviço de diária é denominado de trabalho acessório, onde cita essa forma de trabalho como o serviço prestado de um camponês para outro camponês a fim de obter renda extra por um determinado período ou para a execução de determinada atividade rural. Porém o termo será abordado como diária, pois é a forma que os moradores de Pedra Lisa se referem essa forma de trabalho.

Atualmente, com todas essas mudanças no contexto rural da comunidade Pedra Lisa, o trabalho na pequena propriedade nem sempre é capaz de gerar renda para sustentar toda a família, dessa forma os filhos deixam de seguir os aprendizados tradicionais ensinados por seus pais, como tirar leite e apartar o gado, para procurar emprego e formular uma nova vida na cidade, enfraquecendo a ligação das famílias com a terra.

Além das práticas agrícolas mais naturais e vivência rural, o casamento entre os membros das famílias não é mais visto na comunidade a um certo tempo. Os jovens não buscam mais o casamento entre as famílias da comunidade ou de regiões próximas, como era feito no passado. Se mudam para a cidade já no início da vida adulta, iniciando suas próprias famílias com homens e mulheres já moradores da cidade.

Dessa forma a identidade camponesa vai se resignificando e se adaptando às mudanças na rotina familiar camponesa, adequando as transformações do meio rural junto a integração campo-cidade.

CAPÍTULO 2: AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E OS IMPACTOS NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS E NAS COMUNIDADES RURAIS

O estudo das comunidades camponesas é relevante pois possibilita compreender como elas tiveram seus traços transformados pelo poder do agronegócio e o sistema capitalista de produção. E foram metamorfoseados e ressignificados pela produção em larga escala e a implantação grandes áreas de agricultura moderna em seus territórios.

Para o estudo das regiões ocupadas pelas comunidades, transformadas pelo desenvolvimento produtivo no campo, o levantamento histórico e a contextualização do agronegócio na região Centro-Oeste brasileira e no município de Quirinópolis, se encaixam para aprofundar o pensamento das etapas de desenvolvimento agrícola.

Ao retratar o cenário vivido pelas famílias que vivenciaram o início das atividades agrícolas pelo trabalho tradicional, a introdução das monoculturas da soja e do milho e a mais recente ramificação da agroindústria sucroalcooleira, que utiliza da cana-de-açúcar como matéria prima para a produção do álcool e açúcar.

A agricultura tradicional foi o primeiro salto na produção agrícola tradicional, trazendo grande contingente de migrantes para a região Centro-Oeste e especificamente para Quirinópolis, sendo a primeira grande mudança observada no contexto agrícola rural.

Em segundo momento houve a introdução e expansão da chamada Revolução Verde, que trouxe consigo a mecanização agrícola, peça chave para a expulsão das famílias camponesas do campo para a cidade, substituindo a mão de obra assalariada no campo por máquinas, moldando a produção para a prática do agronegócio, reduzindo custos, aumentando a produtividade e desenvolvendo os latifúndios em terras produtivas, com o cultivo do milho e da soja em grandes lavouras comerciais.

Por fim, e mais recente, temos a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, assim como a soja e o milho, também é uma produção mecanizada e se expandiu rapidamente por todo o Centro-Oeste, produzindo o álcool anidro, álcool hidratado e o açúcar, tornando-se uma commodities na economia brasileira e movimentando a economia municipal em Quirinópolis.

O estudo do processo de desenvolvimento agrícola goiano e a contextualização das comunidades do Salgado e Pedra Lisa, inseridas nesse processo, se faz importante para compreender os momentos passados por essas famílias, e analisar como elas foram ressignificadas e adaptadas para conviver mediante o avanço das monoculturas.

Desta forma, pode-se apresentar o desenvolvimento do meio rural em Quirinópolis em três etapas, sendo também as mesmas os três momentos de impactos sobre a vida das

comunidades rurais do município: 1) migração populacional nas décadas de 1950; 2) mecanização agrícola; 3) agroindústrias sucroalcooleiras. As três ocorreram em conjunto com fatores externos, tanto de Goiás como do Brasil, sem casos isolados. Não são mudanças repentinas, mas gradativas, ano a ano.

2.1 Migração populacional e a Agricultura Tradicional: primeira etapa

A primeira etapa, a migração populacional nas décadas de 1950 e 1960, motivados pela criação de rotas ligando a capital do estado e a capital federal à região sudeste do país, expandiu o contingente de mão de obra rústica, sem muitas ferramentas modernas nas fazendas locais. O impacto na produção camponesa é sobremaneira aumentado pela subordinação mão de obra camponesa como trabalhadores assalariados na grande fazenda, bem como sua mudança para a moradia na cidade.

As comunidades camponesas representavam predominantemente a composição rural goiana no início do século XX, compostas principalmente por famílias vindas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, a partir a crise da produção cafeeira naqueles estados.

As famílias que se instalaram na região utilizavam do trabalho tradicional para a prática da agricultura camponesa, voltada para o consumo local, sem interferências com o comércio nacional de alimentos. Era comum nas propriedades o uso do arado, carros de boi, carroças, pilões, paióis, monjolos, rodas d'água e instrumentos para o plantio e colheita, como enxadas, foices e cavadeiras, utilizadas na agricultura tradicional.

Nas roças era praticado a rotação de culturas, alternando a produção do cultivo a cada época do ano, proporcionando uma variedade na produção de alimentos em uma mesma área, práticas que, consciente ou inconscientemente promoviam a conservação do solo, pois alternando o cultivo, havia prazo para a recuperação dos nutrientes, a fim de evitar sua exaustão nutricional e mantê-lo sempre fértil para os cultivos.

Martínez Castillo (2008) se refere a agricultura tradicional camponesa como uma prática da atual agroecologia, que no período não recebia esse termo nomeando essa prática. E contribui com o argumento de sua desarticulação por meio da agricultura moderna. Segundo o autor,

La agroecología es un enfoque transdisciplinario que se nutre de la experiencia y saber milenario de sociedades tradicionales campesinas, que la agricultura moderna (mercantil) margina, excluye y desarticula, por no estar dentro de sus intereses. [...] Respeto los ciclos naturales de los cultivos, evitando la degradación y contaminación de los ecosistemas. Favorece la biodiversidad y el equilibrio ecológico a través de diferentes

prácticas como por ejemplo: rotaciones de cultivos, asociaciones, abonos verdes (no químicos), setos, ganadería extensiva (MARTÍNEZ CASTILLO, 2008, p.5)

Os primeiros moradores trouxeram consigo as técnicas produtivas paulistas e mineiras para o sul goiano e se instalaram em pequenas propriedades, priorizando as margens fluviais, com as casas próximas umas às outras, uma relação familiar, de compadrio e de vizinhança, proporcionando, uma prática “simbólico-cultural” que, de acordo com Haesbaert (2004, p.40), “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.

Essas famílias possuíam forte ligação com o solo, pois a partir dessa relação tiravam toda a base de subsistência familiar, tendo moradia, alimento e o bem-estar com a natureza, bem preservada pelas famílias, devido as técnicas rústicas de produção, gerando impacto ambiental mínimo e proporcionando uma relação saudável entre homem e meio ambiente.

Estabeleceram relações em que as famílias se ajudam a proporcionar o bem-estar geral e o bom desenvolvimento de todos. Santos (2011, p.18) afirma que “a dinâmica “simbólico-cultural” dos grupos produz relações de lideranças carismáticas e de afetividades políticas com transcendência de gerações de famílias, alimentadas por atividades folclóricas e religiosas”, ponto de partida da criação de uma cultura local e, com o passar das décadas, uma identidade regional.

Ainda sobre a ocupação do espaço social, Santos (2011, p.18) ressalta que “as atividades sócio relacionais sobrepujam às atividades econômicas, prevalecendo a política da boa vizinhança e conseqüentemente as atividades produtivas tornavam-se mais coletivas e solidárias, prevalecendo as relações intragrupais e intrafamiliares”. Corroborando esse pensamento, Souza (2013, p.193) afirma que “para os camponeses, produzir na terra tem significados maiores que apenas comercialização. É a garantia da reprodução e satisfação da vida em todas as instâncias”.

Essa relação entre as famílias caracterizava um modelo de produção em baixa escala, para o consumo interno com pouco excedente, portanto, sem participar da comercialização em escala nacional e livre de interferências do comércio de grandes cidades. A predominância era de cultivos básicos e variados da base alimentar, capaz de suprir as necessidades familiares.

A relação familiar camponesa, estava inserida no contexto rural de Quirinópolis, que até então mantinha seus principais cultivos nas lavouras de arroz, milho, feijão, além do algodão, juntamente a pecuária extensiva de corte e a pequena produção de leite. Sendo que,

gradativamente o espaço rural foi integrando ao modo capitalista de produção, com novas técnicas e visando o ganho de capital, causando transformações político-culturais locais.

Com incentivos do governo federal para a inserir o capitalismo do meio rural, e a mudança da Capital do Estado de Goiás para Goiânia, geraram grande mudança na dinâmica populacional sul goiana, uma vez que, essa torna rota de ligação frequente entre o Estado de São Paulo a nova capital de Goiás. Para Santos (2011, p.19) essas mudanças foram “Transformando relações socioculturais, introduzindo o trabalho assalariado nas atividades agrícolas e, conseqüentemente um distanciamento entre proprietários e trabalhadores rurais, devido à mercantilização da produção, objetivada a atender as demandas de mercado”.

Impulsionado pela pressão política e as alterações na estrutura viária, o aspecto agrícola em Goiás parte para uma nova etapa, recebendo diversos migrantes visando a aquisição de terras para a instalação de grandes lavouras, bem como, vieram também famílias com pouco poder aquisitivo em busca de emprego assalariado nas fazendas locais.

2.2 Da produção agrícola tradicional para o Agronegócio: segunda etapa

O segundo momento é a mecanização agrícola com a expansão da sojicultura a partir dos anos 1970, substituindo o trabalho tradicional por máquinas e provocando, impactos como o esvaziamento populacional no campo, pela desarticulação da produção camponesa, a contaminação do solo próximo às suas propriedades e o desmatamento incontrolado descaracterizando as propriedades químicas do solo e inviabilizando a produção camponesa.

O período de 1930 a 1960 foi marcado por uma sequência de acontecimentos que impactaram diretamente o contexto rural goiano no âmbito econômico e social. O primeiro marco para o desenvolvimento da região Centro-Oeste brasileira foi o Programa Marcha para o Oeste, sendo idealizado durante o governo de Getúlio Vargas ao final da década de 1930.

O Programa iniciado em 1940 e perdurando até meados da mesma década, tinha como base a expansão da produtividade agroeconômica nos Estados de Goiás e Mato Grosso, inserindo-os ao agronegócio e dando início ao domínio latifundiário na região, revestidos com roupagem de grandes empresários rurais. Durante esse período, o governo vigente tinha a visão que esses dois Estados eram considerados improdutivos e subdesenvolvidos, vistos como uma região a se instaurar o desenvolvimento já consolidado no estado de São Paulo para colaborar com a exportação nacional de cereais. Estevam (2004, p.94) informa se tratar,

da concreta ocupação do Planalto Central [...]. A preocupação com os vazios demográficos aprofundou-se inserido neste processo, Goiás constituía área de fronteira relativamente próxima a São Paulo e caracterizava-se, juntamente com Mato Grosso [...] o “segundo grande vazio nacional”.

Partindo do princípio de não estarem inseridos na produtividade nacional, o conceito de “vazio demográfico” foi aplicado pelos governos nacional e paulista, ao se tratar dessa região, considerada como desconhecida, inabitada e sem relevância. Contrapondo a essa visão paulista, a região sempre foi rica em cultura e sociedade, dominada pela cultura e agricultura camponesa.

Não existia vazio demográfico, uma vez que havia centenas e milhares de famílias camponesas em pequenas e médias propriedades, próximas umas das outras. Não era disseminado o modelo capitalista de produção, pois a produção de alimentos comunitária era destinada ao autoconsumo e ao comércio local dos excedentes. O que gerou de fato, com esse discurso foi legitimar o chamado êxodo rural, que significa o esvaziamento do campo. Na verdade, foi esse programa que propôs, em primeiro lugar o vazio demográfico, para, em seguida, implantar a agricultura de grandes lavouras comerciais sob o modo de produção capitalista.

Junto ao apelo do governo federal para a expansão agrícola no Centro-Oeste, houve a mudança da capital do estado de Vilas Boas de Goyaz (atual Cidade de Goiás) para Goiânia, na década de 1930, proporcionando grande mudança na dinâmica populacional sul goiana. Assim como a construção de Brasília, já na década de 1950, aliada a implantação de uma grande malha rodoviária ligando ao interior de Goiás ao Estado de São Paulo, trouxe ao centro-sul goiano grande desenvolvimento em infraestrutura, tornando o sudoeste goiano rota de fluxo frequente de pessoas pela região.

Esse fluxo de pessoas despertou o interesse de fazendeiros para a aquisição de terras na região. Proprietários dos estados como São Paulo e Minas Gerais migraram com suas famílias para se instalarem no sudoeste goiano, principiando a produção agrícola, sob o modo capitalista de produção, voltada para o comércio de exportação e com introdução de maquinários no cultivo. Esse modelo impactou diretamente o trabalho tradicional nas pequenas e médias propriedades, gerando a escassez de emprego no campo e a sustentação de diversas famílias, que engrossaram o processo de esvaziamento populacional do espaço rural.

Com o avanço das técnicas agrícolas advindas de estados mais desenvolvidos economicamente e implantadas na área rural sul goiana, Santos (2011, p.22) discorre:

As atividades produtivas originariamente desenvolvidas a partir da produção de subsistência, como o cultivo das lavouras de arroz, milho, algodão e a pecuária leiteira de pequeno porte, sem a introdução de um padrão tecnológico

moderno, caracterizando apenas a ampliação do tamanho da lavoura e a eliminação do trabalho familiar, se torna inerte frente à entrada do capital agrícola, das novas tecnologias e dos novos agentes produtivos que migraram para o Sudoeste goiano, trazendo consigo a mecanização e a exclusão de grande parcela de pequenos e médios produtores rurais.

Com as transformações ocorridas no contexto rural, visando acelerar o processo produtivo goiano, leis e decretos de diferentes governos foram criados ao longo dos anos para favorecer a expansão agrícola no Cerrado. Dentre elas, a Lei 492 de 30 de agosto de 1937, no governo Vargas, que regula o penhor rural e a cédula pignoratícia (BRASIL, 1937) e a Lei 2.666 de 6 de dezembro de 1955, pelo presidente em exercício Nereu Ramos, que dispõe sobre o penhor de produtos agrícolas (BRASIL, 1955) que possibilitou os produtores rurais penhorarem seus bens, como colheitas, instrumentos agrícolas e gado, como garantia de pagamento, a fim de expandir seus créditos com o Estado.

Fez parte dessas medidas o Decreto-lei 167 de 14 de fevereiro de 1967, no governo Artur da Costa e Silva, que trata do financiamento rural para aquisição de maquinário e tecnologias agrícolas (BRASIL, 1967). Santos (2011, p.22) ressalta que mesmo com as Leis federais “faltavam aos pequenos e médio produtor [*sic*] garantia de produção, de vendas, de preços mínimos e principalmente o seguro agrícola, devido aos altos riscos que envolvem estas atividades por variações climáticas e disponibilidades e uso de equipamentos”.

Apesar de ter a disponibilidade de Leis que amparam e incentivam o produtor rural, o acesso a elas “geralmente eram facilitados por relacionamentos políticos ou pessoais entre agentes financiadores (bancos) e alguns poucos produtores proprietários ou arrendatários, dificultando o acesso destes créditos de forma paritária a todos que deles necessitavam para realizarem os cultivos” (SANTOS, 2011, p.22).

Em períodos que antecederam a modernização no campo, no Estado de Goiás, as práticas socioprodutivas camponesas eram predominantes no meio rural. Com técnicas voltadas para a agricultura camponesa, em pequena escala e com a abrangência do trabalho tradicional, era uma produção considerada “arcaica” pelos empresários rurais mineiros, paulistas e paranaenses, vindos para Goiás em meados dos anos de 1960.

Com propostas de expansão de monoculturas, e subsidiados por programas governamentais, os proprietários de terras colocaram em prática a chamada Revolução Verde no campo, “com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada” (OCTAVIANO, 2010, p.1), alterando permanentemente a paisagem do meio rural.

Essa chamada “Revolução” consistiu em financiar a expansão de grandes monoculturas no Estado de Goiás, assim como em toda região Centro-Oeste, com incentivos do governo federal para a aquisição de maquinários agrícolas com baixos juros e parcelamentos por longos anos, e até décadas.

Junto a expansão das monoculturas, a mecanização agrícola surge como uma fonte de expansão no quantitativo produtivo nacional, em larga escala, visto que, em questão resultados, as máquinas são superiores ao trabalho manual.

Na época em que foi introduzida, foram criadas políticas públicas para adoção do novo modelo por parte dos agricultores. Entre elas, pode-se citar o crédito subsidiado atrelado à compra de insumos como agrotóxicos e adubos. A criação de órgãos de pesquisas nacionais e estaduais para dar suporte ao modelo também é considerada como um incentivo, junto ao treinamento, no exterior, dos professores das faculdades de agronomia e a criação de um serviço de extensão rural para levar a tecnologia até o agricultor. (OCTAVIANO, 2010, p.2).

Além dos grandes prazos e baixos juros dos financiamentos de maquinários, houve a introdução de adubos, herbicidas e pesticidas no meio produtivo, visando o máximo aproveitamento nas colheitas, uma vez que, com a utilização de agrotóxicos, a produtividade por hectare é aumentada. Sendo

um dos impactos marcantes dessa modernização do setor está na incidência de monoculturas com plantas híbridas, além de ser fortemente apoiada em energias não renováveis como os agrotóxicos, os adubos e na intensa mecanização e na alteração genética dos alimentos, o que é bastante questionado em debates sobre segurança alimentar. (OCTAVIANO, 2010, p. 1-2),

Os implementos da Revolução Verde foram aplicados no Brasil em meados da década de 1960, porém, já era uma realidade no restante do mundo na década anterior. Anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, na Europa devastada pela guerra, empresários de indústrias químicas buscavam soluções de utilização dos insumos químicos que sobraram da guerra na agricultura, visando aumentar a produtividade nas plantações e conter a fome no continente, no qual se iniciou com o uso do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) na indústria agrícola, a fim de combater insetos nas lavouras.

Esse elemento já havia sido descoberto em 1874 por Othomar Zeidler, utilizado no combate a doenças como a Malária, Tifo e Febre Amarela, porém teve sua eficácia contra insetos em lavouras descoberto em 1948, por Paul Muller, detentor do prêmio Nobel de química do respectivo ano. Considera-se o DDT como o primeiro agrotóxico de baixo custo inserido

nos cultivos internacionais, de fácil acesso e eficaz contra os insetos, porém, com o avanço de pesquisas na área, descobriu-se o seu alto poder cancerígeno e pelo acúmulo no organismo.

Nesse período, o DDT foi utilizado no Brasil, sem restrições, iniciando na região sul do país, utilizado até 1998, quando os poderes executivo e legislativo decidiram pela sua proibição por meio de campanhas públicas, e pelo projeto de Lei nº 416/99, que proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências (BRASIL, 1999), que tramitou por 10 anos no senado, até ser devidamente efetivada na Lei nº 11.936 de 14/05/2009, que devidamente proibiu a fabricação, importação, exportação, estoque e uso do DDT (BRASIL, 2009).

Na década de 1970, impulsionado pela mecanização agrícola e a aplicação de insumos nas lavouras, a produção de soja estava em alta nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. O Centro-Oeste ainda não tinha relevância na produção para exportação, representando, em 1975, apenas cerca de 2,95% (IBGE, 1979) do que produziam as regiões Sul e Sudeste.

O Cerrado goiano até então era visto com um bioma de terras de pouca fertilidade e inviável para a produção de monocultura, porém, com incentivos do governo na década de 1980, desencadeou cada vez mais a interesse de empresários rurais por grandes extensões de terras para o cultivo de grãos para abastecer o crescente mercado internacional.

À medida que a expansão do agronegócio se consolidou na região Sul do estado, e a necessidade de grandes extensões de terra no Cerrado goiano para a agricultura comercial, alguns programas foram difundidos, a fim de promover a expansão agrícola comercial no bioma, visando dissipar a concentração sulista nos cultivos e expandir a exportação de grão pelas terras goianas.

Dentre os programas criados pelo governo, destacam-se o Programa para Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), inseridos para expandir o agronegócio no bioma Cerrado, efetivando a inserção do Centro-Oeste brasileiro em meados de 1970.

A região Centro-Oeste foi alvo dos programas de ocupação econômica do Cerrado, tais como: o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado e o PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado. Diversas linhas de crédito foram abertas com o objetivo de criar a infraestrutura necessária (transporte, eletrificação, extensão rural, exploração do calcário, armazenamento etc.). (MENDONÇA, 2004, p.199).

O Cerrado já sofria alterações impostas pelo capitalismo que se intensificaram com a introdução desses dois programas:

Os impactos que originaram com o novo modelo agrícola ocasionaram o desmatamento da vegetação nativa, alteração de outras formas de produção, imposição da lógica da racionalidade econômica, com prioridade na maximização do lucro e a transformação da propriedade privada da terra em instrumento de negócio. (JESUS, 2020, p.88).

Outro programa desenvolvido foi o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) “que visava desenvolver pesquisa no setor de produção, melhoramento genético com sementes de soja adaptadas para as condições do Cerrado, bem como a melhoria da infraestrutura” (JESUS, 2020, p.88).

Com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) durante o governo de Ernesto Geisel, foram criados meios de pesquisas para a criação de instituições voltadas para o estudo aprofundado do Cerrado e o desenvolvimento de sementes e insumos destinados ao clima do Centro-Oeste. Nesse primeiro plano foram criadas a Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), fundadas visando o aprimoramento genético para expandir a produtividade no Cerrado.

A EMBRAPA, criada nos anos 1970 pela Lei Federal n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972 que, autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. (BRASIL, 1972). Dentre os objetivos desta empresa destacam-se:

planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, com o objetivo de produzir conhecimentos tecnológicos a serem empregados no desenvolvimento da agricultura nacional, exercer a coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, mediante convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (FRANCO, 2001, p.5).

A atuação da EMBRAPA se deu por intermédio de diversos Centros de Pesquisa, instalados em quase todos os Estados da Federação, dentre eles o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), criado em 1975, que teve como objetivos:

gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvopastoril da região do cerrado; - desenvolver pesquisas para conhecer os recursos naturais e socioeconômicos dos cerrados e seu potencial de aproveitamento, com a finalidade de criar tecnologias apropriadas à região. Suas principais tecnologias geradas são: - aproveitamento de espécies nativas (pequi, jatobá,

baru, cagaita) dos cerrados para alimentação humana e animal; - desenvolvimento de técnicas de adubação para o cerrado; - estudos sobre a fixação biológica do nitrogênio em soja, ervilha, feijão, adubos verdes e forrageiras; - recomendação de cultivares de trigo, soja e mandioca para a região dos cerrados; - recomendação de fruteiras, eucalipto, café e pinus para a região dos cerrados; - tecnologias sobre manejo de solos e controle integrado de pragas; (FRANCO, 2001, p.6).

A EMATER surgiu como braço estadual da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Sendo uma empresa subsequente das instituições em Assistência Técnica e Extensão rural (ATER), que “ofereciam assistência técnica no meio rural, elaborando projetos de desenvolvimento agrícola para os produtores conseguirem acesso ao crédito rural subsidiado, principal instrumento de desenvolvimento rural do governo brasileiro entre princípios dos anos 1960 e 1986.” (CASTRO, 2015, p.50).

As ATERs foram iniciadas nos finais da década de 1940 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), visando melhores condições econômicas e sociais no meio rural. Segundo Castro (2015, p.50):

A ACAR foi estruturada de acordo com o modelo norte-americano de difusão de inovações que basicamente atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, a função dos institutos de extensão rural era servir de interlocutor entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária. Esse modelo de extensão rural era orientado pelo paradigma desenvolvimentista, difundindo as relações capitalistas de produção no meio rural brasileiro.

Em 1956, com a expansão da ACAR, o serviço de ATER foi institucionalizado e passou a ser coordenado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e em 1975 culminou na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) incorporando a ABCAR, e as ACARs passaram a ser chamadas de EMATER (Castro, 2015).

Nos anos seguintes foi inserido o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e a continuidade das propostas iniciadas no I PND. “O II PND continuou o crescimento acelerado e à desconcentração industrial, através de investimentos governamentais na indústria de base nas regiões periféricas”. (INOCÊNCIO, 2010, p.71), incluindo também programas de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste.

O PRODECER foi dividido em 3 etapas, PRODECER I, PRODECER II e PRODECER III. Na primeira etapa, elaborada em 1980, foi aplicada no oeste de Minas Gerais, a segunda etapa tivemos a fase Piloto de 1985 a 1990, aplicada nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul

e em Minas Gerais, e a fase de Expansão de 1985 a 1993 aplicada na Bahia e Mato Grosso. A terceira etapa de 1995 a 2001 foi aplicada em Tocantins e Maranhão. (INOCÊNCIO, 2010).

Com o início da implantação do programa, era ofertado aos novos investidores juros baixos e longos prazos de pagamento de maquinários, insumos e equipamentos. Porém, com o passar dos anos, durante as trocas de governo, alterações foram feitas, aumentando os juros de financiamentos. Com uma produtividade abaixo do esperado, e o aumento das tarifas, diversos produtores ao final da década de 1980 e começo dos anos 1990 tornaram-se endividados.

Mas não foi apenas os meios de pagamento que se alteraram no passar dos anos, a diversificação produtiva também se ramificou pelo Estado, impulsionado pela soja, mas diversificando na produção de grãos e na pecuária, e a mais recente produção sucroalcooleira, colocando Goiás em posição de destaque na produção nacional. (JESUS, 2020).

Podemos considerar o PRODECER o maior programa de desenvolvimento agrícola para o bioma Cerrado, com destaque para a expansão no Centro-Oeste, elevando a produtividade da região a níveis cada vez mais altos nas décadas de 1980 e 1990, conforme mostra a tabela de produção de soja (Tabela 4), para o período de execução do Prodecercer, que encerrou sua terceira fase em 2001.

Tabela 4 - Produção de Soja em 1975, 1980, 1985 e 1996.

Estado	Produção de soja em Toneladas			
	1975	1980	1985	1996
Minas Gerais	47.744	246.764	638.558	864.894
São Paulo	629.577	958.897	952.196	850.480
Paraná	3.103.049	4.408.495	4.161.322	6.046.293
Santa Catarina	270.870	529.427	519.730	408.861
Rio Grande do Sul	4.419.465	5.103.538	5.321.631	4.253.171
Mato Grosso	-	88.852	1.610.530	4.438.946
Mato Grosso do Sul	167.981	1.402.237	1.811.881	1.796.994
Goiás	82.173	368.477	1.157.704	1.960.112

Fonte: Censo agropecuário 1975, 1980, 1985 e 1996 (IBGE, 1979, 1984, 1991 e 1998).

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Centro-Oeste é inserido na cadeia produtiva nacional, com uma agricultura e pecuária modernizada voltada à exportação, impactando, positivamente para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e estaduais, e negativamente, para a desarticulação da produção camponesa.

A aplicação das normativas do PRODECER, trouxe grandes mudanças na dinâmica socioeconômica na região, desarticulando a produção camponesa e inserindo a produção comercial em grande escala no Centro-Oeste brasileiro, voltada à exportação.

Para as áreas de Cerrado, a ênfase foi a alteração na base técnica da agricultura. Assim, o Cerrado é capturado pelo capital em função da abundância de recursos naturais, tendo em vista que o projeto do PRODECER transformaria as terras despovoadas e de baixo valor econômico em terra produtiva, com a ajuda de novos meios tecnológicos. [...] A integração do Cerrado nesse projeto de modernidade e de exploração agrícola na lógica capitalista de mercado significa que a terra nas regiões onde operava o PRODECER sofreram grandes transformações, a começar pelo aumento dos preços das terras, aumento da concentração da propriedade privada capitalista, a desagregação e a substituição da agricultura camponesa, pressionada pelos novos padrões da agricultura tecnicada e a intensificação dos conflitos. (JESUS, 2020, p.89).

Foi a partir da monocultura da soja, nos anos 1970-1980, que promoveu a substituição das pequenas lavouras, por não serem competitivas às grandes *commodities*, pela pastagem e produção e comercialização leiteira nas pequenas propriedades como obtenção, inicialmente de renda extra, e, atualmente, a principal fonte de renda como forma de adquirirem produtos industrializados, não apenas gêneros alimentícios, mas também equipamentos eletrônicos, e veículos.

Teixeira Neto (2010, p.29) informa que “As estatísticas mostram que, de 1970 para cá, [...] o número de pequenas propriedades familiares, voltadas essencialmente para uma economia tipicamente camponesa, diminuiu, dando lugar às grandes fazendas de gado ou às empresas rurais que produzem grãos de exportação.”. Foi a partir dessas transformações e a adesão ao mercado que entraram na engrenagem econômica do capitalismo e promoveu a ressignificação das tradições camponesas.

Assim, as terras que eram ocupadas pela produção camponesa, voltadas para o cultivo familiar, se tornam gradativamente inseridas no agronegócio e Goiás entra no ciclo produtivo internacional de grãos, como principal produto a soja. Foi uma grande transformação na paisagem rural incentivada pelo crédito agrícola e incentivos por parte do governo.

Os créditos cedidos pelo governo, seriam destinados aos interessados em adquirir terras e assim desenvolver suas atividades, por prioridades na escolha dos beneficiários. Enquanto uns seriam os proprietários, outros seriam trabalhadores assalariados, aqueles expulsos pelo processo de esvaziamento do campo, conforme relata Mendonça:

Para reforçar a necessidade de um novo agricultor (o empresário rural), foram elaboradas através de educação formal, visões imbuídas de forte conteúdo ideológico, valorizando os chegantes e suas culturas em detrimento dos *povos cerradeiros* e de suas manifestações socioculturais. Enaltece-se como capacidade para a modernização a competência de gerenciamento associadas ao nível de escolaridade e, dessa forma, eliminaram grande parte dos

proprietários rurais tradicionais e, principalmente, os camponeses e *trabalhadores da terra*. Ainda, dentre os critérios utilizados para a escolha dos beneficiários priorizaram médios empresários rurais [...]. Alijaram os *trabalhadores da terra* e os camponeses, construindo no imaginário social a noção de que eles teriam condições plenas de se manterem nas suas terras e, aqueles que não possuísem terras exerceriam o trabalho assalariado, melhorando as suas condições de vida. (MENDONÇA, 2004, p. 208, grifo do autor).

Porém, essa maneira de integrar as famílias camponesas ao novo modelo agropecuário não foi, objetivamente, com a intensão de integrá-los à nova realidade, mas sim uma forma de transformá-los, não mais a família, mas principalmente os homens, ao trabalho assalariado nas fazendas. Os beneficiados pelos créditos rurais foram apenas os grandes e médios empresários escolarizados, tirando a oportunidade dos pequenos a se adaptarem a nova logística rural e, desse modo, “o modelo empresarial adotado pelo capital desarticulou a produção camponesa pelo fato de priorizar apenas o setor de produção agropecuária e agroindustrial”. (JESUS, 2020, p.94).

Dessa forma, o projeto que poderia integrar a produção camponesa na escala industrial, apenas subordinou os pequenos produtores ao modo capitalista de produção, concentrando o poder aos grandes empresários rurais, modernizados, mas ainda com as características de latifúndios, agora produtivos. Uma sobreposição do conceito de terra de negócio, dos capitalistas, sobre a terra de trabalho, dos camponeses, conforme Martins (1983). A terra para o campesinato visa o sustento coletivo da família, por meio do trabalho familiar, sem incentivos do poder público, enquanto a terra de negócio é uma extensão da propriedade privada, de concentração da renda produzida, utilizando o trabalho terceirizado (assalariamento) como garantia de capitalização (apropriação da mais-valia), mediante exploração do trabalhador e da terra.

Com o avanço e imposição do capital do campo a reforma agrária se torna um ideal cada vez mais distante e fictício para o Cerrado, uma vez que a soja, assim como as demais monoculturas, concentra o poder produtivo aos grandes proprietários de terras.

Com os baixos salários e a alta carga de trabalho que os trabalhadores rurais são submetidos, emergem os movimentos em busca de igualdade e reconhecimento pelos pequenos proprietários, uma luta crescente em busca de uma reforma agrária. Assim surgiram os movimentos sociais no campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e entidades de apoio como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com o programa PRODECER a produção agrícola do Estado de Goiás iniciou seu processo de destaque na produção nacional voltada à exportação, com números de colheita sempre em crescimento, conforme mostra a tabela de produção vegetal em área colhida em Goiás (Tabela 5). É possível ver que a produção de arroz, base de sustentação da produção camponesa destinada ao autoconsumo e abastecimento interno, teve sua crescente até os anos 1980, sendo substituída pelo milho e a soja.

Tabela 5 – Produção vegetal em área colhida (há) em Goiás.

Período	Arroz em casca	Milho em grão	Soja em grão
1970	896.238	497.048	11.514
1975	1.128.759	687.091	61.905
1980	1.239.017	738.314	213.487
1985	693.105	741.840	599.555
1996	152.253	768.086	863.422
2006	49.661	623.156	1.584.375

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006. (IBGE, 1975, 1979, 1984, 1991, 1998, 2009).

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Seu auge foi no final da década de 1970 e início dos anos 1980, entretanto, devido as mudanças no mercado nacional de produção e a procura por derivados da soja e milho pelas grandes empresas, o cultivo do arroz foi declinando e, atualmente praticamente desapareceu, considerada uma produção inviável para o comércio externo. O cultivo de milho e soja se mantiveram em alta produtividade, devido a procura por seus derivados, com destaque para a soja, em crescente ascensão, que se estendeu até a primeira década do século XXI, quando sede espaço, parcialmente, para as lavouras da cana de açúcar.

Com essa mudança nos rumos da produção, as populações camponesas foram diretamente impactadas, reprimida pelo modo de produção capitalista, visto que uma produção de baixa escala, de mão de obra familiar, para autoconsumo, não tinha capacidade de concorrer com os níveis de produção do agronegócio, voltados para o mercado nacional e internacional.

Desse modo, com métodos de produção que cada vez mais se enraizavam no Centro-Oeste brasileiro, “as atividades do agronegócio fundamentadas nos princípios do lucro, da concentração da produção, da terra e da riqueza, transformaram o Cerrado na principal área de produção de *commodities*, do Brasil”. (CALAÇA, 2014. p.2).

Tensionadas pelas atividades das grandes indústrias, diversas famílias camponesas, tiveram sua mão de obra e produtividade voltadas para o modo industrial de produção, em larga escala e concentrado na mão das empresas, não mais como produtores diretos, e sim como assalariados nas grandes lavouras.

Apesar do trabalho assalariado não beneficiar diretamente o pequeno produtor, esse foi de certa forma acolhido pelas famílias, pois em questão de mercado não havia poder de concorrência para a produção familiar. Mesmo sendo um cultivo de qualidade, a pequena escala de produção não era capaz de concorrer com os grandes produtores, tornando o pequeno produtor um assalariado nas lavouras.

Mesmo com as tensões no campo, costumes e práticas socioculturais camponesas continuam presentes ou se mantem na memória das famílias camponesas. Para Santos (2008, p.58):

O homem que opera essa tecnologia, nas grandes lavouras, é de origem camponesa. [...] Esses homens são metamorfoseados pelas imposições sociais advindas do processo de produção e reprodução capitalista, mas essas imposições têm seus limites, [...]. Os produtores, em grande medida, carregam sentimentos religiosos, modos de encarar e resolver os problemas que vêm do passado. Mesmo que a transformação tecnológica os tenha ligado aos grandes mercados, não os distanciou, por completo, de alguns costumes, hábitos, da gratidão e da moral religiosa camponesa.

Com a introdução das sementes geneticamente modificadas, a expansão agrícola tomou nível jamais vistos até então, com áreas cultivadas cada vez maiores e rendimentos eficientes contribuindo para maior produtividade. “A disseminação das sementes híbridas marcou o início de um processo que levou gradativamente à substituição daquelas produzidas pelos camponeses, desarticulando suas práticas agrícolas, e intensificando a subordinação e expropriação do trabalho camponês”. (CALAÇA, 2014, p.1).

Nesse momento, os camponeses se tornaram subordinados como agregados e parceiros dos grandes fazendeiros, sendo uma “expressão e parte inerente ao processo de territorialização do capital no Goiás” (CALAÇA, 2014, p.3). Inclui-se os camponeses em lavouras de grãos e de gado de corte, inserindo-os no sistema de mercado, mas decompondo suas práticas produtivas e culturais.

[...] a mediação da produção agrícola pela lógica do mercado alterou todas as dimensões da vida, da festa, da procissão, da prosa em volta do fogão à lenha, [...]. Esse processo afetou as populações de forma diferenciada no espaço e no tempo, em razão das demandas do agronegócio, [...] e dos incentivos públicos e privados. (CALAÇA, 2014, p.3)

Práticas essas que seguiram pressionando a cultura e a sociedade camponesa durante toda a expansão da monocultura da soja, e foram intensificadas com o setor sucroalcooleiro já no início dos anos 2000, corroborando com a ressignificação das práticas socioculturais rurais.

2.3 Do agronegócio às agroindústrias sucroalcooleiras: terceira etapa

O terceiro e atual momento são as agroindústrias sucroalcooleiras, reforçando a monocultura e o modelo do agronegócio no município que, assim como a soja, faz o uso de agrotóxicos, contaminando o solo das propriedades das famílias que se veem cercadas pelo cultivo da cana-de-açúcar, inviabilizando a produção para o consumo próprio. Pois os agentes químicos utilizados nesse cultivo são transportados pelo vento, contaminando o solo e os pequenos cultivos das famílias camponesas, inviabilizando a produção local.

Assim como a consequência da aplicação de agentes químicos, a própria vinhaça aplicada sobre a plantação e nas estradas vicinais gera alterações na biodiversidade local (Souza et.al., 2013), como a proliferação de moscas, principalmente a mosca branca, que causam desconforto nos moradores próximos e estresse no gado, diminuindo a produção leiteira. Há também a formação de poeira gerada pelo fluxo de maquinário, que além do incômodo com a higiene das casas, também cobre o capim, dificultando a aceitação da pastagem pelo gado. Além de pequenos danos materiais como quebra de cercas e colchetes.

Por esses e outros motivos, as pequenas e médias propriedades se rendem ao arrendamento para a cana-de-açúcar, principalmente as pequenas, e quando as pequenas propriedades, vizinhas umas às outras tomam a decisão do arrendamento, facilita o cultivo e o trânsito do maquinário agrícola local, pois aumenta a área de cultivo, tornando mais eficiente o plantio, colheita e transporte.

Esse modelo do agronegócio manteve sua crescente ascensão a partir da Revolução Verde até os dias atuais, com técnicas cada vez mais avançadas e equipamentos com tecnologias sempre atualizadas, visando sempre a maior produtividade.

Nos anos que iniciaram o século XXI, a monocultura da soja manteve-se dominante na paisagem rural goiana, sendo nos próximos anos, parcialmente substituída pela cana-de-açúcar, e a “inclusão” dos camponeses permaneceu por meio de regulamentos governamentais para a aquisição de matérias originárias da agricultura camponesa. Uma maneira encontrada pelo governo de “favorecer” as comunidades foi por intervenção do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível (PNPB). Coloca-se aspas, pois na verdade apenas impõe às agroindústrias a obrigatoriedade de adquirir determinada quantia de sua produtividade direto da agricultura camponesa, em troca de benefícios fiscais.

O PNPB foi instituído em 2004 e inseriu normas para a introdução dos biocombustíveis na Matriz Energética Brasileira, uma maneira encontrada pelo governo para beneficiar empresas que adquirirem produtos vindos da agricultura camponesa. Seguindo essas normas,

as empresas têm sua produção como preferência pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), além do selo de Combustível Social, proporcionando incentivos fiscais para o agricultor. Segundo Calaça (2014, p.4),

[...] foram editadas uma série de normas jurídicas regulamentando a introdução do agro(bio)combustíveis na Matriz Energética Brasileira. Essas normas contemplam as empresas, que cumprem as normas para aquisição de matéria da agricultura familiar, com incentivos fiscais (Selo Combustível Social) e preferência pela compra de biodiesel pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Estabeleceu-se, assim, uma nova frente no processo de subordinação e expropriação do excedente camponês. A partir de então expandiu-se rapidamente os pedidos de autorização para instalação de plantas de unidades industriais de produção de agrodiesel de oleaginosas, principalmente soja.

O Selo de Combustível Social, conforme Calaça (2014, p.4), foi implementado “por meio do Decreto-Lei 5297/2004, que ‘dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel’, o governo federal regulamentou ‘Selo Combustível Social’ [sic] concedido às empresas que atendem as normas da ANP”.

Tais manobras governamentais não visam beneficiar diretamente os camponeses, mas sim inseri-los, com sua produção, no sistema do agronegócio, de tal maneira que se veem na função de ceder suas terras para a produção de grãos para a bioenergia ou para exportação, deixando de lado as práticas de uma agricultura natural, hoje denominadas agroecológicas, que eram empregadas na agricultura de autoconsumo.

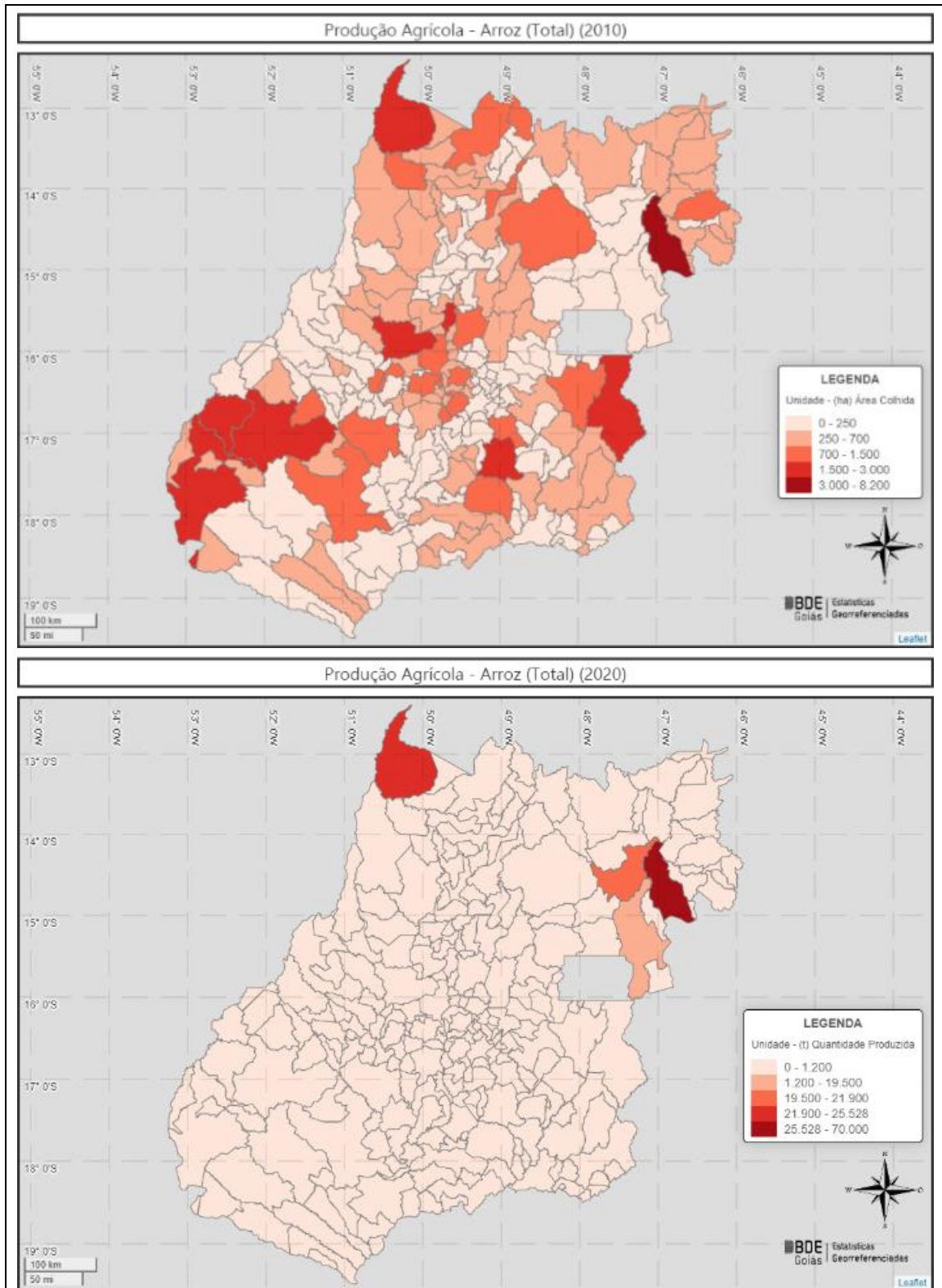
Os camponeses estão sendo incentivados a cultivar soja e outros produtos, pelas usinas beneficiárias do PNPB, sob o argumento da sustentabilidade e da inclusão social. Esses Argumentos escondem o verdadeiro sentido dessas ações: a subordinação do campesinato ao agronegócio e a desarticulação de sua lógica de reprodução. (CALAÇA, 2014, p.5).

Em períodos passados, anteriores a década de 1960, a produção de arroz sempre foi o principal cultivo para a renda familiar das comunidades camponesas, uma produção voltada para o autoconsumo e o abastecimento interno dos municípios.

Após as sanções impostas pelo governo federal, visando a expansão agrícola de monoculturas como a soja, milho e a recente cana de açúcar, as áreas destinadas ao cultivo de arroz foi reduzindo gradativamente, frente o avanço dessas monoculturas em determinados municípios. conforme o mapa da produção de arroz do Estado de Goiás (Figura 16), de 2010 para 2020 o cultivo do arroz foi reduzido a quantidades mínimas, demonstrando a consequência da dominação e subordinação do agronegócio sobre os pequenos produtores. Esse declínio deve

se ao fato de ter perdido espaço para a soja, já na década de 1990 e depois substituída, em grande parte do território Sul Goiano, pela cana-de-açúcar, nos anos 2000.

Figura 16 - Produção de arroz no Estado de Goiás, em 2010 e 2020.



Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Fonte: BDE Goiás, 2022.

O cultivo da cana-de-açúcar está presente em terras brasileiras desde o Brasil Colônia, no século XVI, com plantações instauradas na região nordeste, principalmente nas áreas litorâneas. Essa produção concentrava a renda nos senhores de engenho com uma mão de obra escrava, visando o comércio com o mercado europeu, onde o açúcar estava em alta.

Nesse período, em que os minerais nas regiões centrais do país ainda não haviam sido descobertos, a produção canavieira manteve-se como principal fonte de recursos para a metrópole durante os séculos XVI, XVII e XVIII. (FERLINI, 1998; ANDRADE, 1986).

A produção de açúcar que se manteve em alta por 3 séculos, devido a mudanças políticas e econômicas no mercado internacional, com uma produção acima da demanda, começou a declinar até meados do século XX. Com uma produção acima do requisitado no mercado internacional, gerando instabilidade no mercado interno, viu-se a necessidade da produção de derivados da cana-de-açúcar, além do próprio açúcar.

Em 1933 o governo federal de Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) visando regulamentar a produção de açúcar e álcool entre as regiões Centro-Sul e Nordeste. No período, o álcool ainda não era considerado uma solução viável para a substituição dos combustíveis fósseis, devido ao baixo preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Porém, impulsionado pelos conflitos da Segunda Guerra Mundial, e as crescentes dificuldades de importação de petróleo dos países estrangeiros pelos mares, o IAA, para contornar esse problema, impulsionou a produção de álcool anidro para ser utilizado junto a gasolina, a fim de reduzir a dependência externa, instalando três destilarias nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Propagou-se a produção do álcool a partir da própria cana-de-açúcar, que até então era feito de seu derivado, o melaço. “[...] a partir de 1942, da maior parte da matéria-prima agrícola (cana-de-açúcar) para a produção ‘direta’ de álcool (isto é, a partir do caldo de cana, e não mais com base no melaço residual da fabricação de açúcar)”. (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 59-60).

No entanto, essa produção do álcool anidro não obteve grande sucesso entrando em declínio até os anos 1970, com a facilidade do comércio e a queda do preço do barril de petróleo, que nos anos 1972 era de aproximadamente 3 dólares. Porém, diversos fatores ocorreram para tais oscilações e o barril, em 1973 chegou a 12 dólares, devido a embargos e conflitos no Oriente Médio entre Egito, Síria e Israel, considerada a primeira crise do petróleo.

Anos mais tarde, em 1979 houve a segunda crise, consequência da Revolução Iraniana, elevando o preço do barril de petróleo a 39,50 dólares. Esses fatos contribuíram para o desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira no Brasil.

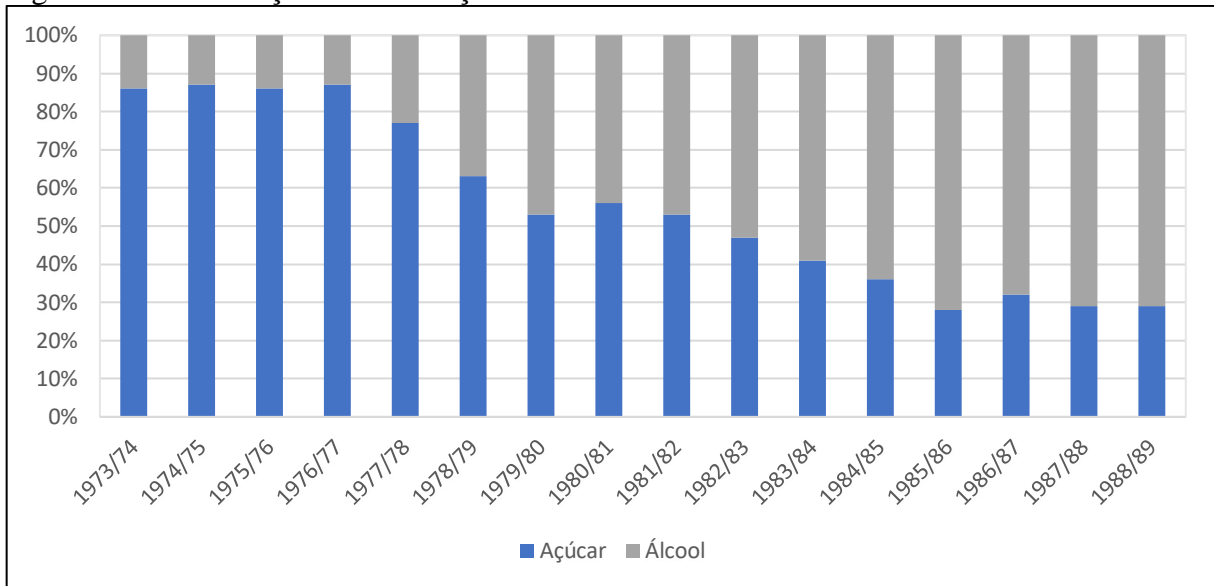
Como forma de alavancar o setor, em 1971, foram lançados o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalsucar) e o Programa de Racionalização da Indústria Açucareira. Em 1973 é lançado o Programa de Apoio à Indústria Açucareira. De uma forma geral, esses programas estatais visavam melhorar o aproveitamento industrial e agrícola do setor e ampliar a capacidade produtiva. Os dois últimos programas direcionaram a centralização do sistema produtivo com incentivos a grandes plantas industriais e ocupação extensiva de terras para proporcionar ganho de escala. (SILVA, 2011, p.47).

Apesar da criação destes programas, ambos foram destinados a expansão da classe usineira, sem o direcionamento para a produção do álcool. Em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel foi devidamente criado um programa voltado a produção do álcool anidro, por meio do Decreto-Lei 76.593 de 14 de novembro de 1975, que institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências (BRASIL, 1975) foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

Mas o programa em si não transferiu a produção existente do açúcar para agroindústria do álcool, o que houve foi “a disseminação de incentivos para a ampliação do plantio de cana-de-açúcar, a utilização do parque industrial instalado, e a ampliação da capacidade produtiva mediante a instalação de novas unidades industriais”. (SILVA, 2011, p.48). Assim, o programa apenas expandiu os âmbitos para a agroindústria sucroalcooleira, aumentando as áreas de cultivo de cana-de-açúcar e destinando os novos investimentos para a produção do álcool, não impactando na produção de açúcar já existente.

O Açúcar Total Recuperável (ATR) é o índice indicador da qualidade da cana-de-açúcar, quanto maior o número, mais quilos de açúcares se consegue extrair por tonelada colhida. Com o PROÁLCOOL é visível a expansão do cultivo destinada à produção de álcool, conforme mostra o gráfico de distribuição do ATR entre açúcar e álcool (Figura 17), para a primeira etapa do PROÁLCOOL, que foi de 1970 a 1990.

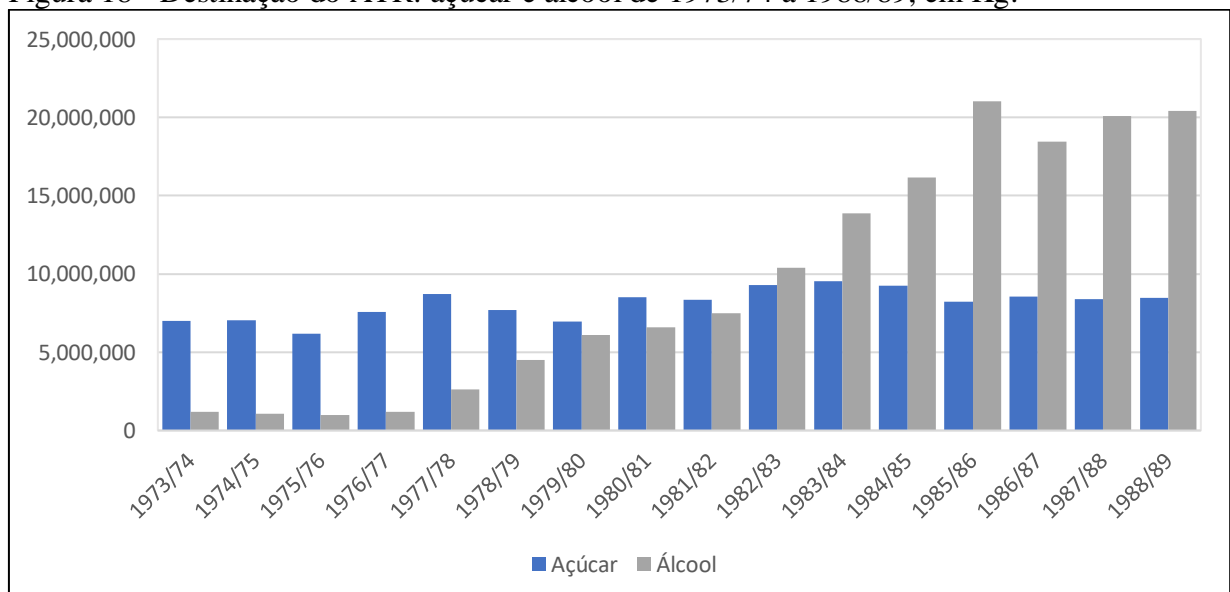
Figura 17 - Distribuição do ATR: açúcar e álcool 1973/74 a 1988/89 em %.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009).
Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Apesar de aparentar um declínio da produção do açúcar, em valores absolutos, sua produção continuou em alta, porém a produção de álcool cresceu em níveis proporcionalmente muito maiores, na safra de 1973/74 foram destinadas 7.014 toneladas de ATR para a produção de açúcar e 1.181 toneladas para o álcool. Enquanto isso, já na safra de 1988/89 foram 8.469 toneladas para o açúcar e 20.397 para o álcool (BRASIL, 2009) conforme mostra o gráfico de destinação do ATR entre açúcar e álcool em quilogramas (Figura 18).

Figura 18 - Destinação do ATR: açúcar e álcool de 1973/74 a 1988/89, em Kg.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009).
Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

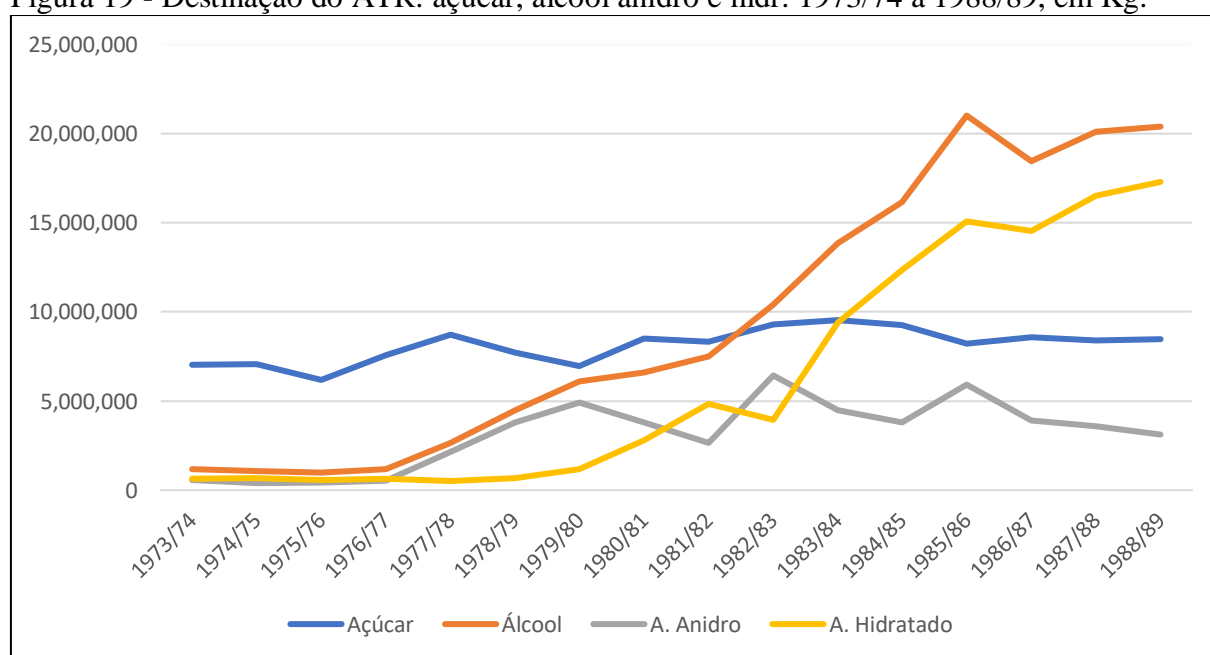
A primeira etapa do programa foi destinada a extração do álcool anidro a ser misturado junto a gasolina, inicialmente em um teor de 22% da mistura total, uma via de combater a alta do preço do petróleo após a crise petrolífera de 1973. A mistura foi incentivada até os anos 1979, onde houve a segunda crise petrolífera, acentuando ainda mais no preço internacional dos combustíveis fósseis.

Com essa nova alta nos preços foram feitas alterações na política do PROÁLCOOL, a princípio o álcool anidro produzido era destinado a mistura a gasolina, a partir de 1979, os incentivos à produção foram destinados ao álcool hidratado (Etanol), um combustível capaz de sozinho mover as frotas automobilísticas de veículos de passeio sem precisar ser misturado da gasolina.

Assim, as montadoras de veículos popularizaram a produção de motor da combustão utilizando o etanol como fonte de energia, invertendo a curva de produção do álcool, como observado no de destinação do ATR separado entre açúcar, álcool anidro e álcool hidratado (Figura 19). Uma jogada que caiu bem no mercado brasileiro, ofertando novas possibilidades na utilização da cana-de-açúcar e driblando a alta dos preços no mercado internacional.

Essa alteração na curva de produção deixa claro que o propósito do programa não foi substituir a escala de produção do açúcar, mas sim expandir as áreas de cultivo e utilizar desta produção para propagar a produção do álcool.

Figura 19 - Destinação do ATR: açúcar, álcool anidro e hidr. 1973/74 a 1988/89, em Kg.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009).

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

Além da introdução do álcool hidratado como fonte de combustível, a segunda fase do PROÁLCOOL, de acordo com Silva (2011, p.50):

se diferenciou da primeira por trazer preocupações até então inéditas, que associavam a necessidade de geração de energia à preservação de condições ambientais e sociais. Foram utilizados como argumentos para defender o aumento da produção de álcool, a melhoria das condições atmosféricas em grandes centros pela redução da emissão de poluentes por veículos e a previsão de realização de zoneamento agrícola para identificar áreas mais apropriadas à produção de cana-de-açúcar sem prejudicar as condições ambientais e a produção de alimentos.

A produtividade do álcool se manteve estagnada do começo dos anos 1990 ao início dos anos 2000, por devido a alterações no preço do açúcar no mercado internacional e mudanças políticas no governo brasileiro. Na primeira década dos anos 2000, iniciando em 2003, houve um crescimento acelerado na produção de açúcar e álcool, que passa a ser um dos cultivos que mais cresceu no Brasil.

Essa retomada se deu com a introdução dos carros com motor *flex* no país, um motor capaz de utilizar tanto gasolina como etanol, alternadamente ou misturado, conforme escolha do proprietário, levando o Brasil a ser o maior produtor de cana-de-açúcar no mundo. Em 2007 já era responsável pela produção de mais de 30% das 1,558 bilhões de toneladas produzidas no mundo (BRASIL, 2007) e, na safra 2008/09 movimentou 3,65% do PIB agrícola nacional, exportando aproximadamente 3 milhões de litros de álcool e 19 milhões de toneladas de (BRASIL, 2009).

O modelo de agricultura empresarial instalada no Centro-Oeste trouxe grande aumento nos níveis de produtividade e economia, porém, impôs aumento na concentração de terras e na centralização da renda, uma questão chave para a desigualdade no meio rural, iniciado com a soja e milho nos anos 1970 e a cana-de-açúcar nos anos 2000. Importante destacar que a pastagem para produção de carne em todo o Centro-Oeste e o eucalipto em partes dessa região, como o leste de Mato Grosso do Sul, formam, junto com a soja, milho e cana, os principais produtos do agronegócio brasileiro. “O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade [...]. Esse processo significou concentração de poder e – consequentemente – de riqueza e de território”. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.70).

A agricultura camponesa não conseguiu concorrer com o forte setor do agronegócio. Baseada no cultivo familiar, tornou-se enfraquecida frente aos grandes produtores comerciais, tornando-os subordinados ao capitalismo no campo, observando que,

na produção camponesa, uma parte da produção é destinada para o consumo e a outra parte da produção, o excedente, se torna mercadoria. A subordinação da agricultura camponesa pelo capital submete os camponeses na dependência do mercado, o abandono das suas práticas culturais e o enfraquecimento do campesinato em função da intensificação da ampliação da agroindústria. (JESUS e VEIRA, 2015, p. 5-6).

A agricultura camponesa foi a principal vítima desse avanço comercial, ficando em situação de vulnerabilidade, ao serem forçados a moldar-se ao mercado capitalista e impactando também no seu modo de vida. Para Jesus e Vieira (2015, p. 4):

[...] o campesinato passa por profundas mudança sem *[sic]* função da expansão do setor agroindustrial. Frente à nova conjuntura, repensar o papel do campesinato no campo brasileiro é também pensar no enfrentamento com o agronegócio, as disputas, os conflitos por terra e assim compreender como a organização territorial permitiu um desenvolvimento contraditório e desigual por criar tantas injustiças sociais em detrimento das camadas menos favorecidas.

Diante de tais imposições, a luta do campesinato goiano demonstra força e resistência na busca pela quebra do preconceito imposto pelo agronegócio. Para Jesus e Vieira (2015, p.7) “ainda se manifesta muito preconceito contra os acampados e assentados da reforma agrária. O Estado sempre advoga em defesa dos fazendeiros, não se importando com a situação das famílias vítimas de despejos das áreas ocupadas.”.

A questão de o Estado defender os fazendeiros é observada com a criação do Projeto Cédula da Terra (PCT), tendo seu projeto piloto em 1996 e ganhando alcance nacional em 1998, com a criação do Banco da Terra. O projeto consistia em um modelo de reforma agrária malsucedido, pois não se tratava devidamente da reforma agrária, mas sim um programa de crédito fundiário para compra e venda de terras a preço de mercado, sendo que a reforma agrária visa a distribuição organizada das terras por meio da desapropriação. Para Pereira (2012, p.118):

Os objetivos do PCT eram reduzir a pobreza rural, elevar a renda agrícola e testar um modelo alternativo à reforma agrária “desapropriacionista”. Seu público-alvo eram trabalhadores rurais sem-terra (assalariados, parceiros e arrendatários) e agricultores (proprietários ou não) com terra insuficiente para prover o autoconsumo familiar. O acesso ao projeto só podia ser feito por associações comunitárias legalmente constituídas, preexistentes ou criadas para esse fim.

Essa estratégia “criada pelo governo federal tinha como objetivo despolitizar as ações dos movimentos sociais do campo em prol da reforma agrária [...] para impedir a desapropriação de propriedade que viesse ser ocupada, e assim barrar qualquer tentativa ocupação de latifúndio *[sic]*” (JESUS e VIEIRA, 2015, p.8). Com isso, abriu-se margem para que a terra não fosse

ocupada, mas sim comercializada, deixando a reforma agrária até hoje apenas no imaginário das famílias que necessitam da terra para o cultivo e sobrevivência.

Assim, todo esse macro contexto reflete na dinâmica socioespacial das comunidades, pois foi mediante esses acontecimentos, que a produtividade agrícola tomou novos rumos na economia, moldando o meio rural dos municípios, assim como em Quirinópolis.

Houve, portanto, a ressignificação das comunidades pelo agronegócio, moldando sua rotina de trabalho e de vida para a produção comercial, rompendo, em partes, com sua cultura tradicional. Houve pontos positivos como a modernidade para o meio rural, porém, em contrapartida, também desestruturou partes significativas da cultura camponesa.

CAPÍTULO 3: A VIVÊNCIA E RESISTÊNCIAS NO LUGAR, A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS CAMPONESAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

A identidade camponesa é um bem presente nas comunidades estudadas, apesar de serem parcialmente ressignificadas como estratégia de permanência frente à modernização no campo e o avanço do agronegócio no meio rural. Entretanto, a base camponesa permanece presente na vida das famílias.

Para Toledo (2001, p.2) uma comunidade tradicional assume determinadas características, dentre elas:

são povos dos ecossistemas, tais como agricultores, [...] que adotam uma estratégia multi-uso na apropriação da natureza, [...] praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia, [...] não dispõem instituições políticas centralizadas, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso, [...] apresentam uma visão de mundo específica consistindo de uma atitude de proteção e não-materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural.

Sendo povos que possuem características sociais únicas, desde fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, com o bom convívio entre a produtividade e a natureza, o pequeno comércio local, lideranças políticas locais que buscam nos centros urbanos próximos benfeitorias para a comunidade, bem como a união social entre os moradores para o bem-estar social.

A visão de comunidade é muito além da simples demarcação política do local, composta por fatores socioculturais únicos que caracterizam o povo que ali habita, trazendo uma identidade própria a cada comunidade, Souza e Brandão (2012) elevam o conceito de comunidade para algo que vai além de uma demarcação de limites geográficos de uma área, onde

a constituição da vida em comunidade depende das inter-relações sociais ligadas a um território comum. Território este, não essencialmente os limites geográficos de habitação, mas ainda os universos que se expandem para além do espaço delimitado. Compreende os ambientes simbólicos, místicos, políticos e econômicos. O território neste caso é dinâmico, os limites e as fronteiras perdem as suas características principais, dando lugar para a referência significativa na vida das pessoas (SOUZA; BRANDÃO, 2012, p.3).

Visto que essa demarcação política pode ser observada uma forma superficial de delimitar a área de uma comunidade, pois o que realmente delimita uma comunidade são os

limites sociais, locais que possuem relação com a vida cotidiana dos moradores, onde os moradores possuem ligação, convívio e vivência. Assim, a divergências quanto a demarcação política e social, onde ao observar a comunidade pelo lado social, as relações comunitárias vão muito além dos limites previamente descritos.

Sendo observado que a vida em comunidade algo que vai além do simples convívio social, sendo presente características interpessoais que proporcionam a união entre os moradores e real sentido da vida em uma comunidade, com elementos próprios, como o

sentimento de afetividade presente na vida comunitária. São laços de reciprocidade, onde o viver juntos em um mesmo lugar, a união e a "área de vida em comum" faz de um dado lugar uma comunidade, em que é garantida a sobrevivência e a reprodução da vida. Comunidade é, portanto, a partilha tanto de um modo de vida, quanto de uma terra em comum. (SOUZA, BRANDÃO, 2012, p.3)

Junto às comunidades tradicionais, o conceito de lugar está diretamente ligado a vida dos membros comunitários, pois o lugar é não apenas o ambiente físico em que vivem, mas a relação de vivência entre o ser humano e o meio físico, gerada no decorrer de suas vidas, Santos (1999, p.14) reforça que “o lugar, em sua atuação adquire características próprias: afetivas, simbólicas, de pertencimento, espaço vivido e que, não está isolado mas numa rede geográfica, constituindo um ponto de ligação, conexão da construção socioespacial”.

Staniski, Kundlatsch e Pirehowski (2014, p.6) afirmam que:

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se na realidade de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento.

Com as transformações econômicas ocorridas no meio rural brasileiro, as comunidades seguem nos seus processos de resistência as práticas culturais em meio as mudanças que ocorrem dentro e fora das comunidades, como símbolo de resistência a fim de manter a cultura tradicional rural. Esses processos de resistência cultural gerados “pelas entidades da cultura popular são construídos por meio da articulação com seu entorno, são preservados pela memória coletiva e constituem fontes específicas de identificação.” (Santos, 2008, p.5). Dessa forma,

Resistir pressupõe a capacidade que detém as culturas para defender os traços distintivos que as marcam, isso implica a capacidade de articular estratégias variadas para manter-se uma história interna específica, com ritmo próprio,

como um modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo. (SANTOS, 2008, p.6).

Assim como a resistência em manter as práticas tradicionais, as comunidades passam pelo processo de ressignificação cultural, uma transição em que a comunidade tem parte de sua cultura transformada ou mesclada por meio de agentes ou acontecimentos externos que adentram a rotina de vida dos moradores. Essa ressignificação transforma as práticas culturais tradicionais devido as mudanças sociais causadas por fatores externos a comunidade, que levam a comunidade a seguir novos traços, como forma de se inserirem no contexto urbano. Assim,

ocorre a ressignificação dos saberes tradicionais dos produtores, pois estes são pressionados a se reinventar para existir, uma vez que estão inseridos num contexto dominados e subordinados pelo agronegócio. Além disso, precisam se adequar as novas exigências no processo produtivo, estabelecidas pelas empresas [...]. (SANTOS, 2012, p.121).

Dessa forma, as práticas tradicionais vão entrando em desuso. Culturas que eram passadas por meio das gerações vão sendo esquecidas ao tempo, e novas práticas vão sendo inseridas para se adequar a nova rotina de vida, onde as futuras gerações vão perdendo o contato com as práticas exercidas pelas gerações anteriores, enfraquecendo a cultura tradicional e ressignificando as práticas tradicionais. Partindo da conceitualização de ressignificação, Souza (2013, p.213) descreve que esse conceito,

[...] parte da ideia de atribuição de novos significados aos processos sociais, por intermédio de mudanças de compreensão da sociedade. Quando o significado de uma determinada prática se modifica, há uma tendência de que as respostas e comportamentos das pessoas também se modifiquem. Essa mudança ocorre mediante do aparecimento de novas funções, que, em grande parte, contribuem para que os camponeses [...] estabeleçam adaptações às formas de outros tempos, para, assim, proceder no sentido da criação de novos projetos, ressignificando, também, as funções da propriedade familiar, das técnicas, das sociabilidades. A ressignificação passa, conseqüentemente, pelas estruturas culturais das famílias e do território.

Com suas resistências e ressignificações, as comunidades estão ligadas ao seu lugar de vivência, com suas características, cultura, e identidade moldadas com o passar das gerações, e com a realização das visitas em campo nas Comunidades do Salgado e Pedra Lisa, durante as conversas com os entrevistados, foram observados pontos que caracterizam a base social dos moradores. Apesar de ambas serem comunidades tradicionais, de caracterização camponesa, possuem diferenças em suas estruturas sociais e econômicas que serão apresentadas.

3.1 Resistência e ressignificação sociocultural da comunidade do Salgado

A identidade camponesa no Salgado foi constituída inicialmente através da relação familiar entre os membros da Família Cabral, no final do século XIX, seguindo as características das pequenas propriedades, com a forte relação familiar e a economia advinda, inicialmente da agricultura para consumo familiar, posteriormente, da pequena criação de gado e a produção de leite.

As propriedades atuais, em geral, são menores que 5 alqueires, algumas chegando a 1,5 e outras até menores. Quando o assunto é a origem da propriedade, a grande maioria é proveniente de herança das gerações passadas, pais e avôs, onde a propriedade é passada de pai para filho, mantendo a tradição e a conexão homem-lugar. “Por se originar desses troncos familiares, a grande maioria dos moradores da Comunidade possui grau de parentesco entre si. A posse da terra foi obtida, em sua maior parte, por herança familiar.” (SANTOS, 2013, p.28). Dessa forma, conforme a propriedade vai sendo dividida entre os filhos, com o passar das gerações, é comum observar a proximidade entre as casas, conforme mostra a Figura 20 A e B.

Figura 20A – Pequenas propriedades rurais no Salgado.



Fonte: SANTOS, R. M. dos. 2022.

Figura 20B – Pequenas propriedades rurais no Salgado.



Fonte: SANTOS, R. M. dos. 2022.

Observou-se, por parte dos moradores mais antigos, uma certa preocupação quanto ao destino da propriedade em um eventual falecimento do proprietário, visto que as gerações atuais possuem pouca ligação com a vida rural. Mantém um vínculo com a comunidade, com visitas esporádicas, mas, atraídos pela vida urbana para estudos do Ensino Médio e a disponibilidade de um curso de ensino superior, bem como a possibilidade de uma fonte de renda na cidade, os herdeiros estão desinteressados em dar continuidade nas atividades da propriedade dos pais, passada de geração a geração.

Quanto ao pensamento de vender ou arrendar a propriedade a resposta é sempre a mesma, algo que jamais poderá acontecer, pois a ligação com o lugar é tão forte, que os moradores não se vêem em outro lugar a não ser o Salgado. Entretanto, os proprietários de idade mais avançada estão receosos quanto ao futuro da propriedade, percebendo que esta poderá sair do controle da família em uma possível venda futura.

Há casos em que o proprietário faz questão de vender para um membro da mesma família, como um primo ou um tio, visando manter a posse da propriedade sob domínio da família. A maioria das propriedades ainda se mantém sob domínio das famílias pioneiras: “já tem gente que não é mais da família né? Comprou. Que tem muita gente que foi embora né? Aí

veio outros e comprou né? [...] foi muita gente embora né? Mais ainda tem, assim, a maioria é, [...], a maioria ainda é” (Informação verbal, 2022).

Essa ligação familiar se manteve forte por muito tempo, porém, com a influência da modernidade no lugar, o contato interpessoal tornou-se algo incomum, as visitas aos vizinhos deixaram de ser rotineiras, os almoços em família, festas e reuniões religiosas já não fazem parte do perfil atual da comunidade como outrora.

As festividades na comunidade sempre são lembradas pelos moradores mais antigos, pois assim como ocorriam os mutirões, as festas eram sempre marcadas após a jornada de trabalhos, reunindo a família e amigos: “festas antigamente tinha muita, e era boa né? E era festa, num era esse trem de hoje, que começa nove hora quando é meia noite termina não, sol nascia eu tava lá dançando, tudo amigo, era bão. [...] era mutirão né? Fazia mutirão no sábado, trabaia durante o dia, a noite dançava” (Informação verbal, 2022). No entanto, com a perda dos costumes de praticar os mutirões, as festas foram se tornando cada vez mais raras: “tudo parado, parado mesmo, de tudo, num tem de jeito nenhum” (Informação verbal, 2022).

Citam a introdução da tecnologia entre os mais jovens como uma das causas do desinteresse pelas práticas socioculturais, uma vez que ficam navegando nos celulares e não compartilham dos momentos de socialização: “ishi! Se cê for na festa ele fica a noite inteira olhando o telefone, num tem uma namorada, num tem nada, [...] e nós era todo mundo amigo cada um tinha sua namorada né? Hoje cê num vê mais um pegado na mão da moça de jeito nenhum” (Informação verbal, 2022).

Esse desgaste na socialização dos moradores é advindo da modernização que, segundo os próprios, falta tempo, pois com as mudanças no cenário rural advindas da expansão do agronegócio e as mudanças na economia local, eles precisam dedicar mais tempo às atividades rurais para conseguirem a renda necessária para as contas do mês. Até mesmo as visitas cotidianas que havia estão escassas, “ah, ninguém passeia na casa de ninguém mais não, [...] é o tempo né? Hoje o povo tem que trabaia mais duro, sei lá né? Ninguém tem mais tempo, tira leite cedo, logo de tarde tem que tirar leite de novo, duas veiz por dia” (Informação verbal, 2022). Para outro produtor isso não é motivo para a pouca convivência:

Num é isso não, [...] por que o cara tira leite, a maioria é duas hora de manhã e duas a tarde e o resto do dia? Sábado, domingo, que que vai fazê? No meio de semana não, todo mundo trabaia se tiver que trabaia, mas final de semana a maioria não trabaia, [...] é o comodismo mesmo (Informação verbal, 2022).

O discurso da falta de tempo para justificar a pouca socialização não é comum a todos, há também os que se justificam afirmando que a introdução de elementos tecnológicos, como

a televisão, anos atrás, e a recente chegada dos celulares com acesso à internet, também são motivos para se manterem mais tempo em casa.

Outros afirmaram que a tecnologia não gera influência na pouca socialização, e desabafam a pouca receptividade dos vizinhos nos momentos em que faz visitas, “é, só que não dá aquela vontade de sair mais né? Por exemplo, eu saio daqui vou na casa dum vizinho, chega lá, cê sabe que num tem tempo né? Parece que o povo não tá muito por conta de ficar dando trela pra pessoas” (Informação verbal, 2022).

A pandemia do Corona Vírus, apesar de ter dificultado a contato pessoal, não foi o ponto de partida para a pouca socialização, de acordo com entrevistados esse distanciamento familiar já estava ocorrendo: “já existia já, [...] a pandemia atrapalhou pra você ir nas festa, nas coisa social, [...] piorou bastante, mais, já, antes da pandemia já era assim também” (Informação verbal, 2022).

Com esse distanciamento, o ponto de encontro atual é o pequeno campo de futebol que existe na comunidade, que se tornou um atrativo para os jovens, “sobrando só o futebol, ai cê vai lá nos futebol, pro cê vê, tá assim de jovem né? [...] lá até as muié tá dando time de futebol [...]” (Informação verbal, 2022).

Além do reduzido contato pessoal nas atividades familiares, as confraternizações religiosas também não se fazem tão presente mais na comunidade. Segundo eles, as tradições religiosas a anos não são frequentes.

as vezes tem algumas comemorações, mas até isso tá muito pouco sabe? [...] nossa! De primeiro era bom, nossa! [...] a gente tinha a caminhada sabe? Tinha todo ano, quando era na semana santa a gente fazia aquela caminhada com a cruz, cabo, o povo até nas missa tá com preguiça de ir, complicado” (Informação verbal, 2022)

No passado a comunidade era muito forte na fé e religião, tinha “novena, os terço né? O povo reunia pra rezá, hoje ainda tá teno os terço também, mas acho que não tá tendo quase ninguém participando, é muita pouca gente” (Informação verbal, 2022). Contam histórias da época dos avós: “saia daqui, ia no cemitérim ali, carregano uma pedra, cada um com uma pedra [...], na época da campanha também, da quaresma, [...] era quinze cruces, as pessoa, juntava gente pra carregá as quinze estação, cada uma com uma cruz” (Informação verbal, 2022). Era a penitência para clamar a Deus por chuva: “é aonde que tinha um cruzeiro que a gente também ia, [...] é no meio desses pasto ai pra cima, nós ia, era direto, [...] ai era com uma pedra e um litro d’água, e tinha veiz que nós voltava de baixo da chuva” (Informação verbal, 2022).

São histórias assim que nos trazem a percepção que com o passar do tempo a fé foi se esfriando: “ah era né? Naquela época a pessoa [...] todo mundo tinha uma fé né? Em Deus, mais unido, agora hoje o trem é totalmente diferente” (Informação verbal, 2022). Não souberam explicar exatamente o motivo, disseram apenas que é algo que aos poucos foi saindo de suas rotinas, mas ainda fazem mantêm algumas: “novena de natal, e a campanha da fraternidade, e sempre reza o terço uma vez na semana, mas tá bem desanimado” (Informação verbal, 2022). Ainda disseram que anualmente eles recebem uma bênção: “benção dos diácono, todo ano eles vem, faz aquela benção”. (Informação verbal, 2022).

Conquanto os entrevistados tenham apresentados essas ponderações quanto as práticas religiosas, percebe-se que, apesar da pouca convivência religiosa, e a reduzida presença dos fiéis, a igreja ainda é um ponto de encontro. A pandemia não é a responsável pelo distanciamento religioso, segundo eles, isso já ocorria antes mesmo da existência do vírus. Mas apesar desse distanciamento, ainda consideram a igreja uma forma de reunir as pessoas como forma de fé: “a gente tem a celebração todo sábado, [...] ai a missa a gente tem uma veiz no meis, [...] reza do terço, muitos reza o terço, talvez reza na igreja, talvez reza nas casas” (Informação verbal, 2022).

E mesmo com a perda parcial da interação entre os moradores, ainda é comum os casamentos entre parentes. Na comunidade a grande maioria são primos entre si, mantendo a tradição dos antepassados, dentre os moradores, quase todos são primos de primeiro, segundo ou terceiro grau.

As práticas religiosas populares também foi se perdendo com o passar dos anos. Raizeiras e benzedeadas já não se fazem mais presentes na comunidade como antigamente, hoje há apenas uma senhora que ainda faz as benzições: “tem né? A mãe da Vânia mesmo benze né? De quebrante, [...] cobreiro” (Informação verbal, 2022), apesar da pouca prática atualmente, está ainda mantem viva a cultura da benzição. Essa mesma senhora além de manter a prática das benzições ainda pratica o uso dos remédios caseiros para a cura de enfermidades: “nóis faiz chá, [...] de primeiro rancava era a raiz, fazia muito ai, mais agora só faço mais é dos ramo mesmo, [...] e fazia garrafada também” (Informação verbal, 2022)

Assim como a pouca socialização, atualmente há na comunidade, os moradores relatam que atualmente há pouca representatividade local. Afirmam que nunca houve alguém com tanta representatividade como o Chico Floresta: “uai agora assim, num é muito não, [...] nossa senhora! O chico foi um herói aqui, graças a Deus” (Informação verbal, 2022). Mais recente, o diácono Ivandro tem assumido esse papel, porém nos últimos anos este esteve um pouco afastado da comunidade, tendo seus projetos voltados para a área urbana na cidade: “em termo

pulítico aqui nunca teve um igual o Chico [...] e na religião o Ivandro, na igreja” (Informação verbal, 2022). Muitos citaram Rafaelim (Rafael Vieira Cabral), como alguém importante na área política para a comunidade, porém com seu falecimento a comunidade se viu desfalcada.

Desse modo, atualmente, a comunidade sente a falta de uma liderança local. Até mesmo a igreja, que era vista como um ponto de encontro e local de referência, de certa forma também não tem sido mais um espaço para as ações de união local: “tem não, falar a verdade, [...] hoje nem na igreja comunidade, cê vai lá é um trem, cê vê que é, parece que a pessoa vai, num tem muita vontade de tá participando né? O animador já é despreparado, já num incentiva muito, aquilo ali parece que só vai piorando” (Informação verbal, 2022).

Quanto a produção agrícola na comunidade essa é voltada para o consumo interno das famílias, chamado pelos moradores de uma produção para o “gasto”, gíria local para a produção que é apenas para o consumo próprio da família e dos animais: “arroz eu produzia, produzia pro gasto, [...] até hoje eu produzo grão mas só pra silagem, pro gado, milho” (Informação verbal, 2022).

Em outros tempos muitos produziam para o consumo e vendiam o excedente: “a gente tirava do gasto e vendia o resto né? Milho, eu vendia muito milho, feijão, eu vendia muito feijão” (Informação verbal, 2022). Ressaltaram também a fartura que tinham na produtividade local: “tudo, tinha de tudo, cada um tinha sua rocinha né? Café, algodão também” (Informação verbal, 2022). Com uma produção completa de grãos que contemplam as memórias dos moradores,

Ishi! Na época do papai era um farturão, prantava roça né? Ishi, nossa! Tudo, tinha as tuia de pô os arroiz, era muito diferente, nossa senhora! A gente limpava os arroiz nos monjolo, eu banei muito arroiz nos monjolo, só pro gasto, sobrava, ishi! Não, assim, o milho, quando colhia né, ainda tinha milho, punha aquele lá, de fora lá e guardava o novo e ia usando aquele lá, [...] o papai, assim, teve uma vez que ele teve vendendo uns arroiz, mais era só pro gasto mesmo (Informação verbal, 2022).

Com a produção completa que tinham no passado, as visitas a cidade eram poucas: “tudo que a gente consumia a gente produzia, [...] cê num buscava nada na cidade, cê nem ia em cidade” (Informação verbal, 2022). E quando precisavam se deslocar para a cidade era apenas para comprar produtos que não produzia na propriedade, por ser difícil ou inviável: “era uma vez por ano, [...] meu pai, ele ia de ano em ano em Rio Verde, que que ele buscava lá? O açúcar, o sal, querosene [...] a roupa” (Informação verbal, 2022).

Assim como as memórias da produtividade nos tempos dos avós, os entrevistados relembram que, no passado, apesar da vida ser mais difícil para conquistar os bens materiais,

era uma conquista prazerosa, pois a proximidade com a terra e a relação de plantio e colheita, tinham o prazer em ver seus cultivos desenvolverem.

as coisa nessa época era tão difícil, mais era muito mais gostoso [...] porque a gente levantava cedo, cê trava trabaiaava, era difícil, era braçal mesmo, plantava o arroz, tudo que cê consumia era produzido no chãozinho né? As vez fazia uma rocinha na cultura berano o córgo, lá cê tirava seu mantimentinho procê comê, passá o ano, era todo desse jeito (Informação verbal, 2022).

Ressaltam ainda que, mesmo com o conforto e facilidade da vida que possuem hoje, não se compara a qualidade da vida rural tradicional, pois com a economia aproximada a urbanização, a vida se tornou rotineira, com horário marcado para tirar o leite para poder suprir a necessidade da produção.

na forma de viver, eu falo assim, hoje a gente véve com mais conforto e tudo mais fácil, só que eu acho que a vida hoje é mais sem sentido, pelo tipo de serviço que a gente mexe hoje, que é um serviço rotineiro, cê não tem uma folga [...] mas a facilidade de vida eu acho que hoje é outra, não se compara com a de me pai e a minha no começo não. (Informação verbal, 2022).

Dentre as transformações sofridas pela comunidade do Salgado, a interrupção do projeto Tanque Cheio da cooperativa Agrovale foi uma dessas mudanças sentidas por eles. De acordo com os moradores, o projeto teve grande valor para a comunidade, pois por meio dele receberam muitas orientações e intermediações no trabalho leiteiro: “até hoje eu devo muito aquele programa do Tanque Cheio, aquele programa me ajudou demais neu disinvolver alguma coisa se eu disinvolvi até hoje, eu devo aquele programa viu?” (Informação verbal, 2022). Atualmente o projeto se encontra descontinuado e as famílias fazendo o comércio do leite diretamente com os laticínios, algumas com a Vidalac e outras com a Italac.

Porém a queixa constante dos moradores é voltada ao valor pago pelo litro do leite, no qual alguns não tem uma previsão de quanto irão receber pelo litro, sendo o valor repassado apenas no dia do pagamento, que é mensal, dificultando para as famílias programarem os gastos e o possível lucro com a venda do leite.

eles deu uma melhorada boa, nos dias aí, eles tava pagano até melhor que os outros, mas agora eles deu uma queda no leite duma vez pra [...] assim, dum dia pro otro, que ninguém entende o que foi o resultado daquilo, porque, eles num exprica, eles num passa valores pra gente, quanto é que vai pagá, ai cê só sabe na hora de recebê (Informação verbal, 2022).

Reclamaram também da alta nos preços dos insumos que, com o lucro que conseguem obter do leite, se torna quase insustentável. “Teve meis da gente vendê o leite a três e poco, [...]

aí esse meis foi dois e trinta né? Aí é difícil porque os insumo num, num baixa, ai fica complicado” (Informação verbal, 2022).

Como as variações no preço pago pelo litro do leite e o valor informado apenas no dia do pagamento, sem uma previsão futura, os produtores têm que se programar para não gerar dívidas com os investimentos nas propriedades, como a compra de maquinário e investimentos locais: “leite é [...] instável demais né? Um momento ele tá bão, fica bão uns dois, treis meis, e o resto do ano é ruim né? Ai que cê tem que ter jogo de cintura procê viver no leite, se não cê só toma só prejuízo, num pode fazê investimento alto né? [...]” (Informação verbal, 2022).

Apesar da baixa lucratividade do leite, este ainda é a principal fonte de renda das famílias do Salgado que, aliado a aposentadoria dos mais velhos, torna-se possível desenvolver a vida local. Há alguns moradores que também tem um pequeno comércio de gado, mas em pequena quantidade, apenas para manter a criação.

Os trabalhos coletivos como mutirões já não são mais vistos na comunidade e, ao relembrar os entrevistados sobre essa prática, o sorriso surge no rosto como memória boa de um tempo que não volta mais: “tinha o mutirão, tinha os dia, a gente falava dia trocado né? Arrumava, ai vinha deiz, trabalhava procê, depois cê trabalhava pra eles” (Informação verbal, 2022). Relembrou quando ainda eram pequenos, e alguns gostavam apenas da reunião para o trabalho e se esquivavam das festas, “o pai do João mesmo quando fazia um mutirão, quando era de noite tinha um pagode, agora o papai não, papai num (Informação verbal, 2022), fazendo movimento de negação com a cabeça, a entrevistada deu a entender que seu pai não fazia parte da turma que gostava de uma boa festa.

A escola, assim como a igreja, é considerada de muita importância para a comunidade. Além de facilitar o estudo dos filhos, também proporciona a socialização dos estudantes e familiares: “nossa, demais da conta, [...] eu trabalhei lá até aposentar, [...] ishi! A escola aqui é uma benção” (Informação verbal, 2022).

Porém, diferente do passado, hoje encontra-se com número reduzido de alunos. Para os entrevistados essa redução se deve a mudança da população mais jovem da comunidade para a cidade, levando seus filhos e deixando os moradores de mais idade na área rural, “é mais assim, igual a escola diminuiu muito aluno, por que era muito, [...] tem alguns daqui trabalhando na usina mais, [...] acaba saino né? Por que não tem recurso né? Aí foi pra trabalhar na usina” (Informação verbal, 2022).

Muitas famílias se mudaram para a cidade ou outras fazendas na busca por emprego, mas, mesmo com o número reduzido de alunos, eles vêm a escola como símbolo para a comunidade e de muita importância para a escolarização dos pequenos estudantes, “nossa

demais da conta. Como que, igual, esses mininim sai daqui pra ir lá pra cidade estudar, né? Como ia sê difícil, Deus me livre, num gosto nem de pensar” (Informação verbal, 2022).

Quanto as dificuldades em permanecer no lugar, geralmente estão voltadas ao preço do leite: “o difícil mais é por que as coisa tão muito difícil né? Ai cê vai mexê com leite, hoje o leite tá um preço, amanhã já cai tudo, aí então vai, assim, ficando um pouco difícil né?” (Informação verbal, 2022). Mas também há relatos da dificuldade com o transporte, principalmente aos mais velhos: “aqui tem uma coisa difícil hoje, é num tê um ônibus pra correr aqui, [...] sempre eu falo, as veiz cê qué ir pra Rio Verde, [...] se tivesse um ônibus cê ia, sabia o dia de voltá né? Hoje esse ponto é ruim”. (Informação verbal, 2022).

No tocante ao sentimento com a propriedade é sempre o mesmo, a satisfação de poder continuar o caminho iniciado pelo pai/avô, é uma questão que emociona os moradores ao saber que aquela porção de terra tem um significado tão forte quando é vinculado à memória e ao pensamento familiar de quem deu início a àquele processo.

Aqui foi aonde a gente sempre viveu né? Onde meus pais nasceu, na verdade não sei se até meus avós num nasceu aqui, e ai vem passando de geração pra geração e a gente pega um amor muito grande por isso ai, e não tem pensamento de saí daqui não, eu acho que enquanto a gente tivé dano conta, vamo ficando aqui mesmo (Informação verbal, 2022).

O fator memória pode ser considerado o elo forte que liga os moradores à comunidade e à região, tornando parte de sua vida, sempre remetendo as lembranças dos pais ao vínculo local: “é um lugar que era dos meus pais né? A gente foi criado aqui, foi tudo criado aqui, coisa que ele deixou pra nós né?” (Informação verbal, 2022).

Diante de tal sentimento, ao pensar na possibilidade de deixar o lugar, a resistência vem à tona e essa possibilidade se torna inimaginável, ocorrendo somente em último caso: “não, num quero mudá daqui não. Eu, pra mim, aqui é meu lugar e pronto, [...] pra mim aqui é um lugar ideal pra gente tá vivo” (Informação verbal, 2022). A satisfação de viver ali é algo que torna as dificuldades da vida rural mais simples e de fácil solução: “eu acho que todo lugar que é da gente, a gente é feliz né? Aqui eu me sinto feliz, a gente vive o tempo inteiro aqui. É difícil? É, mas cê tá aqui, cê trabaia a hora que cê qué, principalmente é, não tem ninguém pra ficá mandando, te cutucando” (Informação verbal, 2022).

Sentimento este que se repete por toda a comunidade: “ah! Eu amo isso aqui, eu gosto muito daqui [...], pra mim é um paraíso aqui, eu adoro aqui, fui nascida e criada aqui também né?” (Informação verbal, 2022). Mesmo com as dificuldades não se veem morando na cidade: “é bão, nunca perdi a bondade daqui, [...] eu num mudo pra cidade de jeito nenhum”

(Informação verbal, 2022). Outra entrevistada assim se expressa: “meu sentimento pela região é grande, eu não penso em deixar a região também não” (Informação verbal, 2022).

Há também aqueles que, apesar se não serem das famílias que originaram a comunidade, têm tanto apreço ao lugar que sonham de um dia poder ter a assinatura Cabral no nome: “a infância foi aqui né? Eu gosto daqui, eu já fui, já voltei, [...] quero assinar Cabral, porque eu gosto daquele povo lá” (Informação verbal, 2022).

Dentre as expectativas futuras, a resposta é quase sempre a mesma, o sonho das gerações mais velhas é ter seus filhos por perto e garantir que o filho tome conta da propriedade na ausência dos pais. Porém esse pensamento está se tornando cada vez mais distante: “a esperança da gente é que desse né? mais não acredito não” (Informação verbal, 2022). Essa análise dos pais se deve à chegada da modernidade no campo, no qual, a cada ano, as gerações mais novas estão cada vez mais se deslocando para a cidade em busca de emprego e estudos, sobretudo, em instituição de ensino técnico e superior.

O agronegócio e a agroindústria são os fenômenos predominantes para a ressignificação das comunidades tradicionais rurais de Quirinópolis. Na comunidade do Salgado, apesar do agronegócio não estar inserido diretamente na forma de grandes lavouras de monocultura, está indiretamente ligado às ressignificações culturais observadas na comunidade.

Por meio da ressignificação cultural, os moradores reformularam sua rotina com base na produção do leite, tornando essa prática característica a economia local moldada para o comércio externo, ressignificando a prática tradicional com o comércio atual. Dessa forma, a

ressignificação consiste na capacidade do ser humano de, a partir da reflexão acerca de um acontecimento outrora vivenciado, atribuir-lhe significados, ora distintos da significação realizada na época, ora reafirmando-os. Isso permite que em um outro momento de vida, o indivíduo utilize seus aprendizados de forma nova, adaptada à situação com a qual se depara e que, por alguma razão, requisitou aquele aprendizado adquirido no passado. Além disso, a ressignificação é um processo que permite ao indivíduo atribuir novos sentidos a uma experiência passada, trazendo consequências para a forma como se situa diante da sua história. (SILVA, 2008, p.78).

Como forma de entrar no comércio e incentivar a produção leiteira, buscando técnicas modernas de produção e preços competitivos no comércio local, muitos da comunidade aderiram ao Projeto Tanque Cheio, cujos resultados foram melhoras financeiras e de qualidade de vida para as famílias. O projeto trouxe capacitação técnica e mecânica para o manejo do gado, a capitação e o armazenamento do leite, e "entende-se que esses saberes dão novos significados aos produtores, ou seja, é a inserção de biotecnologia na produção ressignificando os saberes tradicionais." (SANTOS, 2012, p.87).

Porém, essa mudança socioproductiva promoveu a inserção das famílias na rotina econômica do capital, melhorando a produtividade e proporcionando uma maior renda, no entanto, o modelo moldou o seu cotidiano para a produção do leite, tornando a vida do produtor rural monótona e rotineira, com data e hora certas para a coleta do leite, modificando seus afazeres tradicionais.

Assim os costumes e práticas socioculturais tiveram seus primeiros impactos, momento este que as práticas rurais tradicionais são colocadas em segundo plano, dando lugar à busca pela renda e pela estabilidade financeira.

A lavoura da cana-de-açúcar, apesar de não estar inserida diretamente na comunidade do Salgado, traz impactos indiretos aos moradores, que podem ser considerados positivos para uns e negativos para outros. Conforme observado, diferentemente da produção leiteira, a agroindústria sucroalcooleira não inseriu a comunidade diretamente no mercado do capital, mas causou mudanças a médio e longo prazo, uma vez que essa foi responsável em parte pela migração dos mais jovens para a área urbana de Quirinópolis em busca de emprego nas usinas sucroalcooleiras.

Desse modo, os moradores mais antigos, como pais e avós desses jovens, tendem a diminuir suas expectativas quanto ao futuro das propriedades, pois apesar de parte dos filhos continuarem na área rural, muitos optam pela vida na cidade buscando o desenvolvimento acadêmico em cursos de ensino superior e a oportunidade profissional nas agroindústrias Boa Vista e SJC Bioenergia.

É visível a ausência de jovens na comunidade, a presença de crianças e jovens é pequena, demonstrando que a mudança dos pais para a cidade, levou consigo também as futuras gerações. Dessa maneira, os antigos costumes vão sendo esquecidos ou ressignificados, práticas que eram comuns já não tem visibilidade, e os saberes fazeres vão se perdendo no tempo.

3.2 Resistência e ressignificação sociocultural da Comunidade Pedra Lisa

Há diferenças na estrutura econômica e social entre as comunidades Pedra Lisa e Salgado. O sentimento de pertencimento ao lugar existe, apesar da menor intensidade, com laços estreitados pela proximidade ao agronegócio e a formação social da região.

A quantidade de propriedades na comunidade é reduzida, sendo possível observar pequenas propriedades de 1 (um) alqueire, até médias propriedade de 10 a 15 alqueires, sendo elas compostas por lavouras de soja ou cana-de-açúcar. Na Figura 21 observa-se a proximidade com que as lavouras estão das residências, chegando próximas a entrada das casas. À frente o

cultivo da soja e ao fundo a cana-de-açúcar. Destaca também a construção da moradia às margens do córrego, evidenciando que outrora as famílias camponesas buscavam a proximidades com cursos d'água.

Na Figura 22, é observado a proximidade do cultivo da soja, fazendo divisa com o curral de outra propriedade, demonstrando o maior aproveitamento do espaço para o plantio, porém ao custo do incômodo à vivência no lugar, com os colaterais dos agrotóxicos e a remoção da vegetação nativa local.

Figura 21 - Lavouras de soja e cana de açúcar ilhando uma pequena propriedade.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

Figura 22 - Lavoura de cana-de-açúcar próximo ao terreiro de uma propriedade, limitando com o curral.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

O cultivo da soja surge como uma via para a complementação da renda familiar, assim como o arrendamento de terras ou o fornecimento de cana-de-açúcar para a usina Boa Vista. O plantio da soja é intercalado ao ciclo da cana-de-açúcar, com a chamada “entre-safra” a fim de fazer a rotação da cultura, visando manter os nutrientes do solo, auxiliar no controle de pragas e manter o solo sempre com a produtividade ativa. Dessa forma, o médio proprietário tem a opção de plantar a cana-de-açúcar para o fornecimento para a usina e depois a soja para integrar a outros mercados: “hoje tá só lavoura né? Soja né? Mas é cana e soja. Tô reformando, ai vô vortá quase tudo pra soja aqui, pra soja não, pra cana” (Informação verbal, 2022).

Quando perguntado se é fornecedor de cana para a usina Boa Vista o proprietário informa que apesar de ter terras arrendadas, faz questão de manter o terreno próximo a residência com o fornecimento de cana-de-açúcar, podendo assim intercalar o plantio com a soja e pastagem.

Aqui na porta é, agora os outros pedaços que eu tenho tudo é arrendado, aqui na porta eu não arrendo não porque se, igual, eu plantei soja ai, se fosse

arrendado eu num plantava né? Então aqui eu faço o que eu quero, se eu quiser plantar cana eu planto, se eu quiser plantar soja se eu [...] quiser formar de capim né? ai na porta aqui eu não arrendo não (Informação verbal, 2022).

Ainda há aquele que, mesmo pequeno, arrenda toda a sua propriedade para cana-de-açúcar, para a soja, e até mesmo para a criação de gado leiteiro: “hoje [...] meu chão tá tudo arrendado aqui [...] tem uma parte em cana [...] e tem uns cinco alqueire aqui que eu arrendo pra soja e tem mais esse sitiozinho ali em baixo é meu também, ali eu arrendo prum rapaz tirá o leite ali” (Informação verbal, 2022).

Atualmente não há a presença de cooperativas em Pedra Lisa, no entanto, no passado já houve o projeto Tanque Cheio da cooperativa Agrovale. Com a descontinuidade do projeto e o foco voltado para o cultivo da soja, cana-de-açúcar e o serviço em diárias, a produção de leite desacelerou, porém, mesmo com o baixo valor recebido, essa produção ainda se mantém ativa. Alguns moradores fornecem o leite para a cooperativa Coolmeia e outros diretamente para o laticínio Rio Preto que produz queijo muçarela.

Além dos cultivos, uma fonte de renda comum na Pedra Lisa é o trabalho “diarista”, termo utilizado para o trabalhador que cede sua força de trabalho para outro proprietário ou empresa, onde o patrão faz o pagamento por dia trabalhado. Dessa forma, é comum na comunidade que as mulheres tenham a responsabilidade pelos serviços domésticos e com a lida com as criações e outras atividades da propriedade, e os homens com as diárias em outras propriedades, uma forma de complementar a renda mensal para fechar as contas do mês, juntamente a aposentadoria de alguns. “Ai meu marido, nós tira o leite e vai trabaiaá por dia [...] se não num dá, num dá, as despesa num dá, se ele não trabaiaá por dia a despesa não dá. Ganha pouco, o leite agora barateou demais né?” (Informação verbal, 2022).

Os mutirões, que eram muito comuns no passado para executarem os serviços rurais, atualmente estão cada vez mais raros de acontecer, mas ainda se fazem presentes. Alguns relataram que ainda acontecem.

Di vez em quando eles sortia um mutirão [...] meu primo veio cá, veio um mutirãozim pra mim, e num, arou o chão ali pra mim [...] ele arou ali pra jogar umas semente ali. [...] duas pessoas, só meu primo e o funcionário dele [...], veio dois trator e arou o chãozim. [...] tem vez que dá até deiz, se precisar de roçar um pasto” (Informação verbal, 2022).

Há ainda aqueles que mantiveram uma maior amizade com os vizinhos e amigos e afirmam que, quando preciso, chama os companheiros para ajudar nas tarefas rurais.

Mutirão de vez em quando ainda arruma algum ainda [...] mutirão cê chama os amigo pra né? Pra fazê um [...], outro dia fiz um de motosserra, veio uns companheiro ai nós juntô uma motosserra ali e cortou uma lenha pra mim ali. [...] os amigo, assim, cê chamando, se o sujeito tiver uma amizade, vem muita, arruma muito. [...] eu mêmo tenho uma amizade danada, se eu quizé fazer um aqui com vinte trinta eu arrumo, chamá assim” (Informação verbal, 2022).

Outros lembram que, apesar dos mutirões ainda acontecerem, não são iguais antigamente, os bailes e festas após o trabalho não ocorrem com tal frequência: “ainda tem algum mutirão, mais é assim, só nós reunido por aqui mesmo sabe? Aquelas que fazia e depois fazia os baile não tá tendo mais não” (Informação verbal, 2022).

As rendas da produção de leite, das diárias, da aposentadoria, para a maioria das pequenas propriedades são suficientes para as famílias darem continuidade ao trabalho de suas gerações anteriores. Sendo que parte dessas propriedades são herdadas pelas gerações mais novas, porém uma parte já é fruto de compra e venda, mostrando que, apesar da ligação com o lugar, a migração para a cidade é presente na comunidade.

É o que vem ocorrendo com as famílias camponesas de Pedra Lisa, que, com o tempo, têm intensificado e estreitado a relação com a cidade. A quase totalidade de produtos de necessidades básicas deixa de ser produzida no sítio. A atividade leiteira proporciona a essas pessoas se tornarem consumidoras da cidade, principalmente de produtos fornecidos pelos supermercados. Também a migração se intensifica entre o rural e o urbano pelo fato de que os filhos que estão morando na cidade retornem à Pedra Lisa para verem seus pais e vice-versa. (SOUZA, 2013, p.114-115).

Geralmente são proprietários com menores porções de terra que decidem por vender, dessa forma, pessoas da cidade ou de outras regiões compram terras em Pedra Lisa, buscando renda com o cultivo ou apenas uma segunda residência como forma de sair da rotina da vida urbana: “já tá entrano muitas pessoas, assim, que não é mais da família, porque esses pequenos proprietários, assim, foram muitos que venderam e foram pra cidade aí entraram outras pessoas né?” (Informação verbal, 2022). A entrevistada afirmou também que quem vende “não tá vendendo muito pra gente que tá aqui não, é pra pessoa que vem de fora mesmo” (Informação verbal, 2022).

As vendas das propriedades geralmente acontecem após a divisão das terras, após o falecimento dos pais, pois muitos dos filhos já estão estabilizados na cidade, sem perspectiva de voltar para a vida rural, assim, se desfazem da propriedade por já terem se consolidado na vida urbana.

Essa terra aqui meu pai morreu ai dexô [...] cinco fío [filhos], ai depois minha mãe arrumô outo casamento, arrumô mais quatro fio, aí partiro em parte igual, e foi pra nove, cada um de nós pegô cinco alqueire de terra [...]. Hoje dos

irmão aqui tá tendo só eu e a minha irmã ali em baixo na terra, os outro vendero né?”. (Informação verbal, 2022).

Apesar das dificuldades, diante da possibilidade de se mudarem para a cidade a resposta é quase unânime entre as famílias: “eu acho aqui muito bom, eu acho que dificuldade é se algum dia eu precisar mudar daqui né? [...] ah! Eu acho que eu não acostumo com outro lugar não, é só aqui mesmo, esse lugar aqui é bom demais” (Informação verbal, 2022). Alguns já se mudaram para a cidade, outros já pensaram em experimentar a uma vida urbana e voltaram atrás, retornando ou mantendo no seu lugar de origem, fortalecendo os laços com a propriedade: “não, num vejo essa possibilidade não, já tivemos pensando em mudar mais hoje voltamo a di antes (voltaram atrás no pensamento de se mudarem)” (Informação verbal, 2022).

Todos eles, apesar de terem o contato frequente com a cidade, não deixam a vida no campo, são laços criados desde a infância que mantem viva a paixão pela vida camponesa: “não, mudar pra cidade eu não [...] por que eu num gosto, eu vou lá já arrumo minhas coisa já fico de olho pra voltá, eu ainda vou uma vez duas por semana, ela aqui (esposa) vai lá quase só lá pra recebê a aposentadoria” (Informação verbal, 2022).

Porém esses laços fortes com o lugar são mantidos, em sua maioria, apenas pelos mais antigos. Os mais novos, assim como na Comunidade do Salgado, procuram a cidade em busca de novas oportunidades de vida, como cursos de ensino superior e trabalho. Na cidade, já formam famílias e se estabilizam na área urbana de Quirinópolis.

A modernidade adentra na Comunidade Pedra Lisa, sendo visíveis nas casas, a energia elétrica, televisão, internet e wi-fi, além dos veículos para a locomoção das famílias. Contudo, apesar dos traços da modernidade, alguns elementos tradicionais ainda estão instalados em algumas propriedades, como as rodas d’água (Figura 23 A e B), fogareiros para fritar banha de porco ou fazer rapadura (Figura 23C), bem como o monjolo, que apesar de estar instalado apenas como artigo de decoração ainda é funcional (Figura 23D).

Figura 23 - Elementos tradicionais nas propriedades.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

A educação básica já esteve inserida na Pedra Lisa, como ilustra a Figura 24, datada de 1954, retrata a primeira escola rural que presente na comunidade, com o professor da turma à direita, junto aos alunos. Tempos depois essa escola foi substituída por outra de alvenaria, onde, atualmente, é a igreja católica para as celebrações mensais das missas.

Porém, com o passar das décadas, a migração para a cidade e a redução gradativa dos alunos, por conta da migração de famílias, a escola teve suas atividades encerradas, e os alunos inseridos nas escolas da área urbana, sendo levados por transporte escolar fornecido pela Prefeitura de Quirinópolis.

Figura 24 – Primeira Escola rural em Pedra Lisa.



Fonte: Autor Desconhecido, 1954.

De acordo com um entrevistado, um dos motivos para o fechamento da escola foi o fato dos professores terem que se deslocar da cidade para a Pedra Lisa para ministrarem as aulas, assim optaram por levar os alunos até a cidade devido ao pouco contingente de educandos.

[...] a dificuldade da escola que eu acho que eles largô [...] desse trem, foi o professor, porque tinha que o professor vim do Quirinópolis pra cá. Ai, eu acho que eles discabracharam melhor levar os aluno né? Como é que ia fazer? Porque o negócio de escola em fazenda tem esse pobrema ai, que o professor tem que vim da cidade, eu acho que aqui a dificuldade aqui foi professor, ai vinha um professor e ficava dois mês, quando é fé, era otro, por que vinha de ônibus, vinha a pé lá da rodovia aqui, antigamente era difícil né? Rapaiz, eu acho que a zebra da escola foi isso ai que fechô. Ai os professor num guentava. (Informação verbal, 2022).

Por outro lado, de acordo com os entrevistados da comunidade, hoje a falta de uma escola local não é um ponto que interfira na vivência do lugar, “no momento num tá seno um problema não, já foi, porque era muitos alunos né? Hoje [...] aqui mesmo, igual eu falo, nessa região aonde eu atuo tem cinco alunos, seis alunos, então não teria nem lógica [...] porque eles faz o transporte né?” (Informação verbal, 2022). A entrevistada concorda que o transporte escolar que leva os alunos até as escolas urbanas é suficiente para a educação dos jovens, e manter uma escola rural seria inviável devido a pouca demanda de estudantes.

O transporte dos alunos de Pedra Lisa até as escolas municipais é feito pela Prefeitura, por isso avaliam a pouca influência que uma nova escola faria na comunidade: “acho que não tem muita influência também não, porque tem as Kombi que vem direto, busca e volta, então,

não tem muita influência mais não” (Informação verbal, 2022). Ao citar também a falta de demanda de alunos outra entrevistada corrobora: “é, quais não tem criança né? As criança agora que tem já vai direto pra cidade, eles (representantes do poder público) achô mais melhor” (Informação verbal, 2022).

A Igreja local, denominada Igreja de São Lázaro (Figura 25), apesar de pequena, ainda reúne os moradores, mesmo em pequena quantidade. “tá tudo assim mesmo, ai meio parado, assim mais devagar [...] um pouco é da pandemia, mais também é que o povo parece que vai afastando né? Parece que já não acredita mais nessas oração, [...] parece que o povo vai largando as religião” (Informação verbal, 2022).

Discurso semelhante ao observado na comunidade do Salgado, onde os próprios moradores relatam o “esfriamento” da fé e a pouca procura pelo templo religioso, sendo que até nos dias de celebração, a procura dos fiéis é pequena, “uai ela tá meia deixada de lado, eu acho, porque o dia da missa é pouquíssimas pessoas que vai” (Informação verbal, 2022). Há aqueles que apesar de estarem presentes na comunidade, não participam das atividades religiosas “aqui mesmo, aqui na Pedra Lisa tem todo mês, só que a gente não tá participando mais não, mas tem todo mês” (Informação verbal, 2022).

Figura 25 – Igreja de São Lázaro, local onde funcionou a última escola, chamada de Grupo.



Fonte: SANTOS, R.M. dos. 2022.

Assim como a presença na igreja, as rezas também se encontram de certa forma escassas. Há poucas práticas de rezas tradicionais no lugar, restando apenas as novenas de Natal.

“agora tá dando uma parada, agora só tem as missa uma vez no mês, [...] agora deu uma parada, a comade [uma das lideranças religiosas] pediu pra parar, [...] pediu uma parada, dá um tempo, tanto é que num demora já começa, tem a do

natal né? Do natal já é no mês que vem (dezembro), novena do natal já vai começar” (Informação verbal, 2022).

Os entrevistados também apresentaram a Festa de Reis (Chegada da Folia de Reis) como uma das tradições religiosas na comunidade: "aqui pra nós agora tá teno só a festa do Zé Major, agora eu num sei se esse ano vai tê né? A Festa de Reis. No mais, eles num tá fazendo mais [...] a missa tem lá [...] lá em cima, mais eu quais não participo porque eu acho longe né?" (Informação verbal, 2022).

Mesmo com a pouca presença na igreja, a religiosidade permanece viva na Pedra Lisa, a partir da festa da Folia de Reis, que é um marco na comunidade e em todo o município, levando pessoas da cidade para o campo para prestigiar a festividade, para os encontros anuais da Chegada, na venda do Zé Major. “desde 2002 que a festa de reis é aqui né? Então troca de, passa a coroa pra outra pessoa, mais sendo que é pra sê a festa aqui né? Então, desde 2002 é aqui todo ano” (Informação verbal, 2022). Essa festa acontece anualmente, trazendo pessoas de longe para prestigiar, chegando a um público de cinco a seis mil pessoas, quando o tempo está firme, e cerca de duas mil em dia chuvoso.

Sobre o movimento das outras festas, como os tradicionais pagodes, a descrevem há pouca interação entre as famílias, mas ressaltam a folia no Zé Major, principal festividade em Pedra Lisa, “tem pouca gente, num tem muito mais não, [...] antigamente tinha muito né? Agora do Zé Major (chegada da Folia de Reis) vem gente demais, misericórdia!!” (Informação verbal, 2022). Foi observado pelas falas que o motivo da redução da participação das festas é a migração que houve dos moradores da Pedra Lisa para a cidade de Quirinópolis, “o povo agora mudou muito pra cidade né? [...] a região nossa aqui você num pulava uma casa aqui sem tê gente né? Agora já tá teno” (Informação verbal, 2022). Essa diminuição se dá pela migração parcial dos moradores mais jovens para a cidade em busca de emprego.

Sentem muito também a ausência dos filhos nas festas de Pedra Lisa. Sempre estiveram presente, mas agora os que estão empregados na agroindústria da cana, nem sempre, podem aparecer, ou chegam mais ao final da festa. Esse sentimento de ausência é uma das consequências da migração dos filhos para a cidade em busca de outras profissões. São vínculos familiares e de vizinhanças que forma se perdendo ao longo do processo de modernização da agricultura e que se intensifica com essa nova atividade do agronegócio. (SOUZA, 2013, p.331).

A festa de outros Santos no formato da folia também ocorre em Pedra Lisa, mas em algumas delas não estão mais fazendo o giro³, muitos buscam o momento apenas para rezar e

³ Percorrer a comunidade e região por determinados dias visitando as casas para a apresentação da folia, da bandeira e da arrecadação de prendas para a festa da chegada.

confraternizar, “São Sebastião vai ter esse ano também, eu mais o (nome do morador) que é os festeiro. [...] mas nós num vai sortá fulia não, só faiz o, rezá o terço e dá a janta” (Informação verbal, 2022).

Assim como no Salgado, na Pedra Lisa o grau de parentesco entre as famílias é próximo, em maioria são primos, “é primos, irmãos [...] é sempre aqui da Pedra Lisa mesmo” (Informação verbal, 2022). Porém o casamento entre eles não é comum, assim como no Salgado, devido a “miscigenação” entre famílias locais e famílias da cidade após a venda de algumas propriedades: “mais tá, assim, já tá entrando muitas pessoas, assim, que já não é mais da família, por que esses pequenos proprietários, assim, foram muitos que venderam e foram pra cidade ai já entrou outras pessoas” (Informação verbal, 2022). Quanto as famílias presentes, citaram os “Alves, Cassiano, Campos, Almeida, Barcelos” (Informação verbal, 2022). Apesar de quase todos serem parentes, destacam algumas propriedades que foram recém compradas que são de pessoas de fora da comunidade.

Com a integração com diversas famílias, a escolha do nome dos filhos, para alguns vêm de um avô. Referindo-se ao nome do neto dado pela filha, uma entrevistada esclareceu: “minha filha foi o nome do meu pai (nome do pai do entrevistado), nome do papai, [...] esse pititiquinho da vovó, em homenagem ao papai” (Informação verbal, 2022). Outros, utilizando nomes da bíblia sugeridos por parentes, “o mais velho foi minha mãe que escolheu, [...] por causa da bíblia mesmo, e o (nome do outro filho) eu num sei como saiu o nome dele não, sabe aquele nome assim, que cê têm o filho, o menino nasce mas ele não tem o nome?” (Informação verbal, 2022).

Alguns também utilizavam nomes de personagens de novelas, “uai da menina [...] tinha o programa do Souza lá né? Ai tinha um menino que chamada Souza Gomes né? Ai eu vi o nome achei bonito, [...] ai eu puis (nome da filha) por causa da prima minha que eu gostava muito dela, [...] ai do meu menino é o meu sogro” (Informação verbal, 2022).

Tem casos que davam os nomes após a criança nascer, sendo muito comum as sugestões virem dos pais, avós ou tios.

Ai eu fui escolhendo, escolhendo os nome, até que chega o dia dela nascê, e eu não escolheu nenhum né? quando chegou no hospital, eu falei, hoje cê tem que escoliê o nome que, comê que vai falar cadê é, o nome da criança? Ai eu falei os nome, ele falou pode ser [nome da filha]. [...] ai depois quando foi o outro, eu quero que seja pariado com o da (nome da filha)” (Informação verbal, 2022).

Assim como no Salgado, na Pedra Lisa também há pessoas que a comunidade considera como uma líder local. Os entrevistados consideram como uma liderança política, por ser

originário da comunidade, e por trazer benfeitorias locais, o ex-prefeito de Quirinópolis, Gilmar Alves. “Só o Gilmar né, só o Gilmar Alves, [...] o ex-prefeito” (Informação verbal, 2022), que possui parentesco com as famílias do lugar. Mas ressaltam também que esse envolvimento foi mais intenso no passado e com o passar dos anos foi se esfriando: “não tá tendo não, [...] já teve o Gilmar que ajudava muito” (Informação verbal, 2022).

Mesmo com a pouca presença de um líder local, para os moradores não há dificuldade para permanecer no lugar, apesar da proximidade com a soja e, sobretudo, a cana-de-açúcar. As memórias e o apego pela comunidade fazem qualquer situação ser favorável a permanecer no local. “Ah! o sentimento é muito grande né? Assim, eu acho que se fosse pra mim sair daqui eu num ia ficar feliz não, [...] lutaria pra ficar aqui mesmo” (Informação verbal, 2022).

Há aqueles que relembram toda a sua trajetória de vida entrelaçada à Pedra Lisa, como se suas vidas e a comunidade fossem uma só.

“Uai, eu fui criada na fazenda, eu acho aqui tão bom, não gosto de ficá na cidade não, nasci e crisci aqui né?. Nossa, aqui pra mim, a Pedra Lisa, mora dentro do meu coração, [...] nasci e crisci aqui, casei e moro aqui também, que eu morava lá na (nome da irmã) minha irmã que era o lugar que nós foi criada e gerada lá né?” (Informação verbal, 2022).

Trazem sempre a memória dos pais com a propriedade, intensificando os laços de pertencimento com o lugar e com a vida que possui no meio vivido, “ah eu tenho muito amor, meu pai deixou, então ishi! Pra mim, eu acho aqui muito bão, eu acho bunito, e quase todo mundo que vem cá ainda fala, ai que a gente fica mais entusiasmado” (Informação verbal, 2022).

E claro, a memória é o combustível para alimentar a permanência no lugar, principalmente dos mais velhos que, apesar da idade, relembram os tempos de juventude: “parece que a gente gosta do lugar que é aonde a gente foi nascido né? A gente tem muita recordação, desde menino, né? Com as brincadeira que tinha né? Então a gente tem essas recordação” (Informação verbal, 2022). A esposa, também entrevistada, concordou e acrescentou: “tem muita lembrança daquele tempo né? que eu falei, aquele tempo que eram bom que agora hoje já não volta mais né?” (Informação verbal, 2022). Assim como acontece no Salgado, o que mais os prende ao lugar são as memórias, “eu mesmo fui nascida mesmo ali na [...] que era dos meus pais, é logo ali em baixo, aqui pertim, então nasci, criei, e tô aqui até hoje” (Informação verbal, 2022).

As expectativas futuras na propriedade são sempre comuns entre os moradores: o pensamento de deixá-la para os filhos, para que estes deem prosseguimento ao que foi

conquistado pelas gerações anteriores: “uai, deixar pra eles (filhos) né? Aqui em casa é um chãozinho pititico, mas cada um vai tê sua partezinha lá né?” (Informação verbal, 2022). Na sequência a filha da entrevistada comentou que não pretende morar na propriedade da mãe: “eu moro na cidade [...], mais morar na fazenda eu não pretendo não, lá eu trabalho né? Mais fácil, agora eu tenho ele (filho), ano que vem quero por ele na creche, morar aqui (Pedra Lisa) eu não pretendo não” (Informação verbal, 2022). Apesar da filha da entrevistada já ter a vida estabilizada na cidade, informa que o irmão mora na comunidade, trabalha em outra fazenda, tendo pretensões de se manter em Pedra Lisa.

Há também aqueles que, mesmo com o pensamento de deixar a propriedade para os filhos, não vêm muitas expectativas deles darem continuidade ao que foi construído pelos mais velhos: “aqui a tendência é disso aqui passar pra eles né? (filhos), de vez, inté eu brinco com eles, [...] nós tá aqui nessa areazinha de chão aqui até hoje, mas eu acho que em falta nossa, logo logo ceis tá passando aqui pra frente, uns já fala, naum (risos)” (Informação verbal, 2022).

Quando o assunto é o fato de os filhos assumirem a propriedade, a esposa já avisa que mesmo tentando vinculá-los a vida rural, estes são resistentes a permanecer na cidade, “não, isso ai eu acho que não, esse mesmo eu já pelejei pra ele vim mesmo de mudança, ele falô, não, mudá pra cá eu não venho não, eu posso assim, eu venho trabalho, vou lá na minha casa, mais mudá pra cá não” (Informação verbal, 2022).

Resistência essa que ocorre em outras propriedades, onde na ausência dos pais, os filhos darão outro destino à propriedade, visto a pouca interação com a porção de terra, “em relação a manter, eu acho que os fios, os dias que eu largá de mexê, capais que já pega outro rumo né? Nenhum mexe aqui comigo né?” (Informação verbal, 2022). Enquanto o sonho dele quanto aos filhos é que “se não continuasse, mais pelo menos mantesse a propriedade né?” (Informação verbal, 2022), tendo uma última esperança que, apesar de não se mudarem para a área rural, ao menos cuidassem e mantivessem a terra sob seus cuidados.

Alguns, apesar de darem liberdade aos filhos quanto ao futuro da propriedade, prezam para que eles não deixem acabar a tradição local, “o futuro que eu sempre falo né? Porque nós, eu ela, minha muié, fala, sempre é pensar em deixar pros menino, se eles quisé vendê ai, [...] eu tinha vontade que um ficasse, [...] num deixá acabá as festas que a gente sempre faiz” (Informação verbal, 2022).

Há ainda os filhos que, apesar de não estarem seguindo o caminho na vida rural, valorizam a vida que os pais tiveram na Pedra Lisa, prezando por manter a propriedade. Essa foi a fala da filha de uma entrevistada: “agora tem a faculdade, minha faculdade num tem nada

a ver com aqui, mas assim, quando for ficar pra mim e pra ele, eu quero ficar aqui, não quero desfazer daqui não” (Informação verbal, 2022).

Em outras propriedades, os filhos e netos já estão trabalhando no local, dando sequência aos trabalhos do pai, “espero que eles (filhos) continue ai, [...] tem neto trabaiano ai, [...] já tá movimentando ai, [...] o fio, o home também mora ai, mora naquela casa ali, pra frente ali” (Informação verbal, 2022).

Dessa forma, demonstrando como o avanço do agronegócio e capitalismo no campo transformou a vida dos moradores de Pedra Lisa e Salgado, com ou sem a presença direta da monocultura na terra, ambas as comunidades foram ressignificadas pelo poder do capital rural.

Em Pedra Lisa, as etapas de desenvolvimento agrícola também acarretaram mudanças no cotidiano rural, a produção leiteira também se faz presente, porém com menos intensidade, devido à proximidade com o cultivo da soja e a cana-de-açúcar.

Com a expansão do cultivo da soja, a partir dos anos 1970-1980, Pedra Lisa nesse período começou a ter contato no comércio de grãos, diferentemente do Salgado, que não houve a expansão intensa da sojicultura. Porém esse contato foi apenas para médias propriedades.

Dessa forma a monocultura a décadas já está inserida na comunidade, tendo seu início pelas médias propriedades, já sendo parte do dia a dia dos moradores, e com a introdução das usinas sucroalcooleiras, houve a troca e a intercalação entre as duas culturas nas propriedades que já faziam o cultivo da soja, e a introdução da cana-de-açúcar nas pequenas propriedades, mantendo a soberania rural do agronegócio visando o capital econômico.

Devido a esse histórico de desapropriação das tradições rurais, e a expansão do capitalismo no campo, a área da comunidade também se encontra inserida em grande parte nos moldes do agronegócio, gerando transtorno no que diz respeito as práticas tradicionais rurais, sendo também observado as preocupações quanto ao futuro da propriedade.

No Salgado a presença de crianças e jovens é pequena, mas em Pedra Lisa é quase nula. Desde o final do século passado, com a expansão da sojicultura, a geração que hoje são os pais dessas crianças, já buscaram a área urbana como meio de vida, em busca de aperfeiçoamento profissional e financeiro.

Atualmente a comunidade é escassa de novos moradores, principalmente de crianças. Já os jovens, apesar de alguns ainda terem crescido em Pedra Lisa, com a expansão da cana-de-açúcar, buscaram a cidade para trabalhar e continuar os estudos, formando suas famílias em Quirinópolis, e indo à comunidade apenas para visitar a casa dos pais, ou para participar das festas tradicionais, sem o interesse em futuramente morar no campo.

nas décadas anteriores à chegada da cana-de-açúcar [...] muitas famílias se mudaram para o espaço urbano, ou tiveram filhos saindo dos sítios para trabalhar e estudar na cidade. Com a chegada da cana no município, muitos trabalhadores assalariados ou diaristas têm deixado as atividades nos sítios e fazendas para trabalhar na agroindústria, causando dificuldades para os camponeses conduzirem sozinhos as tarefas com a produção leiteira. (SOUZA, 2013, p.94).

No contexto atual, a realidade trabalhista em Pedra Lisa é voltada para o urbano, onde os jovens são contratados pelas agroindústrias, a fim de buscar melhores oportunidades financeiras, “esses trabalhadores do agronegócio estão mais ligados à cidade do que ao campo, por isso, os filhos dos camponeses têm migrado para a cidade e acabam sendo contratados para trabalhar nas agroindústrias.” (SOUZA, 2013, p.114).

Assim, podemos analisar que, as etapas de desenvolvimento agrícola ressignificaram e transformaram a vida dos moradores das comunidades tradicionais rurais de Quirinópolis, uma vez que, devido aos impactos, diretos e indiretos, ambas as comunidades tiveram suas práticas culturais ressignificadas. Mudanças que, trouxeram mais conforto e qualidade de vida para a população local, apesar de ressignificar as tradições de ambas as comunidades.

Foram aspectos positivos e negativos que o agronegócio levou até as comunidades, tornando-as inseridas no mercado de capital, porém com o custo da extinção ou ressignificação das práticas culturais tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das comunidades tradicionais é uma área que demonstra sua relevância em meio as ciências sociais. Por meio da pesquisa é possível retratar como os povos tradicionais se comportaram desde sua gênese, e como foram ressignificados com o passar dos anos, de modo que suas raízes permaneçam vivas na história e cultura brasileira.

Diante a pesquisa e estudo das comunidades rurais do Salgado e Pedra Lisa, foi possível observar como ambas foram ressignificadas e tiveram sua cultura parcialmente moldadas pelo agronegócio, onde suas raízes estão, em suma, apenas nas memórias dos moradores mais antigos das regiões, sendo que a nova geração dessas famílias, crianças e adolescentes, poderão não ter contato diário com as práticas tradicionais que eram desenvolvidas pelos avós.

O estudo bibliográfico possibilitou o conhecimento prévio das comunidades, mas as visitas em campo, aliadas as entrevistas, possibilitou trazer informações a respeito da rotina de vida dos moradores. Informações verbais que apenas o contato direto com os moradores é capaz de gerar, com riqueza de detalhes e memórias.

Por meio das conversas, afirmou-se a prerrogativa das ressignificações culturais nas comunidades. No Salgado, apesar da produção leiteira ainda ser a principal fonte de renda dos moradores, esta foi adequada às atividades agrícolas, com horários fixos para a retirada do leite, a fim de obter maior produtividade, e com isso foi adaptando a rotina local, reestruturando as relações sociais, e aos poucos suprimindo as práticas de contato social, assim como as festividades e os eventos religiosos.

A facilidade de contato entre o homem e a cidade também estreitou os laços entre a vizinhança, principalmente entre os mais jovens, que optam pela vida urbana em busca de estudo, trabalho e lazer, rompendo em partes ou totalmente em alguns casos, com a vida rural. Dessa forma, apesar da presença de uma escola na comunidade, o número de alunos é cada vez mais reduzido, ao comparar com as décadas anteriores, sendo que a população que ainda residem lugar é predominantemente dos pais e avós, que em um futuro próximo poderá resultar na venda de boa parte das propriedades, podendo desestruturar o conceito de comunidade no Salgado.

Na Comunidade Pedra Lisa, as relações sociais são mais estreitas, onde o conceito de comunidade já não se faz tão presente como no passado. Apesar de ainda manterem traços tradicionais como a produção leiteira, e pequenas criações de animais, as famílias se encontram em meio ao agronegócio, com as lavouras de soja e cana-de-açúcar predominantes no lugar.

Assim como no Salgado, em Pedra Lisa a predominância da população é de pessoas mais velhas, no qual os filhos retornam à comunidade apenas para visitar, sem a intenção de morar, o que poderá resultar no arrendamento ou na venda da propriedade no futuro, encerrando as características comunitárias locais.

As práticas religiosas tradicionais em ambas as comunidades são escassas, sendo observado que a fé local, tanto no papel da igreja, como de benzedeiros e raizeiros não se demonstra tão fervorosa como antigamente, ressignificada pelo atual cenário rural e com o contato facilitado a cidade.

Diante de tal contexto, pode-se concluir que o avanço do agronegócio em Quirinópolis ressignificou os traços culturais de ambas as comunidades, e seguindo tal caminho, no futuro as tradições locais serão apenas parte das memórias dos moradores, e pesquisas como essa nas comunidades, possibilitarão que essas memórias sejam ser revividas pelas próximas gerações através de leituras.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, nº 84. AGB. 2006. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/727/610>. Acesso em: 12 fev. 2022.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, Gerusa Freitas Ribeiro. Relatos de Família. In. URZEDO, Maria da Felicidade Alves (Org.). **Quirinópolis**: Mãos e Olhares Diferentes II (1832-2012). Ed. Kelps. Goiânia, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. Sulina. Porto Alegre. 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. 1ªEd. INTERMEIOS. Montes Claros. P.347-361. 2012.

BRASIL. **Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências. Brasília. Presidência da República. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0167.htm. Acesso em: 25 maio 2022

BRASIL. **Decreto-lei nº 76.593, de 14 de novembro de 1975**. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. Brasília. Presidência da República. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2022

BRASIL. **Lei nº 492, de 30 de agosto de 1937**. Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia. Rio de Janeiro. Presidência da República. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0492.htm. Acesso em: 25 maio 2022

BRASIL. **Lei nº 2.666, de 06 de dezembro de 1955**. Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas. Rio de Janeiro. Presidência da República. 1955. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2666.htm. Acesso em: 25 maio 2022

BRASIL. **Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972**. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. Brasília. Presidência da República 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5851.htm#:~:text=LEI%20No%205.851%2C%20DE,EMBRAPA\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5851.htm#:~:text=LEI%20No%205.851%2C%20DE,EMBRAPA)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009**. Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto

(DDT) e dá outras providências. Brasília. Presidência da República 15 mai. 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/580159/publicacao/15838169>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília. Presidência da República. 16 jun. 2009. p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 14 de junho de 1999**. Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências. Brasília. Presidência da República. 1999. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pls-416-1999>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1970. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional, Volume III. Rio de Janeiro. 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_br.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro. 1979. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_br.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1980. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro. 1984. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n1_br.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1985. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro. 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n1_br.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1995. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n1_br.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 2006. Censo Agropecuário Brasil**. Série Nacional. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **ESTADO DE GOIÁS: CENSOS ECONÔMICOS**. Série Regional. Volume XXX. Tomo 2. Rio de Janeiro. 1956. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v30_t2_go.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1960. Censo Agropecuário Mato Grosso/ Goiás/ Distrito Federal**. Série Regional. Volume II. Tomo XIV Rio de Janeiro. 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t14_p1_mt_go_df.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censos Econômicos de 1970. Censo Agropecuário Goiás**. Série Regional. Volume III Rio de Janeiro. 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t23_go.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1980. Censo Agropecuário Goiás**. Volume 2. Tomo 3. Número 25. 2ª Parte. Rio de Janeiro. 1984. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n25_p2_go.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 1990: CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES**. Número 5. Região Centro-Oeste Rio de Janeiro. 1994. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_1990_v17_n5_centro_oeste.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL GOIÁS/ 2000**. Rio de Janeiro. 2001. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2000_go.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES 2010** Volume 37. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2010_v37_br_cd.zip. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção Agrícola – Lavoura Temporária**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário estatístico da agroenergia**. Brasília: Mapa/ACS, 2009. 160 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2009.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Cadeia produtiva da agroenergia**. Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/biblioteca/documentos/category/30-publicacoes-digitais?download=311:cadeia-produtiva-da-agroenergia>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BUNDE, Altacir. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás**. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

CALAÇA, Manoel. A expansão do agronegócio em goiás e a subordinação do campesinato. **Anais (...)** VII CBG – ISBN: 978-85-98539-04-1. Vitória, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404606477_ARQUIVO_AEXPANSAODOAGRONEGOCIOEMGOIASEASUBORDINCAODOCAMPEGINATO_CMB_2014.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

CAMACHO, R. S. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MODO DE VIDA CAMPONÊS. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**. v. 10, n. 10, pp. 1-16. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rodrigo-Camacho/publication/273492307_ALGUMAS_CONSIDERACOES_ACERCA_DO_MODO_DE_VIDA_CAMPONES/links/5b725f71a6fdcc87df74a057/ALGUMAS-CONSIDERACOES-ACERCA-DO-MODO-DE-VIDA-CAMPONES.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 1998.

CASTRO. César Nunes de. DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Boletim regional, urbano e ambiental**. | 12 | Jul.-dez. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

D'ABADIA, Assilvio. RESUMO DA HISTÓRIA E ORIGEM DE QUIRINÓPOLIS. In. URZEDO. Maria da Felicidade Alves (Org.). **Quirinópolis: Mãos e Olhares Diferentes (1832-2010)**. Ed. Kelps. Goiânia, 2010.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2 ed. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. 11 ed. 1 reimp. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do Campo. In: MOLINA Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-89. (n. 5)

FRANCO, José Benjamin Severino. **O PAPEL DA EMBRAPA NAS TRANSFORMAÇÕES DO CERRADO**. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - REVISTA ONLINE. UFU, Uberlândia. 2001 Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15258/8559/57853>. Acesso em: 10 set. 2022

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiânia - IESA, 2010.

JESUS, José Novais de. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**. 2020. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

JESUS, José Novais de. VIEIRA, Tiago Manoel. Campesinato e modernização da agricultura: avanços e contradições no limiar do século XXI. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), v. 8, n. 2, set. 2015. Disponível em: <https://www.praxia.ueg.br/index.php/mirante/article/view/4051/2659>. Acesso em: 22 jul. 2022.

LIMA, Mirtes Ferreira de Freitas. **O CATIRA E A TRADIÇÃO EM QUIRINÓPOLIS: UMA PRÁTICA CULTURAL (1920-2008)**. Dissertação (Mestrado em História). PUC Goiás. Goiânia. 2014.

MARTÍNEZ CASTILLO, Róger. Agricultura tradicional campesina: características ecológicas **Tecnología en Marcha**, Vol. 21, N.º 3, Julio-Setiembre 2008, P. 3-13. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4835774.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MARTINS, Gladis Cabral. ROSSI, Reile Ferreira. Memória: subsídio na construção e conservação da identidade cultural da Microrregião Salgado, Quirinópolis-GO. In. URZEDO. Maria da Felicidade Alves (Org.). **Quirinópolis: cultura e desenvolvimento regional – Mãos e Olhares Diferentes III (1832-2014)**. Ed. Kelps. Goiânia, 2014.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MENDONÇA. Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. 430p.

MOURA JR. Et. al. PRÁXIS EM PSICIOLOGIA COMUNITÁRIA: FESTA DE SÃO JOÃO COMO ATIVIDADE COMUNITÁRIA. **Revista Ciência em Extensão**. p. 105-123. UNESP. 2013. Disponível em: http://200.145.6.170/index.php/revista_proex/article/download/744/808. Acesso em: 29 set. 2022.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2023.

PARREIRA, Airosa Martins. MATTOS, Georgides de Souza. História de Quirinópolis: fragmentos escritos em 09 de março de 1988. In. URZEDO. Maria da Felicidade Alves (Org.). **Quirinópolis: Mãos e Olhares Diferentes (1832-2010)**. Ed. Kelps. Goiânia, 2010.

PAULA, Maria Helena de. NOMES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO SOLIDÁRIO. In: **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 20, n. 27, p. 251-268, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1455/1120>. Acesso em: 16 set. 2022

PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). **Estudos Avançados [online]**. 2012, v. 26, n. 75, pp. 111-136. Epub 25 jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200008>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PERGO, Vera Lucia. Os rituais na folia de reis: uma das festas populares brasileiras. **Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades–ANPUH**, Maringá, 2007. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%20Vera%20Lucia.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. HAL Open Science. 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/document>. Acesso em: 16 set. 2022.

SANTOS, Adalberto Silva. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. In: **Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**, 4., 2008, Salvador. **Anais (...)**. Salvador: Enecult, 2008. p. 1-18. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SANTOS, Gilberto Celestino dos. **Análise da dinâmica territorial de Quirinópolis (GO) – 1960 a 2010**. 2011. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SANTOS, Hellen Cristina dos. **A Comunidade Camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis-GO**. – Universidade Federal de Goiás (UFG/IESA), Goiânia, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares. **COLONOS DO VINHO**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Editora Hucitec. São Paulo. 1978. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/222615/000024273.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território. Ano IV, n. 6, jan./jun. p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611596/mod_resource/content/1/Modo%20de%20Producao%20Tecnico%20Cient%20e%20Diferencia%20Espacial.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023

SANTOS, R. J.. **Gaúchos e mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008, 249p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO**. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campeinato e territórios em disputa**. 1ªed. Expressão Popular. São Paulo. 2008. p. 23-47.

SIEG. **Sistema Estadual de Geoinformação – SIEG**. Estado de Goiás. 2022. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegmmapas/mapa.php>. Acesso em 10 set. 2022

SILVA, Cláudia Sampaio Corrêa da et. al. Resignificação da experiência de Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** [online], vol.9, n.1, 2008, p. 75-86. ISSN 1679-3390. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v9n1/v9n1a07.pdf>, 2008. Acesso em: 06 jun. 2023.

SILVA, William Ferreira da. **O avanço do setor sucroenergético no Cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí (GO)**. 2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2011.

SOARES, P. C.; FIORI, A. P. Lógica e Sistemática na Análise e Interpretação de Fotografias Aéreas em Geologia. **Notícia Geomorfológica**. Campinas. 1976.

SOUZA, Angela F. G.; BRANDÃO, C. R. SER EVIVER ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 11, núm. 26, septiembrediciembre, p. 109-120. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273625981007.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SOUZA, T. F.; CANCADO, P. H. D.; BARROS, A. T. M. de; SOARES, C. O. **Relação entre aplicação de vinhaça e aumento populacional de mosca-dos-estábulo nas proximidades de uma usina sucroalcooleira no município de Nova Alvorada do Sul, MS**. Embrapa. 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92961/1/Taciany-Ferreira-de-Souza-DOC204-7.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO**. 2013. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O CONCEITO DE LUGAR E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS. **Revista Perspectivas Geográficas**. UNIOESTE. v. 9, n. 11, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/11154/8417>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados**. USP, São Paulo, volume 5, nº 11, jan/abr 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100006>. Acesso em: 10 set. 2022.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agropecuária goiana (O ouro acabou? Viva o boi! O ouro se foi? Chegou o boi!). Goiânia. **Observatório Geográfico de Goiás**. 2008. Disponível em:

https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/teixeira_netto_ant_nio_pequena_hist_agropecu_ria.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

TOLEDO, Victor M. **POVOS / COMUNIDADES TRADICIONAIS E A BIODIVERSIDADE**. Instituto de Ecologia, UNAM, México. 2001. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20%281%29.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.